

Organizador
Carlos Augusto Pereira dos Santos

**HISTÓRIAS
DAQUI E DALI**

Religiosidade, Culturas, Políticas e Literatura

SER
TÃO
CULT



Carlos Augusto Pereira dos Santos

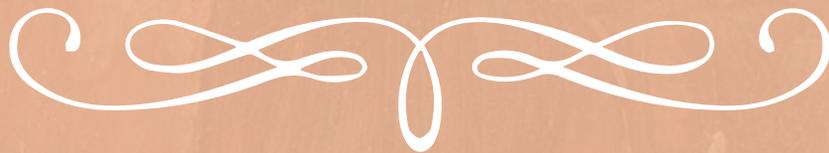
Professor Adjunto do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Graduado em Estudos Sociais e História pela UVA (1990 e 2015). Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ (2000) e Doutor em História do Norte e Nordeste do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE (2008), pós-doutor em Estudos Culturais do Programa Avançado de Cultura Contemporânea PACC/UFRJ (2016). Autor de vários livros sobre história local, especialmente nas temáticas do cotidiano, cultura, história do trabalho e trabalhadores. É membro do Coletivo de Historiadores de Camocim.

Organizador
Carlos Augusto Pereira dos Santos



HISTÓRIAS DAQUI E DALI

Religiosidade, Culturas, Políticas e Literatura



Sobral-CE
2021



HISTÓRIAS DAQUI E DALI: Religiosidade, Culturas, Políticas e Literatura

© 2021 copyright by Carlos Augusto Pereira dos Santos (Org.)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente- Sobral- CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial de História

Andraia Rodrigues de Andrade
Antonio Iramar Miranda Barros
Camila Teixeira Amaral
Cícero João da Costa Filho
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
João Batista Teófilo Silva
Juliana Magalhães Linhares
Raimundo Alves de Araújo
Regina Celi Fonseca Raick
Telma Bessa Sales
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valéria Aparecida Alves

Revisão

Karoline Viana Teixeira

Diagramação e Capa

João Batista Rodrigues Neto

Imagem da Capa

Pandora (1896): John William Waterhouse

Catálogo

Leolgh Lima da Silva- CRB3/967

H673 Histórias daqui e dali: religiosidade, culturas, políticas e literatura./ Carlos Augusto Pereira dos Santos.(Organizador).– Sobral, CE: Sertão Cult, 2021.

244p.

ISBN: 978-85-67960-70-8 - papel
ISBN: 978-85-67960-71-5 - e-book em pdf
Doi: 10.35260/67960715-2021

1. História. 2. História do Brasil. 3. História do Ceará. 4. Historiografia acadêmica. I. Santos, Augusto Pereira dos. III. Título.

CDD 907.2



Este e-book está licenciado por Creative Commons

Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

SUMÁRIO



NO NOSSO BALAIO CABE TUDO... HISTÓRIAS DAQUI E DALI.....5

PARTE 1. RELIGIOSIDADE, CULTURA POLÍTICA, SOCIEDADE E LITERATURA

MODELOS DE SANTIDADE: A HAGIOGRAFIA NO OLHAR DOS DEVOTOS DE UBAÚNA-CE (SÉCULO XX)13

Aristides Machado da Ponte

FANÁTICOS E COMUNISTAS: REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA SOBRE O CALDEIRÃO DE SANTA CRUZ DO DESERTO (1936-1937).....41

Vinicius Silva de Medeiros.

ERA UMA VEZ UM COMÍCIO COMUNISTA EM ITAPAJÉ-CE. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PCB NO CEARÁ (1930-1947).....73

Antonio Gelson Brandão de Andrade

OS “CAMISAS VERDES” NA “CIDADE VERMELHA”. O MOVIMENTO INTEGRALISTA EM CAMOCIM-CE (1932-1945).....99

Carlos Augusto Pereira dos Santos

“SOB O AZUL DO CÉU SOBRALENSE”: REMINISCÊNCIAS DA AVIAÇÃO CIVIL E O PRIMEIRO SOBREVOO PELO ESPAÇO AÉREO DA MICRORREGIÃO DE SOBRAL-CE (1930).....127

João Victor Lima da Silva

FOLCLORE RESIDUAL: A CRISTALIZAÇÃO DOS RESÍDUOS MEDIEVAIS IBÉRICOS GARRETTIANOS NO ROMANCEIRO DO FOLCLORE BRASILEIRO DE ROSSINI TAVARES LIMA (1948-1953).....159

Bárbara de Alencar Gregório de Oliveira

PARTE 2. POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS DAS MULHERES

“CONSTITUINTE PARA VALER TEM QUE TER DIREITOS DA MULHER”:
A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE
1988.....**191**

Antonia Dnara da Costa Nascimento Lima

ONDE ESTAMOS E POR ONDE CAMINHAMOS: A PARTICIPAÇÃO DAS
MULHERES NA POLÍTICA FORMAL NOS ÚLTIMOS 25 ANOS NO BRASIL....**217**

Wagner Cavalcante Farias

Gleidiane de Sousa Ferreira



NO NOSSO BALAIO CABE TUDO... HISTÓRIAS DAQUI E DALI.

Afinal nós não apenas lemos os livros, nós vivemos com eles. Isso é civilização. Livros têm um valor social.
Eric J. Hobsbawm¹

A frase lapidar de Eric J. Hobsbawm em epígrafe nos chama a atenção para o caráter social deste artefato — o livro. Logicamente, vem atrelada a responsabilidade social da universidade e de seus professores quando o livro é gestado nesse ambiente. Mais do que ler, viver e identificar o valor social de uma obra acadêmica, penso nos processos anteriores de “pôr um livro no mundo”.

Nesse sentido, é preciso que recuperemos um pouco da trajetória trilhada no Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), notadamente nas disciplinas de *Historiografia Brasileira*, *História do Brasil II* e *História do Brasil III*, desde o ano de 2011, procurando criar uma cultura de publicação de livros com alunos em final de formação. Portanto, completa-se agora uma década de trabalho. Não que isso tenha um pendor civilizatório, ou mesmo de incrementar os currículos de alunos para cursos de educação continuada ou pós-graduação. Mas proporcionar o gosto, o prazer de ver a palavra impressa encerrada num volume, de experimentar a sensação da autoria — de uma noite de autógrafos, talvez — ou de ter contribuído para colocar seu município

1 EVANS, Richard J. *Eric Hobsbawm*. Tradução de Claudio Carina. São Paulo, Planeta, 2021, p. 189.

no “mapa historiográfico” do estado do Ceará, muitas vezes trazendo algo inédito sobre esse município, ou lançando novas luzes, questionamentos de algo já registrado nos anais da História.

Desse modo, ao longo da última década, sempre quando possível, procuramos relacionar os conteúdos das disciplinas acima descritas com um processo de aproximação histórica com o contexto vivenciado pelos alunos, fazendo com que escrevam textos — na maioria das vezes, voltados para a história local. De 2011 para cá, tivemos a oportunidade de organizar e publicar sete livros, cada um com abordagens específicas e turmas de autores com especificidades, limites e potencialidades a desenvolver. Foram edições de pequena e média tiragens, às vezes publicados quase de forma artesanal, patrocinados por programas institucionais do Governo Federal, da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Ou então pagos pelos próprios alunos, inovando e se adequando às novas tecnologias, como este volume, que, inicialmente, será publicado como *e-book*.²

O oitavo fruto desta sementeira chega com histórias daqui e dali, como se intitula, procurando seu lugar num balaio de textos que cresce com o tempo, se acomoda e abre espaços para frutos futuros. A cada edição, esse balaio toma formas diversas, ampliando a diversidade temática e lançando novos caminhos de pesquisa, cabendo tudo...

2 Relação dos livros escritos por alunos sob nossa organização. SANTOS, Carlos Augusto P. dos. *Sobrescritos*. Considerações sobre a produção de cronistas, memorialistas e historiadores da região noroeste do Estado do Ceará. Sobral, Editora Macaxeira, 2010; SANTOS, Carlos Augusto P. dos; SILVA JUNIOR, Agenor Soares e. (Org.). *Histórias do Ceará: experiências de pesquisas dos alunos e professores do PARFOR/UVA*. Sobral-CE. 2009-2011. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013; SANTOS, Carlos Augusto P. dos. (Org.). *Um PET no sertão*. Sobral: Edições UVA, 2013; SANTOS, Carlos Augusto P. dos (Org.). *Cidades Visíveis. Aspectos históricos e culturais*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013; SANTOS, Carlos Augusto P. dos (Org.). *A História próxima de nós!* Sobral: EGUS, 2014; SANTOS, Carlos Augusto P. dos; SOUZA, Raimundo. Nonato Rodrigues. (Org.) *Práticas Pedagógicas no âmbito do PARFOR/UVA: Camocim é um Pote de Histórias*. Recife: Gráfica e Editora Liceu, 2018 e SANTOS, Carlos Augusto P. dos. *Nossa Gente, Nossa História. O Ceará Republicano*. Sobral: Sertão Cult, 2019.

Histórias daqui e dali..., portanto, surgiu da provocação que fizemos para os alunos matriculados na disciplina de *História do Brasil III – República*. No entanto, desde o primeiro contato com os alunos no quarto semestre em *Historiografia Brasileira* e, no sétimo, com *História do Brasil II – Império*, que a ideia vinha sendo amadurecida. A única exigência feita por parte da organização do livro foi que os textos tivessem como recorte temporal a República brasileira e, quando possível, aproveitassem a pesquisa realizada nos seus respectivos TCCs.

Recebidos os textos iniciais, orientamos, sugerimos cortes e acréscimos, respeitando ao máximo a autoria e as demandas dos respectivos orientadores dos alunos-autores. Dada à liberdade para escrever sobre qualquer tema — afinal, no nosso balaio cabe tudo —, tivemos alguma dificuldade para enfeixar esses textos e dar-lhes uma feição conceitual ou de aproximação de conteúdo. No entanto, quanto ao aspecto temporal, os textos, em sua maioria, estão localizados entre as décadas de 1930 e 1950, com artigos que tratam de religiosidade, cultura política, sociedade e literatura. Outro conjunto de textos tem como marco a década de 1970 e se estende até o momento atual, quando se insere o debate sobre a inclusão dos direitos das mulheres no texto constitucional de 1988 e sua efetiva participação na política contemporânea.

Portanto, à guisa de apresentação, a colheita de histórias desta edição começa por mostrar como os moradores de Ubaúna, um distrito de Coreaú-CE, criam e recriam os MODELOS DE SANTIDADE: A HAGIOGRAFIA NO OLHAR DOS DEVOTOS DE UBAÚNA-CE (SÉCULO XX), de Aristides Machado da Ponte. Essa religiosidade e seus desdobramentos que, às vezes, parece ou se faz parecer ameaçadora do *establishment* republicano no seu caráter representativo, pode ser compreendida em FANÁTICOS E COMUNISTAS: REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA SOBRE

O CALDEIRÃO DE SANTA CRUZ DO DESERTO (1936-1937), de Vinícius Silva de Medeiros.

A religião e a política se debateram fortemente em nossas comunidades, traçando caminhos diferentes, disputando espaços e mentes, com encontros e confrontos na cena urbana, defendendo seus discursos em intensa propaganda ideológica. Nesse sentido, Antonio Gelson Brandão de Andrade mostra como a ação de um padre, de certo modo violenta, coloca para correr os comunistas que queriam realizar um comício em sua paróquia em ERA UMA VEZ UM COMÍCIO COMUNISTA EM ITAPAJÉ-CE. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PCB NO CEARÁ (1930-1947). Por outro lado, Carlos Augusto Pereira dos Santos discorre como os integralistas se organizaram em Camocim, famosa por sua tradição de militância comunista desde os anos 1920, em OS “CAMISAS VERDES” NA “CIDADE VERMELHA”. O MOVIMENTO INTEGRALISTA EM CAMOCIM-CE (1932-1945).

Saindo da seara política e religiosa, João Victor Lima da Silva analisa as peripécias da chegada da aviação civil em Sobral e o que isso poderia trazer de progresso para o município, tido desde então como polo regional, no artigo “SOB O AZUL DO CÉU SOBRALENSE”: REMINISCÊNCIAS DA AVIAÇÃO CIVIL E O PRIMEIRO SOBREVOO PELO ESPAÇO AÉREO DA MICRORREGIÃO DE SOBRAL-CE (1930). A imaginação e a realidade nos dão asas para pensar os processos históricos.

Finalizando a primeira parte do livro, denominada *Religiosidade, cultura política, sociedade e literatura*, trazemos o artigo FOLCLORE RESIDUAL: A CRISTALIZAÇÃO DOS RESÍDUOS MEDIEVAIS IBÉRICOS GARRETTIANOS NO ROMANCEIRO DO FOLCLORE BRASILEIRO DE ROSSINI TAVARES LIMA (1948-1953), de Bárbara de Alencar Gregório de Oliveira, que trata da questão enunciada sob a perspectiva da Teoria da Residualidade.

A segunda parte do livro, intitulada *Políticas públicas e direitos das mulheres*, é um mini dossiê que discute a temática dos direitos das mulheres no texto constitucional e da participação delas na política, respectivamente, nos artigos “CONSTITUINTE PARA VALER TEM QUE TER DIREITOS DA MULHER”: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROCESSO DA CONSTITUINTE (1970-1988), de Antonia Dnara da Costa Nascimento Lima, e ONDE ESTAMOS E POR ONDE CAMINHAMOS: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA FORMAL NOS ÚLTIMOS 25 ANOS NO BRASIL, de Wagner Cavalcante Farias e Gleidiane de Sousa Ferreira. Chega das mulheres ficarem fora das questões que lhes dizem respeito. No nosso balaio elas ficam onde quiserem!

Apresentado o nosso balaio de histórias, desejamos que todos possam usufruir do seu conteúdo da melhor maneira possível. Boa leitura!

Camocim, julho de 2021.

Carlos Augusto Pereira dos Santos

Organizador



Parte 1

Religiosidade, cultura política, sociedade e literatura





MODELOS DE SANTIDADE: A HAGIOGRAFIA NO OLHAR DOS DEVOTOS DE UBAÚNA-CE (SÉCULO XX)

Aristides Machado da Ponte¹

Introdução

Este artigo, apesar de não analisar os diversos processos de estabelecimento da canonização em relação ao santo, ou estudar algum santo específico, parte do pressuposto de que o modelo de santidade se transforma ou sofre modificações de acordo com as vivências dos cristãos católicos em sua historicidade. Nesse sentido, utilizarei autores como Le Goff, Vauchez, Silva Junior, entre outros que trabalham sobre a santidade em um determinado período histórico, para dar respaldo a minha pesquisa. Esses autores fazem parte de uma nova geração de historiadores que abandonaram o paradigma positivista, que privilegiava somente a história dos vencedores, para abordar uma nova história que leva em consideração os aspectos culturais, mentais, sociais etc.

Portanto, o texto é fruto dessa inovação historiográfica que ocorreu no século XX, tendo como foco o campo da história chamado de História Cultural, que nessa centúria passou por grandes mudanças no modo operante de estudo. No final do século XX, a

1 Graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: aristidemachado07@gmail.com.

história cultural quebrou uma abordagem voltada apenas para a cultura dos grandes homens e passou a dar importância para qualquer tipo de cultura em sociedade, seja cultura de elite, seja cultura popular, feita por pessoas que foram, por muito tempo, irrelevantes para os historiadores da chamada escola positivista.

O nosso estudo abordará o modelo de santidade em Ubaúna. Analisaremos, portanto, a religiosidade das pessoas comuns que ficaram à margem dos estudos e preocupações do historiador, antes das mudanças de seus métodos de estudo, que ocorreu ao longo do século XX com a Escola dos Annales e a Nova História Cultural. Pessoas que têm suas práticas culturais — especificamente suas práticas de religiosidade — moldadas pelo cotidiano e vivência com a terra. Para entender essas práticas culturais, é preciso adentrar esse universo complexo, amplo e influenciado pelo meio social. Dessa forma, foi utilizada a metodologia da história oral. Com as modificações que a ciência histórica passou ao longo dos anos, principalmente na década de 1960 e 1970, a história oral surge como um campo da História que tenta resgatar as memórias das pessoas que vivenciaram as duas grandes guerras mundiais. Memórias essas que também são fruto de escolhas daquilo que se deseja lembrar, como também influenciada pelo presente histórico.

Contudo, a oralidade tem sua importância como campo de estudos, pois: “Há pessoas que não sabem escrever ou ler; há pessoas que não manejam um computador; porém a voz, a oralidade, é um meio de comunicação que todo ser humano possui e, de alguma maneira, controlam” (Mnemosine Vol. 6, nº 2, p. 2-13 (2010) — Artigos p-2).² Nesse sentido, usar as fontes orais é um meio de resgatar as memórias de pessoas que, sem os recursos orais, passariam despercebidas pela história.

2 PORTELLI, Alessandro. *História Oral e poder*. Conferência no XXV Simpósio Nacional da ANPUH. Fortaleza-CE, 13 jul. 2009.

Nesse sentido, abordaremos o *locus* religioso do distrito de Ubaúna, mostrando que fatores estiveram presentes no processo de desenvolvimento e crescimento da capitania do Ceará presentes também em Ubaúna. A construção de um templo em agradecimento ao santo protetor por uma promessa cumprida foi um dos fatores essenciais para o crescimento do respectivo povoado. Além disso, será feita uma análise da religiosidade santoral nesse território, onde a vivência e a dependência em relação à terra ditaram o modo operante de culto aos santos no respectivo distrito.

O *Locus* religioso de Ubaúna

Ubaúna é um pequeno distrito pertencente juridicamente à cidade de Coreaú, com população estimada em 23.239 habitantes. O PIB *per capita* da cidade é de R\$ 6.233,80, estando na posição 5.484 no *ranking* das 5579 cidades brasileiras, mostrando, dessa forma, seu parco crescimento econômico.³ O distrito encontra-se encravado no semiárido, tendo um açude construído na década de 1960.

Ubaúna fica à margem da BR-222 que vai em direção a Fortaleza e outros estados do Brasil, como o Piauí, por exemplo.

Está localizado ao sul do município de Coreaú na região noroeste do estado do Ceará, na microrregião de Sobral. Suas coordenadas geográficas são: latitude S: 3º33' e longitude W: 40º 40', sua distância da capital Fortaleza é de 268 quilômetros e seu acesso se dá pela BR-222.⁴

3 Dados do IBGE Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/coreau/historico>

4 Sindicato dos Professores de Coreaú-Ceará. Disponível em: <http://sindproc.blogspot.com/2011/03/historia-de-ubauna.html#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20de%20Uba%C3%B3ria%20e,chamada%20de%20Fazenda%20Trapi%C3%A1%20nome>

Ao longo deste texto, será discutido como a religião moldou e molda esse pequeno distrito, com foco na história de surgimento como povoado, e também no que concerne à vivência das questões religiosas. Busca-se, portanto, abordar as práticas religiosas estabelecidas ao longo do século XX ubaunense, para mostrar como a religiosidade em torno dos santos foi um dos fatores principais de crescimento e desenvolvimento desse pequeno distrito, além de moldar seu cotidiano e seu modo de viver.

Impressões sobre o distrito de Ubaúna

O Decreto Estadual nº 448, de 20 de dezembro de 1938, estabeleceu a mudança de nome do distrito de Trapiá para Ubaúna e o de Santo Antônio, para Araquém.⁵ A partir desse ano, o distrito, portanto, passou a se chamar Ubaúna, cujo nome significa “canoa preta”. Segundo relatos, o topônimo se refere a um importante cacique que morava na região, vindo da aldeia de índios da Ibiapaba.

O surgimento histórico do distrito como povoado tem como marco na memória dos ubaunenses o final do século XIX. Nessa centúria, o território de Ubaúna era chamado Trapiá ou Trapiá-zinho, devido à enorme quantidade de árvores dessa espécie na região. O território se dividia em várias fazendas de criatório, com plantações de feijão, milho, fava e algodão. Como parte do território do Ceará, essas fazendas eram chefiadas por poderosos senhores de terra com imenso poder de mando, com diversos agregados sobre sua dependência prestando-lhes respeito e reverência.

O Ceará, como parte do território brasileiro, era hierarquizado, fruto do antigo regime português, em que os donos de terra

5 História da cidade de Coreaú: Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/coreau/historico>.

brancos, missionários e autoridades coloniais tinham maiores poderes de distinção social na comunidade. Além disso, a religião oficial praticada no Brasil era a católica; o Estado não permitia outras denominações religiosas. No sertão do Ceará, foi-se processando uma religiosidade leiga e em acordo com a conjuntura habitacional do fiel. O catolicismo instalado nos sertões foi caracterizado por um clero pouco doutrinado pelos princípios de Roma devido ao padroado português. A doutrina e os rituais eram realizados muitas vezes por leigos, por conta da falta de clérigos no território. Dessa forma, o culto era ditado ao sabor dos modos de viver no sertão, constituindo os santos como os principais arquétipos de devoção.

Ubaúna é um povoado pequeno e há uma escassez de documentos referentes à historicidade do distrito. No entanto, por conta da forte aura religiosa, as narrativas orais respaldam a história dessa localidade. Essas narrativas vão passando de geração em geração, tornando-se necessário, por parte de um historiador, registrá-las para que não se percam no tempo, visto que a nova geração não está mais preocupada em preservar a tradição de seu território. Dessa forma, irei me respaldar nas fontes orais de agricultores e memorialistas, além de documentos e livros escritos sobre o distrito.

Como já foi dito, são poucos os escritos existentes sobre a localidade. Os que foram encontrados tratam principalmente da questão religiosa e do domínio da terra. Esses trabalhos ajudaram a mostrar que Ubaúna, no século XX, tinha sua religiosidade santoral baseada na conjuntura do seu modo operante de viver.⁶

6 Encontrei apenas três trabalhos sobre o distrito de Ubaúna, todos de alunos da Universidade Estadual do Vale do Acaraú. Ao longo deste capítulo, irei abordá-los na tentativa de fazer uma ligação com a perspectiva deste trabalho em mostrar o modelo de santidade estabelecido no sertão ubaunense.

Os donos das fazendas presentes no que é hoje é Ubaúna tinham enorme poder na região, sendo seus nome e sobrenome passados de pai para filho, de geração em geração. O fato de pertencer a uma determinada família de fazendeiros era caracterizador de um *status* social; a pessoa que tinha o sobrenome da família de um grande fazendeiro era considerada um “ser diferenciado”, por pertencer à família de um fazendeiro poderoso da região. Com isso, a posse de grandes lotes de terra foi o principal meio de distinção social, com os grandes senhores — os fazendeiros — detendo os maiores números de hectares de terra, onde viviam centenas de pessoas sobre sua dependência e mando.

Essa dinâmica prevaleceu no território ubaunense do final do século XVIII ao longo do século XIX. Uma economia do criatório em que as relações sociais gravitavam ao redor dos fazendeiros, com agregados e escravos vivendo sob sua dependência, num regime de forte hierarquização nesses espaços. No final do século XIX, o território passou por algumas mudanças na sua estrutura física, acarretando o aumento da comunidade e o crescimento econômico na região, chegando ao século XX como um povoado bastante expressivo.

O surgimento do distrito: o templo como marco inicial da história dos ubaunenses

De pequenas fazendas dispersas uma das outras, o distrito de Ubaúna começou a crescer como povoado no final do século XIX. O fator primordial para que o final dessa centúria seja considerada pela população um marco histórico do surgimento do distrito vem de uma promessa realizada por uma grande família da localidade. Segundo agricultores entrevistados, a fonte de renda principal no período vinha da terra e do criatório.

Os principais alimentos produzidos eram o feijão e o milho, pois o feijão poderia ser guardado para o consumo no decorrer do ano, assim como o milho, usado principalmente como de alimento para bois, carneiros, galinhas e porcos no verão. As fontes de alimento no período de estiagem vinham, portanto, do abate de animais alimentados com o milho e do feijão consumido durante todo o ano. Além disso, havia também, segundo relatos, plantações de fava, de cana-de-açúcar e arroz. Porém, o feijão e o milho eram os dois alimentos predominantes na subsistência do sertanejo ubaunense ao longo dos séculos XIX e XX.

O comércio também se realizava nesse período. O principal artigo era o algodão comercializado em Sobral. Os ubaunense que possuíam grandes lotes terra conseguiam obter uma boa renda com o algodão vendido em Sobral no período de inverno, impulsionando a riqueza da localidade. Essa dinâmica pode ser identificada também como uma das causas que estimularam o crescimento econômico de Sobral, visto que a região fez com que o Ceará tivesse destaque no século XIX com a economia algodoeira, exportando algodão para países europeus. Através desses fatores, é possível perceber como a dinâmica do povoado dependia de um bom regime de chuvas para sobreviver.

No final do século XIX, ocorreu a Guerra do Paraguai. Diversos agentes do Estado se dirigiram para o então Trapiá (antigo nome de Ubaúna) a fim de convocar homens para o combate. No entanto, uma poderosa família da localidade, que se chamava Carneiro (cujos familiares pertenciam a uma ramificação dos Machados, a principal família da região) fez uma promessa a São Francisco, pedindo-o para que livrasse seus filhos do alistamento. Caso isso acontecesse, a senhora da poderosa família doaria terra para a construção de uma capela que teria o nome do santo, como agradecimento pela graça alcançada. Eis aí o relato sobre o processo do surgimento histórico do distrito:

A história de Ubaúna e seus primeiros passos começam no final do século XIX, mais precisamente na época da Guerra do Paraguai; o que hoje são ruas, casas e alguns prédios, antes era apenas um pequeno vilarejo de casas distintas e distantes entre si que viviam da pecuária e agricultura e seu nome era chamada de Fazenda Trapiá nome dado por causa da presença de muitas árvores de mesmo nome, comum na região. A Fazenda Trapiá estava localizada no meio das demais casas e por sinal também fazendas e era composta por uma família muito conhecida: a família Carneiro, que até hoje existe descendentes da mesma e que residem em Ubaúna. O surgimento da vila que se transformou em Ubaúna está ligado diretamente com a construção da capela religiosa, principal meio transformador do espaço que ali existira. E, essa construção ocorreu pelo fato de uma senhora da família Carneiro no qual o nome era Sra. Rosa Carneiro Portela ter feito uma promessa ao seu santo de devoção: São Francisco de Assis; o motivo da promessa era se seus filhos adultos que possuía não fossem chamados para servir o exército brasileiro na guerra contra o Paraguai ela em ação de graças construiria uma capela religiosa em homenagem e forma de agradecimento ao santo. Por final tudo aconteceu como ela queria e sua promessa foi cumprida. A partir daí, ou seja, da construção da capela que atualmente é a Igreja Matriz de Ubaúna, o povoado composto por casas simples e rústicas passou a se organizar e crescer em volta da igreja, criando assim uma forma de organização baseada na dedicação à igreja e as atividades econômicas que prevaleciam na época como a agricultura e a pecuária no qual sustentados pelo trabalho braçal eram extraídos os produtos e negociados entre-se ou em comunidades locais.⁷

A partir do ano 1883, foi realizada a construção do templo em veneração a São Francisco, hoje é a capela de Ubaúna, pertencente à paróquia de Frecheirinha. Esse ano é considerado pelo povo o marco histórico do surgimento do Trapiazinho, sendo a construção do templo o fator principal que fez com que se criasse uma identidade de pertencimento e de marco histórico do

7 Caderno III. História do Distrito de Ubaúna. Disponível em: <http://gleisonubaanaa.blogspot.com/2008/10/histria-do-distrito-de-ubana-cear.html>

distrito. Portanto, em Ubaúna, ocorreu a doação da terra para construir o que hoje é a capela de Ubaúna, finalizada no de 1885.

A construção desse templo religioso acarretou a construção de um aglomerado de casas ao redor do templo, para que os moradores ficassem perto desse espaço considerado sagrado e de devoção a São Francisco. A partir desse momento, Ubaúna foi crescendo como povoado, chegando ao século XX com uma considerável urbanização ao redor da capela. A construção de um reduto sagrado em determinado espaço não ficou restrito apenas à conquista do Ceará. É possível perceber essa dinâmica em todo território brasileiro, onde os colonos transportavam para o “Novo Mundo” seus símbolos sagrados e suas devoções, buscando realizar o culto da Madre Igreja Católica no novo território. Nesse sentido,

Se em Portugal os confrades se achavam à frente dos principais cultos e festas religiosas, dando suporte ao trabalho da Igreja, na nova situação era-lhes necessário recriar as condições para promover a dinâmica que embasava as suas crenças. Por isso, nos territórios do além-mar, os colonos refizeram o seu passado ao recriarem novos sentimentos de pertença a um lugar inicialmente estranho, mas do qual se foram apropriando, reordenando relações sociais e gerando novas referências identitárias.⁸

Os templos religiosos construídos no território brasileiro representavam, portanto, a fé do devoto a seu respectivo santo, com o intuito de replicar seus rituais religiosos no “Novo Mundo”. Em um espaço onde se tinha a terra como único meio de sobrevivência, o culto aos santos vinha como um fôlego para responder os problemas do cotidiano do devoto. O modelo de santidade estabelecido em Ubaúna estava respaldado por esta aura

8 BORGES, Célia Maia. A memória e o espaço sagrado: os colonos e a apropriação simbólica dos lugares. In: *Locus*. Revista de História, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, 2010. p. 121.

religiosa, onde a intercessão ao santo era tido pelo morador da localidade como principal meio para protegê-lo de algum dano. De fenômenos climáticos a doenças, os santos eram os principais meios de socorro do devoto, quando este clamasse.

A religiosidade praticada estava, portanto, relacionada ao cotidiano das pessoas desse povoado. Os fiéis deveriam cumprir a sua promessa com o santo, como foi caso em Ubaúna, através da doação de terra para construir a igreja. Nesse sentido, o historiador Agenor Soares e Silva Junior, falando da religiosidade praticada nos sertões, comenta que

Da colônia ao império, conheceu os mesmos problemas por seus sertões, recebendo religiosos que longe do litoral e mais distante ainda de suas dioceses, passaram a dispor de poderes consideráveis, representando muitas vezes as únicas autoridades nos ermos sertões. Questões como o excesso de autoridade, a falta de moralidade e o fanatismo religioso das populações foram também alvo das anotações dos viajantes por essas partes, denominando os religiosos, muitas vezes, de “clero inferior” devido a sua pouca formação teológica, assim como pela sua rara afeição a moralidade, questões primordiais, segundo eles, ao declínio da vida religiosa e social da região.⁹

Apesar de a religiosidade não ser praticada totalmente nos moldes oficiais, ela vinha sendo vivenciada em Ubaúna como forma de responder os problemas do cotidiano dos fiéis, moldando, portanto, uma religiosidade denominada popular, praticada fora do seio das doutrinas de Roma — caracterizada por clérigos insuficientes e ineficientes e por uma religiosidade leiga. O modelo de culto aos santos em Ubaúna era construído nas experiências de sociabilidade desses indivíduos, num território de pouco destaque econômico sendo o cultivo da terra o único meio de subsistência.

9 *Op. Cit.*, p. 121.

O cotidiano ubaunense e sua aura religiosa

O século XX foi o período em que ocorreram muitas mudanças no território estudado. Segundo o livreto *História de Ubaúna*, a capela construída no final do século XIX foi reformada com o acréscimo da torre frontal, além da construção do açude e o estabelecimento de uma mercearia, mostrando que a terra não era mais o único meio de subsistência da população nessa centúria:

Na primeira semana de julho em 1945, chegaram dois frades Benício e também Cornélio; chamaram Francisco Tranquilo e mandaram cavar o chão para se certificar se o tronco da torre sustentava o restante da torre que eles iam construir, empreitaram os tijolos ao senhor Pedro Vicente em Conceição, lugar este que fica bem próximo a Ubaúna; todo este material foi encostado de jumento na época era muito difícil outros transportes. Teve início nos anos de 1945 e terminou no final do ano de 1946. E em 1947 se iniciou as escadas pelo cabo Teixeira, policial militar; na época era existente muitas faltas de água, mas em 1960 foi construído; o açude pelo senhor Augusto Rocha de Cariré, e em 61 começou grande fartura de água; mas por ironia do destino já morreram 18 pessoas afogadas até 01 de maio de 2010. No lugar do seu Zé Ferreira, tinha uma casinha, com a latada coberta com folhas de oiticica, e tinha uma bodega. Todo domingo depois das oito horas do dia chegava de 3 a 4 homens que vinha da Serra do Rosário, bebiam cachaça, brincavam capoeira e leiruí. Três horas da tarde voltavam para sua terra. No dia 24 de dezembro de 1924 chegou o primeiro carro no Trapiá, hoje Ubaúna, de Francisco Antonio Carneiro o chofer era Nazaré de Barros.¹⁰

No início dessa centúria, as festas religiosas moldaram o espaço ubaunense. Era o momento em que a comunidade reunia esforços e se preparava para o respectivo dia. Nos dias festivos, as pessoas nascidas em Ubaúna — mas que foram morar em outras cidades, em busca de melhores condições de vida — vão à

¹⁰ Livreto *História de Ubaúna*, março de 2010, p. 3.

localidade para rever amigos e familiares, além de cultuar o seu santo protetor na Igreja da Matriz. Esse período de festas religiosas tornou-se um dos principais momentos de sociabilidade entre familiares e amigos, que largam seus trabalhos rotineiros para estar em Ubaúna, se confraternizar e agradecer ao santo protetor pelos milagres recebidos.

Essas festas, além de ser uma tradição em Ubaúna, têm como parte fundamental do seu processo uma aura religiosa. Ocorrem em dois períodos do ano, correspondentes ao calendário da Igreja: a Semana Santa, que ocorre entre os meses de março e abril, celebrando a missão redentora de Jesus Cristo pela humanidade; e os festejos de São Francisco, padroeiro de Ubaúna, entre os dias 24 de setembro e 4 de outubro, quando o povo se reúne para cultuar e agradecer ao santo protetor pelas bênçãos e milagres recebidos.

Nessa última festa, muitas pessoas vão pagar promessas em agradecimento a alguma benção ou livramento reputado ao santo do distrito, fazendo com que Ubaúna se torne um local bastante agitado nesses dias, com a vinda de pessoas de outras localidades e a confraternização entre as pessoas. Há também a realização de festas profanas nesses dias, em consonância com a festa sagrada.¹¹

O vigário Antônio Silveira Bastos, em seu livro *Andanças pela Prosa Poesia e Música*, relata sua atuação na Igreja da Matriz de Ubaúna nos festejos de São Francisco entre os anos 1961 e 1967, mostrando a sociabilidade gerada nos dias festivos dedicados ao padroeiro. O religioso conta:

A festa do Padroeiro — São Francisco das Chagas — era celebrada com entusiasmo, com fé e piedade, partici-

11 Essa contradição entre o sagrado e o profano é bastante perceptível nas formas de festejar no Brasil. Por um lado, temos a Igreja com suas celebrações, novenas, missas, procissões e, por outro, as festas na rua, bares, clubes. Manifestações que não estão atreladas ao movimento religioso, mas à cultura como um todo; dessa maneira, podemos observar, de um lado, o invisível e, do outro, o visível (ARAÚJO, 2013, p. 25).

pação intensa dos fiéis que vinham até de longínquos lugares. O novenário, iniciado no dia 24 de setembro, terminava no dia 4 de outubro com a presença de uma multidão enorme de devotos de São Francisco. Para dar um tom de solenidade e grandeza à festa, a comunidade não dispensava a presença da banda de música de Coreaú, que animava consideravelmente a jornada religiosa. Ubaúna realmente vivia aqueles dias em clima de profundo espírito de religiosidade e fraternidade. Os amigos, os conhecidos se aproveitavam aquela ocasião, que não são frequentes, para conversar e noticiar todos os fatos ocorridos depois do último encontro, talvez, no festejo do ano anterior. Era uma salutar reviver e abastecer-se da fé com anúncio da Palavra de Deus, com o sacramento da confissão e recepção da Eucaristia, mas também um lazer-purificação da alma.¹²

A festa era, portanto, um momento especial tanto para os devotos como para a comunidade de Ubaúna, pois além agradecer ao santo, através do pagamento de uma promessa bem-sucedida, esse momento também servia para descontrair, quebrando o tabu cotidiano do dia a dia do trabalho com a terra. No entanto, essas festas também têm seu tradicionalismo hierárquico, que marcou a sociedade colonial brasileira, presente ainda no século XX e com resquícios até os dias de hoje:

Assim como ocorreu na formação da sociedade brasileira, o distrito de Ubaúna carrega, na construção de sua história, uma presença significativa da Igreja estabelecendo relações de convívio e dinamizando o espaço urbano. É válido ressaltar que essas relações podem agregar valores para os moradores, porém a presença das grandes famílias tradicionais acaba que ofuscando as camadas mais pobres, colocando assim essa relação que deveria assumir um caráter de igualdade, para dar lugar a uma presença forte das relações de poder existentes no interior do Ceará, em que as famílias ricas sempre são mais beneficiadas.¹³

12 BASTOS, Antônio Silveira. *Andanças pela Prosa, Poesia e Música*. 2002, p. 51.

13 ARAUJO, Fernando Francisco. *“São Francisco Rogai por nós”*: Um estudo dos Festejos de Ubaúna (2005-2010). Monografia. Curso de História da Universidade Estadual Vale do Aca-

Apesar de essas festas fazerem parte do calendário canônico da Igreja, elas tinham significados diferentes para os seus devotos, sendo a própria devoção à São Francisco apropriada e adaptada à fé e visão do fiel. A aclamação ao santo e a ida à novena eram realizadas por parte do devoto com objetivo de receber algum milagre, ou como forma de pagamento e agradecimento de alguma promessa cumprida. Através das entrevistas realizadas com agricultores e memorialistas, percebe-se como a devoção ao santo era realizada de acordo com a conjuntura do devoto, cujo nome era invocado para aplacar vento e dar proteção ao fiel na vivência cotidiana das agruras do sertão. Analisando a relação do rural e do urbano no espaço ubaunense, Silva relata que:

A festa religiosa do padroeiro sempre foi e ainda é um marco na história do distrito, pois mobiliza grande parte da população a participar, seja por meio da parte sagrada, seja através da parte profana gerada em torno da religiosidade, como as festas dançantes que ocorrem concomitantemente.¹⁴

Para compreender essa aura religiosa, foram realizadas entrevistas com moradores do distrito usando o método da História Oral, cuja gênese remonta à segunda metade do século XX. As entrevistas realizadas pelo historiador passaram a se tornar uma fonte histórica. Como qualquer outra fonte histórica, é preciso tratá-la com muito cuidado, pois tanto a fala do entrevistado pode conter omissões ou pode falar aquilo que o entrevistador quer que ele fale. Além disso, toda memória fala daquilo que se perpetuou na vida do sujeito entrevistado, deixando a lacuna do seu esquecimento. É pensando nesses problemas que é preciso confrontar e dialogar com essa fonte, seja no cotejo com outras fontes escritas ou até mesmo com

raú/ Centro de Ciências Humanas, 2013, p. 22.

14 AGUIAR SILVA, Francisco Aristênio. *Ubaúna-Coreaú/CE*. Rural ou Urbano? A compreensão do lugar nas aulas de Geografia. Monografia. Curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú/ Centro de Ciências Humanas, 2012, p. 52.

outras entrevistas dos sujeitos sociais. No entanto, esse método é de suma importância para o historiador, visto que

A História oral é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade. Nesse sentido, ela está afinada com as novas tendências de pesquisa nas ciências humanas, que reconhecem as múltiplas influências a que estão submetidos os diferentes grupos no mundo globalizado.¹⁵

Nas entrevistas com agricultores/as de Ubaúna pude perceber como o culto aos santos vem sendo realizado para responder os problemas imediatos dos moradores da localidade. Na entrevista realizada com a dona Maria Machado da Frota, ela contou que para o inverno ser bom ela clama a Santo Isídio. Santo esse canonizado no século XVII e que era lavrador, assim como a maioria da população de Ubaúna no século XX. No entanto, percebi que, para cada problema climático específico, diferentes santos são chamados em socorro da sua devota. Também relatou que, para acalmar relâmpago, ela clama a santa Rita de Cássia e para acalmar o vento ela diz, em suas palavras: “acalma o vento senhor são Lourenço!”¹⁶

Para cada problema específico, uma invocação santoral diferente. Os santos passam a ser chamados para proteger seu devoto de possíveis perigos de raios, tão comuns no período de inverno. E também para acalmar as ventanias, que enchem as casas de poeira no verão, devido aos redemoinhos causados pelo vento na estiagem, sujando toda a casa do devoto.

15 ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 164.

16 Entrevista realizada com Maria Machado da Frota em 06/05/2021. Na entrevista, dona Maria relatou nomes de santos diferentes para acalmar relâmpago. Ora ela dizia Santa Rita de Cássia e depois mudava para Santa Rita de Graça, tendo, no entanto, o mesmo significado para a devota.

Nessa entrevista, pude perceber a fé que dona Maria Machado dedica a São Francisco, padroeiro de Ubaúna. Ela relatou ter feito uma promessa ao santo para se aposentar, ficando nove dias — como cumprimento da promessa — vestida de franciscana e indo às novenas no festejo dedicado ao santo em Ubaúna. Outro relato interessante foi o das cantigas, realizadas com o objetivo de pedir ao santo um bom inverno. Nesse caso, o intercessor aclamado é novamente Santo Isídio que, segundo a entrevistada, é convocado para dar a medida certa de chuva através da seguinte cantiga:

Meu santo Isidi Lavrador Cajado/Fie de uma esposa
nosso advogado/O gado e as ovelhas berra/ Chuva com
bonança arrasa a terra/ Fontes abertas/alguns passari-
nhos/Fontes abertas alguns passarinhos/ Há meu santo
Isidi tenha dó dos homens/ Tenha dó dos homens e das
mulher também/Há meu santo Isidi!¹⁷

Além de tratar o santo por seu advogado e pedir boas chuvas, a entrevistada relatou seus conhecimentos sobre o clima. Segundo ela, só chove muito no ano em que o Carrero São Tiago e a “Estrela de Davi” estivessem numa determinada posição; o que me fez questionar se essa estrela tem alguma reminiscência com a estrela de Davi dos judeus. Ainda relatou: “Pelo Carrero São Tiago, e tá chovendo assim porque a Estrela de Davi se mudou do nascente pro Piauí, o Carrero São Tiago tem que tá no sul, nas praia”¹⁸

Carrero Santiago e Estrela de Davi, eis o conhecimento popular da entrevistada. O primeiro faz referência a um santo que se chamava Tiago pelo catolicismo oficial. Já o segundo pode ser referência a uma tradição judaica, o que poderá ser respondido com pes-

17 *Ibidem.*

18 *Ibidem.*

quisas futuras em torno do conhecimento das pessoas em relação à Estrela de Davi, comparando-a com a estrela da tradição judaica.

Perguntando à entrevistada o que era o “Carrero” São Tiago, ela disse que é o céu “coberto de estrela aí no meio das estrelas é todo azulim”.¹⁹ Isso, segundo ela, é um elemento essencial para que se tenha um bom inverno no Ceará. Na fala da agricultora aposentada, é possível perceber que tanto a observação de fenômenos naturais, com relação aos astros, quanto as respectivas invocações de santos são os principais elementos usados para se ter esperanças de um bom inverno chuvoso.

O modelo de santidade no Ceará estava, portanto, baseado na conjuntura de viver sertaneja, em que os santos eram invocados para lhes proteger dos perigos climáticos e lhes dar bom inverno e boa fartura nas colheitas, fator essencial para se viver em Ubaúna no século XX. Dessa forma, analisando o modo de vida dos ubaunenses, o geógrafo Aguiar Silva pôde constatar:

Diariamente constatamos um modo de vida marcado por certo bucolismo. As pessoas ainda resgatam alguns hábitos, como: cultivar plantas ou criar animais nos quintais das casas ou até mesmo em meio às ruas, se reunir na calçada da casa de algum vizinho no final da tarde e à noite para conversar, a preocupação com a ausência de chuvas, a realização de experiências populares sobre a chegada ou não do período chuvoso, o uso de carroças movidas pela força animal, a produção artesanal de chapéus de palha, o manejo diário de animais de um lugar para outro dentro do espaço interno. Ainda é forte a presença de um modo de vida arraigado nas origens daquelas famílias que migraram das áreas rurais vizinhas.²⁰

19 *Ibidem.*

20 AGUIAR SILVA, Francisco Aristênio. *Ubaúna-Coreaú/CE*. Rural ou Urbano? A compreensão do lugar nas aulas de Geografia. Monografia. Curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú/ Centro de Ciências Humanas, 2012, p. 48.

Esse modo de viver, analisado pelo autor em Ubaúna, mostra os resquícios do modo de viver dos ubaunenses que perdurou até o começo do século XXI. Em entrevista realizada com outro agricultor, ele deu destaque ao dia de São José e à Semana Santa como subterfúgio de esperanças de inverno tanto para o ano atual, como também para o próximo. Apesar de já haver um pequeno comércio e serviços públicos em Ubaúna na segunda metade do século XX, os cultos realizados aos santos vinham para dar um fôlego a mais e esperanças de chuvas para os moradores da localidade.

Nas entrevistas com seu João Evangelista Mendonça, pude perceber os elementos religiosos como principal fator para indicar se vai ou não ter inverno:

Porque assim, olhe, papai se baseava muito em duas experiências: a de setembro começando do dia primeiro ao dia 5, se nublasse, até por acaso tivesse um sereno o inverno tinha garantia, tinha a experiência da semana santa viu, tem a de São José também que o pai tinha muita fé na de São José porque o seguinte: esse a última esperança pro lavrador é até o dia 19 de março, papai pedia prece a São José para que atendesse não só a ele mais a todos.²¹

Na pergunta que eu fiz sobre a experiência de Semana Santa, seu Evangelista afirma:

A da Semana Santa é o seguinte: a Semana Santa, Domingo de Ramos, tudo bem aí ele começava segunda-feira, segunda-feira se chovesse era janeiro do próximo ano, terça-feira, se chovesse era fevereiro do próximo ano, quarta-feira, se chovesse era março do próximo ano, quinta-feira se chover, é abril do próximo ano aí vai, agora o meu pai dizia o seguinte se por acaso chovesse todos os dias da Semana Santa, mas não chovesse Domingo de Páscoa o inverno era fraco, se por acaso na

21 Entrevista com João Evangelista de Mendonça, realizada no dia 03/05/2018.

Semana Santa não chovesse, mas chovesse bastante no Domingo de Páscoa tinha inverno.²²

Nessa entrevista, tanto a Semana Santa como o dia de São José são destacados como os principais dias que o agricultor saberá se irá ou não ter um bom inverno, mostrando mais uma vez os elementos religiosos como forças para a interpretação do clima. Nas duas entrevistas realizadas, pude perceber as maneiras distintas de invocar os santos pelos dois agricultores. Dona Maria Machado da Frota invocava os santos para se livrar de relâmpago, ventania e para ter um bom inverno. No entanto, a invocação era realizada com santos diferentes, cada um com uma função específica: Santo Isídio, com suas cantigas, vai trazer chuva; Santa Rita de Cássia ou das Graças vão acalmar os raios; São Lourenço vai acalmar o vento. Isso além das promessas de aposentadoria alcançada pela intercessão de São Francisco. Já com João Evangelista Mendonça, pude perceber a importância da Semana Santa e a invocação de São José como última esperança de haver um bom inverno. Esses relatos dos entrevistados mostram que o culto aos santos está relacionado às necessidades iminentes do cristão sertanejo, que parte dos seus problemas do cotidiano para ditar as regras e a forma de cultuar os santos.

O culto a São José sofreu grandes mudanças no Ceará, adaptado à conjuntura dos sertanejos. Padroeiro do Estado do Ceará, seu dia canônico é comemorado em 19 de março. Sua importância vem do fato de os sertanejos se basearem nesse dia para saber se haverá ou não um bom inverno. Caso chova nesse dia, os sertanejos terão a certeza de que as chuvas serão suficientes para os legumes; mas caso não chova, as esperanças são mínimas de inverno para segurar e garantir as plantações.²³

22 *Ibidem.*

23 Site consultado: <https://www.ceara.gov.br/2015/03/18/19-de-marco-dia-de-sao-jose-data-celebra-o-padroeiro-do-ceara-e-a-esperanca-do-sertanejo/>.

Já na Europa, o culto a São José é realizado de outra maneira, não tendo relação com o regime de chuvas. Analisando o uso das imagens pelas confrarias no Antigo Regime, Roger Chartier vai falar que:

Por ocasião da festa do santo padroeiro, as imagens são distribuídas pela cidade e afixadas na igreja: assim os companheiros carpinteiros, reunidos na confraria São José instalada na paróquia Saint-Nicolas-des-Champs, mandam rezar uma missa cantada...²⁴

O autor nos diz que a confraria de São José reunia profissionais de carpintaria, que era a profissão de José, pai de Jesus Cristo na Bíblia Sagrada,²⁵ sendo seu culto realizado na Europa do Antigo Regime pelas pessoas dessa profissão, que tinham São José como seu patrono e protetor pessoal. Em Ubaúna, concomitantemente com o Ceará, seu culto passou a ser relacionado com o inverno, sendo seu dia comemorando com esperança, pois caso chovesse nesse dia, é certo para o sertanejo que haverá chuvas suficientes para as plantações.

Nesse sentido,

O culto a um determinado santo é histórico. Sua representação informa ao historiador a maneira pela qual um determinado grupo social vive sua relação com a realidade social, definindo estratégias de convivência a partir da necessidade de resolução de seus problemas procurando um contato com o transcendente por meio do ritual adequado, no qual investe de poder um grupo de especialistas, os santos, capazes de restaurar a ordem daquilo que é interpretado como caótico por intermédio do milagre. Para a religiosidade católica, o único especialista que conhece é o santo, enquanto para a instituição, o especialista é, em primeiro lugar,

24 CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 108-109.

25 BÍBLIA, A. T. Mateus 13/55. In: BÍBLIA. *Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos*. Tradução: José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.

o intermediário dessa relação com o sagrado, isto é, o sacerdote. Sem o aval da instituição, o culto a um determinado santo não é aceito.²⁶

Concomitante a isso, há ainda o analfabetismo e a falta de conhecimentos dos preceitos ultramontanos pelos sertanejos de Ubaúna, pois

Para a religiosidade dos sertanejos pobres, os sacramentos, como o batismo e o matrimônio, não tinham a importância prevista pela hierarquia clerical. Acostumados a viver em lugares onde a ausência de padre é frequente, muitos sertanejos desenvolveram suas experiências religiosas sem atribuir uma importância fundamental aos sacramentos. Suas vivências religiosas eram constituídas sobretudo por um relacionamento com o sagrado sem a mediação dos sacerdotes, ou seja, eram compostas por uma tessitura de ligações com o santo protetor, diante do qual eram realizados os pedidos, os agradecimentos e as orações. Para as mais remotas paragens da caatinga, o sagrado se constituía muito mais mediante o oratório doméstico que através de rituais comandados por um sacerdote. Desenvolvia-se, então, um catolicismo pouco ortodoxo para os olhos da Igreja.²⁷

Como vimos ao longo desse texto, o território de Ubaúna foi moldado por uma religiosidade leiga em que o culto ao santo era praticado para atender as demandas do cotidiano dos fiéis. A última entrevista que realizei foi com o memorialista de Ubaúna, Raul Márcio, que fez um trabalho de resgate através de entrevistas com moradores da localidade sobre o passado ubaunense e as relações sociais produzida nesse espaço. Na entrevista pude perceber o quanto a religião molda essa localidade, sendo a devoção popular aos santos o principal meio de contato com o sobrenatural.

26 ANDRADE, Solano Ramo de. A religiosidade Católica e a Santidade do Mártir. *Projeto História*, São Paulo, n. 37, p. 237-260, dez. 2008, p. 254.

27 RIOS, Kênia Sousa. *Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014, p. 100.

Na entrevista, ele me relatou que existiu na Ubaúna uma devoção a São Francisco, padroeiro da localidade, fora dos moldes oficiais da Igreja. Segundo Raul, muitas pessoas antigas da Ubaúna (que viveu maior parte de sua vida no século XX) acreditavam que São Francisco de Assis era Francisco Apoliano, um homem muito bom que sofreu o martírio da morte em Ubaúna, sendo identificado com o São Francisco da Igreja.

Baseado nas entrevistas que Raul fez com as pessoas idosas de Ubaúna, este homem teria vivido no período Imperial e trabalhava como inspetor da Coroa, tendo sua identificação ao santo da capela se alastrado no século XX, devido ao seu assassinato, ocorrido em território ubaunense. Perguntando o motivo dessa associação de um santo católico a um homem que foi assassinado na localidade, ele conta que

Aristides assim, eu acho assim, que o motivo da associação além do nome, porque o nome desse rapaz desse homem era Francisco Apoliano. Na época existia uma grande comoção em torno dele, qual foi? Ele não trabalhava para igreja, ele trabalhava para o Império, para O império brasileiro, digamos assim, para a coroa e o trabalho dele era um trabalho de inspeção, ele era um espécie de inspetor que fazia ronda, não sei se relacionado ao imposto que deveria ser pago à coroa, alguma coisa nesse sentido né. E estando por aqui, não sei se alguma desavença com alguns dos inadimplentes ele acabou sendo emboscado e morto nesse local. E que também até ganhou o nome dele como local que ficou conhecido como Alto do Apoliano. [...] tem uma leve ribanceira, e esse alto é devido a questão do barro, ele se torna muito escarlate, bem vermelho né. Eles até associam que foi devido ao martírio que ele sofreu lá, né, o Francisco Apoliano.²⁸

Pelas entrevistas realizadas com as pessoas mais antigas de Ubaúna, que viveram suas vidas em maior parte no século XX,

28 Entrevista Realizada com Raul Marcio Costa em 08/05/2021.

nota-se que ainda estava na memória que São Francisco de Ubaúna era um homem que viveu na região e havia, segundo os relatos, “se santado”, devido ao martírio do assassinato.

Outro relato interessante dito pelo memorialista foi sobre como as pessoas usavam as imagens dos santos para trazer chuvas em Ubaúna. O memorialista relatou que era comum, no século XX, as pessoas da região furtavam imagens de santos das casas das outras pessoas, com o intuito de pedir chuva para localidade. Quando a chuva vinha, o ladrão devolvia a imagem do santo para o seu respectivo dono, que já sabia o motivo, fazendo com que ele não se preocupasse com o sumiço da imagem, pois sabia que ela seria devolvida.

O memorialista contou ainda que seu pai, que trabalha com a criação de gado, teve uma garrota doente e fez uma promessa a São Francisco, pedindo para ele curar o animal. Caso isso acontecesse, ele daria um bezerro ao santo no dia de sua festa em Ubaúna. Foi o que ocorreu, e o criador cumpriu a promessa por ter sua garrota curada.²⁹

As práticas religiosas fora dos padrões oficiais da doutrina católica, em que um santo oficial se torna um santo local, e as promessas estão ligadas às práticas cotidianas dos devotos mostram como essa religiosidade estava sendo influenciada por uma conjuntura em que a terra era o principal meio de sobrevivência. Nesse sentido, a religião era praticada para atender a demanda dos fiéis. Imagens de santos roubados por outros fiéis, com o intuito de trazer chuva para localidade, faziam parte do cotidiano e eram essenciais para a vivência dos ubaunenses no século XX.

Apesar de Ubaúna começar a se desenvolver durante o século XX, com o surgimento de vários arruamentos, é possível perceber

29 *Ibidem.*

como sua dinâmica era respaldada por uma aura religiosa, em que o culto ao santo era adaptado à vida do fiel, respondendo às suas necessidades imediatas. Nessa conjuntura, não existe santo oficial ou doutrina oficial; existe, sim, a fé do devoto que não tem o intuito de questionar os ensinamentos da Igreja, mas garantir uma proteção sobrenatural em seu cotidiano de trabalho com a terra, pois dependia de fatores climáticos para sobreviver.

Por ser um distrito pequeno em povoado e passando por um processo de desenvolvimento lento, é necessário destacar como a religiosidade deu forças para que o sertanejo de Ubaúna sobrevivesse nesse território. Antes da construção da igreja, no final do século XIX, o lugar era considerado um tabuleiro abandonado, com fixações de fazendas muito dispersas umas das outras. A religiosidade, portanto, foi e ainda é algo bastante marcante no território ubaunense. Sem ela, não é possível entender como um território abandonado cresceu como povoado, chegando aos dias de hoje com característica de cidade.

Considerações Finais

Neste estudo, foi trabalhado como a religião moldou o território ubaunense, influenciando o crescimento como povoado, através da construção de uma capela em decorrência de uma promessa realizada. De um território rodeado por fazendas dispersas uma das outras, Ubaúna cresceu como povoado com a construção do templo, no final do século XIX. Posteriormente a esse período — ao longo do século XX — Ubaúna vai ter sua dinâmica baseada nas festas religiosas, que traziam um grande aglomerado de pessoas para a localidade.

Ubaúna também vai crescer neste século com a construção do açude, a reforma da Igreja e o estabelecimento de arruamentos. No entanto, sua aura religiosa, baseada na religiosidade, ainda estava presente. Os santos são ali aclamados para trazer chuvas, acalmar relâmpagos e proteger seu devoto na vida cotidiana. Sendo este território, até os dias de hoje, economicamente dependente da agricultura e da pecuária. Nesse sentido, o sertanejo ubaunense vai ter sua vida marcada por uma dinâmica religiosa em que o culto aos santos foi realizado para atender os problemas diários da população, dando força e proteção na sua vivência com o solo do semiárido cearense.

Ademais, este trabalho buscou focar a aura religiosa ubaunense, em que o culto aos santos era realizado para responder os problemas imediatos do sertanejo, que tinha a terra como único meio de sobrevivência. Essa dinâmica vem mudando lentamente no decorrer do século XX, com o surgimento de serviços públicos e comércio. No entanto, o culto aos santos continua a ser praticado para dar proteção e respostas para as agruras cotidianas do sertanejo ubaunense, principalmente em sua relação com o solo semiárido do sertão.

Fontes Orais

Entrevista realizada com João Evangelista Mendonça em: 03/05/2018.

Entrevista realizada com Maria Machado da Frota em: 06/04/2020.

Entrevista realizada com Raul Márcio Costa em: 08/05/2020.

Fontes Escritas

Livreto *História de Ubaúna*, março de 2010.

Sites Consultados

<https://portalubauna.blogspot.com/2008/10/festejos-de-so-francisco-de-assis-2008.html>

<http://gleisonubaunaa.blogspot.com/2008/10/histria-do-distrito-de-ubana-cear.html>

<https://www.ceara.gov.br/2015/03/18/19-de-marco-dia-de-sao-jose-data-celebra-o-padroeiro-do-ceara-e-a-esperanca-do-sertanejo/>

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/coreau/historico>

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/coreau/historico>

<https://secom.ufg.br/n/37804-religioes-no-brasil>

Referências

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, p. 167, 2005.

ARAUJO, Fernando Francisco. *“São Francisco Rogai por nós”*: Um estudo dos Festejos de Ubaúna (2005-2010). Monografia. Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú/ Centro de Ciências Humanas, 2013.

AGUIAR SILVA, Francisco Aristênio. *Ubaúna-Coreaú/CE. Rural ou Urbano? A compreensão do lugar nas aulas de Geografia*. Monografia. Curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú/ Centro de Ciências Humanas, 2012.

ANDRADE, Solano Ramo de. A religiosidade Católica e a Santidade do Mártir. *Projeto História*, São Paulo, n. 37, p. 237-260, dez. 2008.

BASTOS, Antônio Silveira. *Andanças pela Prosa, Poesia e Música*. 2002. p. 51.

CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, p. 108-109, 2004.

GONÇALVES, Rozinele Romão. JUNIOR, Darlan de Oliveira Reis. *Aldeamentos; sesmarias e conflitos: o Cariri cearense no século XVIII*. Curso de História da Universidade Regional do Cariri (URCA), Bolsista de Iniciação Científica/PIBIC (URCA).

NETO, Clovis Ramiro Jucá. Os Primórdios da Organização do Espaço Territorial e da Vila Cearense — Algumas Notas. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 20. n. 1. p. 133-163. jan.- jun. 2012.

PINTO, João Rafael Lira Ramos. “Os Machados do alto”. O “causo” sobre preconceito racial no sertão setecentista: a separação de uma família, Ubaúna/Coreaú 1797. Artigo. Curso de História Licenciatura da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral 2019.

PORTELLI, Alessandro. *História Oral e poder*. Conferência no XXV Simpósio Nacional da ANPUH. Fortaleza, CE, 13/07/2009.

PINHEIRO, F. Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In: SOUZA, S. *Uma nova história do Ceará*. 4. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

RIOS, Kênia Sousa. Isolamento e poder: *Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932*. Fortaleza: Imprensa Universitária, p. 100, 2014.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Passado sedutor: a História do Ceará entre o fato e a fábula. In: RIOS, Kênia Sousa; FILHO, João Ernani Furtado. *Em tempo: história, memória, educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2008.

SILVA JÚNIOR, Agenor Soares e. *Cidades Sagradas: da “Roma cearense” à “Jerusalém sertaneja”*. A Igreja Católica e o desen-

volvimento urbano no Ceará (1870-1920). Fortaleza: Sobral: Edições ECOA, 2015.

SILVA JÚNIOR, Agenor Soares. Os Santos Peregrinos: Uma análise do Estudo Hagiográfico na formação social nos Sertões do Ceará Colonial — Notas Introdutórias de uma Pesquisa. *Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE*. Fortaleza, v. VI, nº 12, julho-dezembro, 2018.

VAUCHEZ, André, O Santo. In: LE GOFF, Jacques. *O Homem Medieval*. Lisboa: Presença, 1989.



FANÁTICOS E COMUNISTAS: REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA SOBRE O CALDEIRÃO DE SANTA CRUZ DO DESERTO (1936-1937)

Vinícius Silva de Medeiros¹

Introdução

A Proclamação da República no Brasil não significou para os estratos sociais em vulnerabilidade uma mudança substancial de vida a partir de 15 de novembro de 1889. As mazelas oriundas de séculos de escravidão e exclusão social reverberavam na nova forma de organização política do país. O sistema político do Império se viu enfraquecido pela centralização do poder, pela Guerra do Paraguai e pelas mudanças na estrutura econômica mundial, que não sustentou a crise política desencadeada no século XIX.

Uma vez instaurado, o novo regime não mudou as estruturas sociais do país; o latifúndio continuou a base da vida econômica, enquanto a maior parte da população continuou excluída das decisões políticas nacionais. Inclusive, muitos cargos importantes da República continuaram ocupados pelos mesmos políticos oligarcas que haviam servido D. Pedro II (FARIAS, 1997, p. 10).

1 Graduando em Licenciatura em História - Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).
E-mail: viniciusdemedeiros@outlook.com

Sertões adentro, vivia-se uma temporalidade diferente daquela experienciada em cidades do litoral, pois “ali nada parecia romper uma rotina secular, firmemente alicerçada no privilégio, no arbítrio, na lógica do favor [...] nas rígidas hierarquias assentadas sobre a propriedade, violência e o medo” (NEVES, 2008, p. 15). Naquele meio estava inserido o Caldeirão do Beato José Lourenço, uma comunidade “alternativa” aos modos de sociabilidade estabelecidos na primeira metade do século XX, encravada no sertão do Cariri, que irá chamar atenção das elites locais, preocupadas com supostas ameaças à ordem estabelecida.

Enquanto, no litoral, as cidades recebiam cada vez mais a influência das tendências europeias — arquitetura e urbanismo, vestuário, imprensa —, o interior do país sofria com o esquecimento das políticas sociais, econômicas e sanitárias. O início da República foi marcado pela Guerra de Canudos, batalha travada entre sertanejos e militares do Exército brasileiro, retratada na obra *Os Sertões*. Ali, Euclides da Cunha demonstrou a maneira como uma casta econômica, que também era intelectual, enxergava o problema social que circuncidava o país e faz aparecer “uma rara síntese que condensa o contraste entre os ideais de progresso e civilização que pautam os sonhos de seu tempo e a dura realidade do Brasil” (NEVES, 2008, p. 17).

No Ceará, a comunidade do Beato José Lourenço, o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, foi relacionada ao episódio que envolveu a liderança de Antônio Conselheiro, referência para as comunidades lideradas pelo beato — ele mesmo um seguidor do Padre Cícero Romão Batista, um importante líder religioso para as populações sertanejas. Para os periódicos que cobriram os acontecimentos do Caldeirão:

[...] o episódio é a repetição de outros que ensanguentaram nossos sertões nordestinos. A força das armas sufoca, por algum tempo, as agitações. Mas os fermentos não desaparecem. A ignorância, o fanatismo e a falta de

justiça continuam sua obra, até que novas oportunidades se ofereçam para os assaltos e morticínios (CORREIO DA MANHÃ, 16/05/1937, p. 4).

O enunciado expressa a noção da imprensa sobre o Caldeirão, sendo ele “reincidência” dos movimentos ocorridos no início da República, insinuando a possibilidade de uma nova Canudos, “[...] um dos episódios que não só mereceu grande espaço na imprensa periódica, como se prestou a novas práticas jornalísticas” (MARTINS; LUCA, 2012, p. 272-273).

Desde o sítio Baixa D’Anta (1895-1926)² até propriamente o “Caldeirão” (1926-1936), foram incontáveis as tentativas de destituir aquelas experiências, fosse fisicamente ou moralmente, bem como explicá-las, resultando em combates pela memória e história do acontecido: “O Caldeirão era um antro de licenciosidade. Nisso difere profundamente do Juazeiro, onde a conduta moral do Padre Cícero impunha costumes honestos” (DIÁRIO DA NOITE, Nº 02732, 22/09/1936, p. 13).

Nesta passagem, o periódico traça um paralelo do Caldeirão com o movimento religioso de Juazeiro, porém mais que isso: sugere a superioridade de Padre Cícero frente ao beato José Lourenço, sendo este último um “libertino” e “glutão”. O ajuntamento de sertanejos se tornou sinônimo de perigo para o mandonismo local, como também para a religião católica, pois apresentava, por suposição, aspectos de “fanatismo” e comunismo, conforme se observa no relato seguinte.

2 O sítio Baixa D’Anta foi o primeiro local de estabelecimento da comunidade de José Lourenço. O terreno arrendado foi vendido pelo proprietário e os moradores tiveram de procurar outro local, sem receberem nenhuma indenização pelo trabalho realizado naquela terra por mais de duas décadas. O sítio Caldeirão, espaço escolhido para a continuidade do empreendimento, foi oferecido pelo Padre Cícero à comunidade do Beato José Lourenço. A denominação advém da existência de uma depressão rochosa cujo formato se assemelha a um caldeirão.

OS ESPANTOSOS EPISÓDIOS DO SERTÃO DO CEARÁ: Quatrocentos fanáticos de túnica negra aprisionados pela polícia — franco regimem comunista — O Beato Lourenço e seu harém de dezesseis mulheres! (DIÁRIO DA NOITE, Nº 02732, 22/09/1936, p. 13).

A manchete acima constrói um lugar próprio para o Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, carregado de significados, que viriam a tornar o arraial sinônimo de ameaça. Pretende-se, portanto, através deste trabalho, investigar as representações do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto presentes na imprensa brasileira no decorrer dos anos de 1936 e 1937,³ sobretudo nos periódicos *Correio da Manhã* e *Diário da Noite*, ambos publicados no Rio de Janeiro.⁴ Foi esse o período de dois acontecimentos que marcaram os episódios da história do Caldeirão, leia-se o incêndio das casas da comunidade e a dispersão dos moradores pela tropa do tenente José Góis de Campos Barros, em setembro de 1936, assim como o confronto entre os remanescentes do Caldeirão contra as tropas do Capitão José Bezerra, em maio de 1937. Busca-se ressaltar os discursos em torno da comunidade do beato José Lourenço produzidos pelos setores interessados na condenação do Caldeirão. As fontes dessa pesquisa encontram-se disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

José Lourenço era um penitente paraibano, filho de escravos alforriados que foi até o Ceará, precisamente à região do Cariri,

- 3 O conceito de representação trabalhado aqui vai ao encontro do que postula Roger Chartier em *A História Cultural: entre práticas e representações*, que busca identificar os modos distintos de compreensão de uma realidade social em determinados momentos e lugares, estando sujeita aos interesses dos setores que as criam. Nesse sentido, o termo será usado no sentido de analisar a forma como os eventos do Caldeirão foram lidos pelos setores interessados na destruição do sítio a partir do que pensavam ser, ou queriam que fosse, aquela experiência.
- 4 A opção pelos jornais *Correio da Manhã* e *Diário da Noite*, ambos periódicos cariocas, pretende descrever como grupos da capital federal viam a experiência do Caldeirão. O *Correio da Manhã* foi fundado em 15 de junho de 1901 por Edmundo Bittencourt, sendo um dos principais órgãos da imprensa brasileira no século XX. O *Diário da Noite* foi fundado em 1929 por Assis Chateaubriand, tendo vendido mais de 120 mil exemplares diariamente nesse mesmo ano, fechando as portas na década de 1960, afetado por dívidas.

localizada no sul do estado, seguindo o fluxo dos supostos milagres que envolviam o Padre Cícero e a Beata Maria de Araújo. Ele “chegou a Juazeiro por volta de 1890. Como muitos outros era romeiro” (RAMOS, 2016, p. 7). Um preto pobre que nas terras cearenses foi alvo de calúnia e difamação, retratadas em veículos de imprensa, o que lhe causou por vezes o aprisionamento no cárcere. A trajetória do Beato José Lourenço e suas comunidades constitui, portanto, um importante cenário social que caracterizou o Nordeste brasileiro, sobretudo no final do século XIX e primeira metade do século XX.

Liderado pelo beato José Lourenço e guiados pelo lema fraternidade, oração e trabalho, os camponeses que lá chegavam trabalhavam tanto com a agricultura como com o artesanato, essa produção serviria tanto para o consumo interno, como para a comercialização com sítios próximos (FIGUEIREDO FILHO, 2015, p. 112).

O Sítio Caldeirão, enquanto espaço de acolhimento e socialização, recebia retirantes famélicos em busca de pão e esperança na terra do “Padre Santo”. Lá chegando, comiam aquilo que plantavam e havia fartura, “quase tudo produzia a comunidade no arraial, quase que se bastando a si mesma de sorte que eram poucas as suas transações com os centros vizinhos” (HOLANDA, 1995, p. 346-357). Numa terra arrendada nas proximidades da cidade do Crato, José Lourenço, apadrinhado pelo Padre Cícero, iniciou seus trabalhos comunitários no sítio Baixa D’Anta entre 1895 e 1926, período em que logrou intenso apoio popular a ponto de ser constantemente comparado ao “padrinho”.

A comunidade do Caldeirão estava localizada no território da maior cidade da região àquela altura: Crato, um importante centro comercial do interior cearense. O crescimento demográfico ocasionado pelas procissões ao Cariri logo causou problemas à

vizinha cidade de Juazeiro do Norte, que não tinha condições de receber tamanho número de pessoas, principalmente indivíduos paupérrimos em busca de alimento e trabalho. “O ‘milagre’ de Juazeiro foi com certeza o motivo primordial para a ampliação do povoamento e riquezas econômicas da porção sul cearense” (FARIAS, 1997, p. 36). Padre Cícero encaminhava, então, levas de pessoas para o sítio Baixa D’Anta, onde para que José Lourenço lhes dava abrigo. Era um espaço de confluência entre pessoas de diferentes estados, sobretudo no contexto da grave seca como aquela que atingiu o Nordeste no ano de 1932, que reclamava espaços de ajuntamento das populações pobres do interior da região.

No Ceará, tais ajuntamentos foram popularmente chamados de “Currais do Governo”. Eram, na verdade, campos de concentração, assim mesmo nomeados, onde os flagelados da seca eram alojados e muitas vezes entregues à própria sorte.⁵ Tais campos de concentração, com forte sentido de controle, representavam uma forma de reter o fluxo migratório sertanejo, a fim de evitar invasões às cidades, sobretudo a capital, Fortaleza, e a perturbação do comércio (RAMOS, 2011, p. 77).

Sobretudo, depois de junho de 1932, a multidão de concentrados se multiplicava dia após dia. Os grandes terrenos, cercados ou murados, geralmente planejados para alojar de dois a cinco mil flagelados, chegaram a receber mais de 50 mil retirantes, como é o caso do Campo de Concentração do Buriti, no Município do Crato (RIOS, 2014, p. 92-93).

O discurso político-higienista da época defendia estratégias de segregação sob o pretexto de preservar a saúde dos centros urbanos, afastando de lá pessoas que “perturbassem” a ordem

5 Os Campos de Concentração ou “currais” foram políticas públicas voltadas para controle do fluxo de emigrantes em direção à capital do Ceará, que incluíam frentes de trabalho, assim como emigração forçada para outros estados. Além do Crato e Fortaleza, os currais se estenderam para outras cidades cearenses, como Ipu, Senador Pompeu, Quixeramobim e Cariús.

pública: “a vida destes estava sob controle e organizada por indivíduos que tinham como função adestrar, disciplinar e conduzir cada detalhe de suas vidas” (ALBUQUERQUE FILHO, 2015, p. 104).

Naquele período, o sítio arrendado pelo Padre Cícero recebeu incontáveis pessoas que padeciam dos males da seca e que alcançavam a cidade do Crato de trem, no lombo de animais ou na resistência da marcha a pé. “A população que tinha se mantido quase constante desde 1926 é multiplicada por dois. A seca enche o Caldeirão de sertanejos atingidos pela falta d’água” (RAMOS, 2011, p. 82). No Caldeirão de Santa Cruz do Deserto havia alimentação e trabalho para todos. O tratamento era bem distinto daquele dispensado aos homens, mulheres e crianças amontoadas como gado nos “currais do governo”.

A liderança do beato entre a cruz e as baionetas

A figura de José Lourenço se destacava nos acontecimentos da comunidade do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto. Por ser líder da comunidade, ele foi o principal alvo dos veículos de imprensa no ataque à tentativa de construção do bem comum naquele espaço, como expressa a matéria do *Diário da Noite*: “O exemplo do beato espalhava a corrupção por todo o grupo. Indivíduos perversos incorporavam-se às romarias que iam até o Caldeirão, encontrando boa ocasião para satisfazer seus instintos depravados” (DIÁRIO DA NOITE, Nº 02732, 22/09/1936, p. 13).

As representações veiculadas nos jornais em torno do seu nome se deram a partir da temática moral, levando a sugerir que o beato teria comportamentos desviantes e “perniciosos”. Embora tenha iniciado sua vida religiosa como penitente, cuja conduta moral era tida pelas pessoas que com ele conviviam como correta e ponderada, seus atributos de dignidade pessoal eram

medidos pela régua do trabalho, que considerava José Lourenço “bom de roça”. Mesmo assim, o beato foi perseguido pela Polícia Militar do Ceará, que o acusava do crime de defloramento das moças da comunidade. “O governo resolveu então averiguar e mandou um emissário para investigar. Ele se fez de comprador de algodão e constatou, segundo Alfredo Dias, a veracidade das denúncias [...]” (HOLANDA, 1995, p. 336). Para as autoridades, José Lourenço seria um verdadeiro sultão em pleno sertão nordestino, tendo na comunidade do Caldeirão um harém.

A tensão existente entre as narrativas em torno desse personagem torna os episódios do Caldeirão, sobremaneira, conflituosos, na medida em que se identificam os discursos dos grupos sociais envolvidos nos acontecimentos. Se, por um lado, as elites cearenses representadas pela Igreja Católica, imprensa e Estado estavam decididas a desmontar a comunidade do Caldeirão e desmoralizar José Lourenço perante a opinião pública, os estratos sociais populares estavam certos da inocência do beato diante das acusações realizadas, uma vez que julgavam seu comportamento como exemplar e acreditavam numa vida dedicada à religiosidade e de amparo aos necessitados, conforme estaria demonstrado por sua própria ação no sítio Caldeirão.

A realidade é, pois, colocada em constante movimento a partir das ações dos atores que participam dos eventos no Cariri cearense. A procura da “verdade histórica” vista de outro ângulo, em torno dos episódios do Caldeirão, foi retratada no livro “Polícia Militar do Ceará” de autoria do Major PM João Xavier de Holanda, em segunda edição publicada em 1995. Na obra há a transcrição de uma reportagem da *Revista Policial* nº 34, ano IV, de 24 de maio de 1937. Nessas linhas, o Beato José Lourenço é retratado como um fanático liderando tantos outros miseráveis, continuando os movimentos iniciados por Padre Cícero no final do século XIX.

Desfeita a concentração do Caldeirão, nem assim se extinguiu o fanatismo que dentro em breve voltaria a localizar-se noutra ponto. A Polícia já tivera notícia dos novos “projetos” do beato na Serra do Araripe, tanto assim que objetivamos o entendimento com as autoridades do vizinho Estado de Pernambuco, para uma ação conjugada e eficiente (HOLLANDA, 1995, p. 347).

Na imagem a seguir, retratada em reportagem do *Diário da Noite*, os sertanejos são postos em evidência, mostrando na realidade um ajuntamento cercado por jovens, crianças e mulheres, tendo em destaque a figura de um homem de longa barba. A legenda da fotografia reforça o estigma enfrentado pelos moradores do Caldeirão:

“TUDO DE NEGRO — os fanáticos aprisionados no sítio do Caldeirão, pela polícia do Ceará”.

Figura 1 - “Fanáticos e comunistas”



Fonte: DIÁRIO DA NOITE, 22/09/1936, p. 13.

Haveria, portanto, um problema de civilização. A educação, ou a falta dela, levaria todo aquele povo às crenças supersticiosas e comportamentos que não condiziam com a “moderna” sociedade que se pretendia fazer florescer no Ceará, “[...] a defesa da civilização, do progresso e da classe dominante (e pensante), busca justificar os ataques ao Sítio Caldeirão” (ALBUQUERQUE FILHO, 2015, p. 113).

Numa crônica publicada pelo jornal cearense *O Povo*, que foi transcrita do seu congênere *Correio Paulista*, lê-se:

O “beato” José Lourenço exercia na localidade de Caldeirão completa autonomia e era a única autoridade obedecida pelos componentes daquele agrupamento: casava, batizava e ditava as leis que eram cegamente obedecidas, entregando-lhes os fanáticos os próprios haveres. O beato possuía um harem composto de 16 mulheres jovens e formosas. A sua mesa era farta e as bebidas finas não lhe faltavam (*O Povo*, 30-09-1936, p. 1).

Partindo da Paraíba pelos idos de 1890, José Lourenço fez parte da leva de retirantes que se dirigiam dos mais remotos lugares do sertão nordestino em direção à *meca sertaneja*, em busca dos milagres nas santas terras do Padre Cícero. “Na mentalidade popular, Deus havia escolhido Juazeiro para ser o centro da salvação da humanidade mergulhada em pecados” (RAMOS, 2011, p. 43). No sítio Baixa D’Anta, atribui-se à vida de beato e à habilidade como agricultor a transformação do arrendamento, antes solo improdutivo, numa fértil terra. José Lourenço vestia a indumentária de beato apenas em ocasiões religiosas. “Em Baixa Danta, ele não só conhece as técnicas de cultivo do solo; também se torna mais preparado para implementar o modo de vida que seria praticado no Caldeirão” (*Idem*, p. 88).

Padre Cícero, na condição de “padrinho”, enviava ao sítio os romeiros mais miseráveis, desde retirantes flagelados a malfei-

tores, tendo incumbido José Lourenço da missão de cuidar dessas pessoas. José Lourenço despertava sentimentos distintos na população caririense: era respeitado pela liderança e número de seguidores, assim como era execrado por sua capacidade de direcionamento e pelas marcas de sua personalidade. Poderia, portanto, influenciar os seguidores a executar atividades criminosas ou não, assim supunha parte dos cidadãos de Crato e Juazeiro; afinal, era o “chefe” dos fanáticos. A despeito de antipatias e desconfianças, ele obteve notoriedade e respeito da população:

O prestígio do beato não estava se espalhando somente entre os camponeses, mas também entre os “homens respeitáveis”. Sua maneira de gerenciar Baixa D’anta mantinha relações de camaradagem com as propriedades vizinhas. Esse seu espírito era inspirado e justificado na ética do “amai-vos uns aos outros”. Assim, ele era bem-visto não só pelos despossuídos, mas também pelos proprietários (RAMOS, 2011, p. 90).

Logo, “gente importante das redondezas cultivava a amizade do beato. Porque essa amizade era útil. Contava-se que um fazendeiro das imediações conseguiu, certa vez, que o beato lhe mandasse 400 homens para terminar um serviço nas suas terras” (DIÁRIO DA NOITE, 22/09/1936, p. 14). Nota-se a heterogeneidade dessa chamada “elite” que constitui de modo complexo os acontecimentos em torno de José Lourenço, fugindo da simplificação que lhe atribui caráter unitário e global, considerando as possibilidades conflitantes nas suas formas discursivas. Nesse ínterim, Igreja e outros setores dessa elite perseguiram o beato e suas comunidades, apesar de incentivar as práticas de cooperação e fraternidade a alguns proprietários de terra, motivo demasiado incômodo e que despertava a fúria dos latifundiários que perdiam a mão de obra nas fazendas para o líder religioso.

Mas um farmacêutico e escritor da cidade do Crato defendeu, a seu modo, José Lourenço das acusações que sofria. Em artigo publicado no jornal *O Povo*, José Alves Figueiredo recorreu a artifícios linguísticos para minimizar o poder de influência do beato. Disse ele:

O beato José Lourenço pertence ao número dos verdadeiros fanáticos do Padre Cícero. Ele é daqueles que vêm na figura do velho patriarca do Joazeiro alguma coisa mais do que um simples sacerdote. Para sua mentalidade de estreitos limites, transbordada por essa figura agigantada, o padre Cícero é um santo superior a quantos os cânones tenham lançado nos catálogos da Igreja e com essa aureola empolgou seu espírito (O POVO, 07-07-1934, p. 7).

Note-se o papel central da figura do Padre Cícero nos discursos que envolvem o beato. Especificamente neste caso, percebe-se o discurso de infantilização e irracionalidade de uma “mentalidade de estreitos limites” que dedica devoção ao patriarca de Juazeiro, derivando daí a crença de que seria ele um santo.

José Alves de Figueiredo “tinha no currículo o cargo de prefeito do Crato e amizade com as elites, quer dizer, colecionava qualidades que poderiam atestar aquilo que se chamava de ‘boa conduta’” (FIGUEIREDO, 2006, p. 15). Entretanto, após esse artigo, também ele se tornou alvo de perseguição, pois havia escrito em jornal uma defesa do “fanático” beato do Cariri, “e por isso acaba sendo preso com base na Lei de Segurança Nacional” (FARIAS, 1997, p. 37).

A repressão às “desordens” oriundas do período varguista se fazia presente no Ceará através de seus interventores. “O artigo de Figueiredo transforma-se, então, em nota dissonante diante do coro que relacionava o Caldeirão com manifestações de perigo à ordem social. Ficara solitário no rol de matérias que os jornais publicaram sobre o Caldeirão” (FIGUEIREDO, 2006, p. 16).

Crise da Igreja Católica: Padre Cícero e o movimento religioso de Juazeiro

O final do século XIX foi marcado por uma crise dentro da Igreja Católica, que vinha perdendo adeptos em relação às correntes ideológicas crescentes como o positivismo, o cientificismo, o protestantismo, a maçonaria, o liberalismo e o marxismo. Outrossim, buscava a manutenção de sua hegemonia após o fim do padroado no Brasil. Pensando em contornar esses problemas, a alta hierarquia deliberou através do Concílio Vaticano I (1869-1870) a centralização de suas estruturas, objetivando consolidar as atividades por meio dos cânones da Igreja de Roma.

Essa reação caracterizou o que ficou conhecido como o esforço de “romanização” da Igreja, movimento reformador da prática católica surgido na segunda metade do século XIX, liderados pelos Papas Pio IX (1846-1878) e Leão XIII (1878-1903), que procurou retornar às determinações do Concílio de Trento (1545-1563), reforçar a estrutura hierárquica da Igreja, revigorar o trabalho missionário, moralizar o clero e diminuir o poder das irmandades leigas (HERMANN, 2008, p. 124).

Sua atuação no início da República será de aproximação e restauração do poderio próximo das elites, até então afastadas pelas ideias liberais. Nesse ínterim, famélicos e explorados se revoltam pelo país, como em Canudos (1896-1897), na Bahia, e no Contestado (1912-1916), em Santa Catarina, reivindicando alimentação, trabalho e terra. Rupturas que agravaram ainda mais a crise da Igreja Católica, pois esta preocupava-se na realidade em combater os inimigos que punham em risco sua hegemonia, ressalte-se a própria República, bem como denunciar os “fanatismos” dos movimentos citados, que reverberaram por todo o país.

O fim do padroado com a queda do Império representou para a instituição religiosa uma enorme derrota, mas também libertação, pois findava séculos de regalismo e possibilitava a liberdade necessária de atuação da Igreja e suas reformas. A monarquia dependia da Igreja Católica para o controle social e coesão, e esta última precisava do império para manter seu domínio.

Esse período foi marcado por intensos conflitos no seio da própria Igreja, como o movimento religioso de Juazeiro (1889-1934). Dentro do novo regime, a Igreja Católica teve que se adaptar aos novos tempos e com pressão conseguiu inúmeras concessões na Constituição Brasileira: “Pois se a Igreja soube contornar as limitações impostas pela nova ordem, não foi capaz, entretanto, de controlar as reações populares diante dos questionamentos e da perda de poder das autoridades religiosas” (HERMANN, 2008, p. 125).

Havia setores dentro da Igreja que atuavam juntamente com a população mais carente. Notadamente podemos citar a vertente do chamado *catolicismo popular*, caracterizado pelas práticas e formas culturais próprias do homem do campo viver a doutrina católica: “Através do catolicismo popular, os sertanejos construíram uma identidade ao mesmo tempo marginal e autônoma” (*Idem*, p. 129). Esteve presente fortemente no sertão do nordeste brasileiro, inicialmente capitaneada pelo Padre Ibiapina, “advogado que chegou a ingressar na carreira política do Ceará, mas por razões pessoais abandonou a toga e passou a peregrinar pelo Nordeste, sem que saibamos exatamente quando foi ordenado” (*Ibid*, p. 131). Como precursor desse catolicismo, “Mestre Ibiapina” inspirou muitos outros, como o próprio Padre Cícero, além do Beato José Lourenço.

Em 1889, no distrito de Tabuleiro (futuro Juazeiro) da cidade do Crato, a Beata Maria de Araújo participaria do acontecimento que mudaria a história daquele lugarejo. Ao receber a comunhão

de Padre Cícero, derramou-se em sangue o pão, caracterizando o suposto “milagre da hóstia” que iria gerar bruscas mudanças e embates dentro do cenário político e religioso do país.

Houve um rebuliço no clero. Uns diziam que era milagre, outros afirmavam ser embuste. A verdade é que os fenômenos promoveram um forte movimento: as romarias. Juazeiro passa a ser um lugar sagrado. Pensava-se que o fenômeno era um sinal dos últimos tempos. O milagre era visto como prova concreta de que Cristo escolhera Juazeiro para a Redenção (RAMOS, 2011, p. 30).

A despeito do suposto messianismo, não se pode encontrar no movimento de Juazeiro características que o identifiquem como messiânico. Após a repercussão daquele acontecimento, Padre Cícero teve que se explicar ao Bispo do Ceará e, mais além, também teve que prestar esclarecimentos ao Vaticano, por isso ele viajou até Roma para responder pelos episódios divulgados. Suspenso pela Igreja, queria sobretudo reaver o direito de celebrar missas. “Em 1898, Pe. Cícero vai a Roma e, depois de vários meses, é julgado pelo Santo Ofício, que lhe devolve o direito de pregar e voltar para Juazeiro. Mas o bispo do Ceará continua a impor restrições” (RAMOS, p. 32). Do ponto de vista eclesial, a disputa do Padre Cícero pela confirmação do milagre se arrastaria até sua morte, aos 91 anos, em 1934, incluindo “[...] suspensão das ordens e até sua excomunhão em 1916” (DELLA CAVA, 1976, p. 235 *apud* HERMANN, 2008, p. 132).

Enquanto o bispo diz que a santidade (e consequentemente o poder de fazer milagres) só era possível diante da obediência, o povo (e alguns padres) elaborava a sua própria teologia. Em momentos como esse, aparecem com uma maior nitidez as diferenças entre o chamado catolicismo oficial e o popular (RAMOS, 2011, p. 32)

Padre Cícero então envereda no meio político e obtém inúmeras conquistas, desde a emancipação de Juazeiro, então Tabuleiro, bem como a derrocada do Governador do Ceará da época, Franco Rabelo, no embate conhecido como “Sedição de Juazeiro” em 1914. “Em fins de 1913 rebentou, como se viu, a revolução de Juazeiro e por sua vez foi deposto Franco Rabelo pelas armas dos romeiros vitoriosos” (PINHEIRO, 2011, p. 162). Pe. Cícero foi o personagem central do conflito político e religioso que envolveu toda a região do Cariri na passagem do século XIX para o século XX, por isso a necessidade do elo estabelecido entre os acontecimentos.

Sendo o primeiro prefeito de Juazeiro, Cícero conquista poder político, podendo dessa maneira se resguardar de retaliações, que sofria constantemente, tornando-se inclusive governador do Ceará em duas ocasiões, ademais,

[...] deputado federal eleito que se recusou a assumir a cadeira para não abandonar seu aprisco, tornou-se grande proprietário territorial, contribuiu decisivamente para fomentar a agricultura no Cariri, e fundou uma cidade que, poucos anos mais tarde, seria a segunda do Estado, depois da capital (FACÓ, 1976, p. 134).

Diferentemente de Canudos, o movimento de Juazeiro não se tornou independente, no enfrentamento às elites e aos latifundiários. Pelo contrário, existia o domínio por parte dos coronéis do Cariri sobre os sertanejos que iam até aquela região; ou seja, encontravam-se os seguidores do sacerdote, esses camponeses, em constante controle e subordinação.

Após a morte de Pe. Cícero, em 1934, retirantes e moradores do Caldeirão viram na figura de José Lourenço o substituto do patriarca de Juazeiro. Porém, no seu testamento, Pe. Cícero doa grande parte de seus bens à Congregação dos Padres Salesianos (RAMOS, 2011, p. 97) e não concede ao Beato as terras

do Caldeirão, deixando vulnerável a comunidade de sertanejos; no entanto, deixa seu legado de romaria: “Caldeirão vinha sendo, como Joazeiro, um centro de convergência de romeiros, principalmente depois da morte de Padre Cícero. Ultimamente recebia cerca de 50 romeiros por dia, que lhe levavam dinheiro e presentes” (DIÁRIO DA NOITE, N° 02732, 22/09/1936, p. 14).

Acreditava-se, pois, que após a morte de Padre Cícero, o beato José Lourenço exerceria o comando daqueles romeiros que inundavam o vale do Cariri. Diante do histórico de levantes ocorridos na região, tornava-se necessária a destituição de todo e qualquer ajuntamento que sugerisse a subversão da ordem e o desrespeito às leis.

O Cariri e a violência do progresso

Em fins do século XIX e início do século XX, o Brasil passava por intensas modificações sociais, políticas e econômicas. Entretanto, essas transformações foram percebidas de modos distintos entre os cenários que compõem a Primeira República: sertão e litoral, urbano e rural. Nesse período, majoritariamente rural, o Brasil interiorano não sentiu os impactos que a capital federal, o Rio de Janeiro, percebeu na virada do século.

O espaço do sertão era tido como lugar do atraso, do fanatismo, enquanto o litoral seria sinônimo de progresso e civilização. No interior do Ceará, a comunidade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto será considerada um reduto de fanáticos em pleno sertão nordestino; logo, um local de valores danosos à sociedade.

No Cariri a primeira década deste século caracterizou-se por uma série de graves acontecimentos. Mais de dez anos eram passados desde a Proclamação da República, porém ali, como de resto em todo interior do país,

não vigoravam as liberdades democráticas que o novo regime outorgava ao povo brasileiro (ANSELMO, 1968, p. 261).

A campanha contra as comunidades do beato sinaliza a preocupação das elites cearenses contra o avanço desse suposto fanatismo, ou seja, do atraso, e em consonância com as elites do Cariri, buscam contornar a situação por meio da violência. “Mais do que em qualquer parte, no Cariri imperava a lei do mais forte” (ANSELMO, 1968, p. 261).

A convivência desses aspectos tão característicos da Primeira República, como a dita civilidade e “barbárie”, convivia dentro do espaço do Cariri cearense. Episódio marcante dessa situação é vislumbrado na questão do “Boi Mansinho”, animal dado de presente para Padre Cícero. O sacerdote, sem ter como manter o animal em Juazeiro, entrega-o aos cuidados do beato José Lourenço no sítio Baixa D’Anta, onde o animal recebe cuidado especial, talvez por se tratar de um presente dado ao “padrinho”. “Preparou, pois, um estábulo-modelo para o touro e empregou várias pessoas para cuidar dele. Em breve tempo aquele belo espécime de ‘Guardimar’⁶ se tornara de uma beleza rara, sendo admirado por todos que o viam” (FIGUEIREDO, 2006, p. 36). Nesse ínterim, “correram boatos, de que o boi operava milagres, e tinha poder de curar enfermidades. Contavam ainda que a urina e fezes do animal — eram usadas como ‘remédios infalíveis’ para inúmeras doenças” (FARIAS, 1997, p. 33). Diante desses boatos, as autoridades locais não hesitaram.

Floro Bartolomeu era um médico baiano que chegou a Juazeiro no ano de 1908, atraído pela possível exploração da mina de cobre do Coxá. “Em síntese, ele acabou se tornando um importante político da região, graças ao apoio de Pe. Cícero” (RAMOS,

6 O termo refere-se a um touro da raça Guzerá.

2011, p. 52). Na época era deputado federal, porém era tido pela população como prefeito quando, na verdade, quem exercia tal função política era o religioso. A confusão se dava pela identificação de Floro ao conceito do “ser político”, ou seja, desonesto, arbitrário, enquanto o prefeito Pe. Cícero era visto apenas como conselheiro, considerando sua “santidade”.

Apesar de não ter exercido o comando da prefeitura, Floro é quem ganha o status de chefe do executivo. Certamente, isso ocorre em virtude do seu relacionamento com a cidade: mandava prender beatos, penitentes, e “desordeiros”, controlava os comportamentos da urbe e tentava modernizá-la (RAMOS, 2011, p. 49).

Floro, ao saber do acontecido, teria mandado matar o boi e prender José Lourenço. A ira foi tamanha que obrigou o beato a comer a carne do boi. Este, por sua vez, não comeu, ficando em jejum durante o cárcere. O episódio indica as intenções de garantir para Juazeiro uma imagem de cidade moderna que não poderia estar vinculada a crendices e superstições. Portanto, qualquer movimento desse cunho era logo sufocado pelas lideranças políticas, nesse caso, representadas em torno do deputado federal Floro Bartolomeu. “Nesse tempo Juazeiro sofria tenaz campanha da imprensa, suscitada, em parte, pela interferência do Dr. Floro Bartolomeu na política do Estado e em parte pela ausência de alguns jornalistas que visavam assaltar o bolso do Padre Cícero” (FIGUEIREDO, 2006, p. 37).

Pe. Cícero, algum tempo depois do episódio, retira José Lourenço da prisão. Nota-se nesse acontecimento concessão por parte do sacerdote às atitudes de Floro Bartolomeu, não impedindo a prisão do beato e permitindo a prática autoritária do político, comungando, portanto, com a ideia de que Juazeiro não era local de fanatismos.

Neste caso, “entre outras coisas, Floro procura mostrar que Juazeiro é uma cidade normal. Garante que os ‘defeitos’ de Juazeiro podem ser encontrados em qualquer capital” (RAMOS, 2011, p. 52). A faina pela urbanização da cidade será incumbida a ele, e para isso faz uso da violência, caracterizando-se como “protetor” que está sob o comando da urbe. É nesse sentido de controle, portanto, que evitaria qualquer movimento de contestação daquela ordem. A necessidade de controle vai ao encontro dos interesses particulares de Floro, que “para abafar o título de ‘deputado dos fanáticos e cangaceiros’, [...] cerca e reprime as manifestações de catolicismo popular” (RAMOS, 2011, p. 53).

Encontramos, nesse sentido, uma simbiose: “Juazeiro e Caldeirão são laços que a fé no Padre Cícero foi gerando, entre outros laços que já existiam — na realidade e antes de tudo, no desejo” (RAMOS, 2016, p. 33), tornando-se palco de polêmicas que colocam o Cariri novamente no centro de disputas políticas que circundam a chamada República Velha, indo até os governos de Getúlio Vargas.

Fanáticos e Comunistas: representações do Caldeirão e do Beato José Lourenço

As linhas argumentativas que projetam o Caldeirão atravessam as questões da ordem cívica estabelecidas no início da República no Brasil, sendo a comunidade do beato José Lourenço, segundo essas impressões, “antro de fanáticos” e “regime comunista”. Dentro da República Velha, contexto no qual tratamos o Caldeirão, será um período assinalado pela investida na modernização das relações econômicas, bem como na urbanização do país, ainda marcado pela estruturação da imprensa e pela intensa agitação de movimentos políticos e sociais. As representações supracitadas em torno do Caldeirão constroem uma narrativa

peculiar do lugar, tornando-o, portanto, iminente ameaça à segurança e ordem pública.

A imprensa será o principal veículo de disseminação das ideias que cercam o Caldeirão do Beato José Lourenço. Nas manchetes de periódicos, encontramos expressões relacionando a comunidade com a “campanha de Canudos” e o “movimento de novembro”, este último em menção a Intentona Comunista de 1935. Ainda estava presente na memória dos setores urbanos esses episódios que foram amplamente divulgados em editoriais de jornais, pois “a imprensa escrita foi, por décadas, o veículo de comunicação por excelência no Brasil” (MARTINS; LUCA, 2012, p. 258). Tanto no *Diário da Noite* quanto no *Correio da Manhã*, existe uma consonância em torno das narrativas construídas sobre a comunidade do Caldeirão, valendo-se de argumentos que atribuem aos sertanejos, carácter anticivilizatório, representando, portanto, uma ameaça.

A construção do mito através dos discursos enunciados modifica e transforma as relações dos atores participantes dos acontecimentos, pois na medida em que os jornais formam a visão da comunidade como perigosa à civilização, promovem um conflito com desfecho infeliz, tanto para a comunidade como para as forças repressoras. Neste caso, em última instância, a Polícia Militar do Ceará, que trava combate com os habitantes do Caldeirão. “Uma experiência do regimen comunista no sertão do Ceará: a polícia dispersou o agrupamento ocupando militarmente a localidade” (CORREIO DA MANHÃ, Nº 12835, 15/ 09/1936, p. 3). Expressões como essas apresentadas pelos periódicos ajudaram a construir um imaginário em torno das comunidades do Beato José Lourenço.

A preocupação dos jornais, nessa época, é o fato político. Note-se: não é a política, mas o fato político. Ora, o fato político ocorre, então, em área restrita, a área

ocupada pelos políticos, por aqueles que estão ligados ao problema do poder. Assim, nessa dimensão reduzida, as questões são pessoais, giram em torno de atos, pensamentos ou decisões de indivíduos, os indivíduos que protagonizam o fato político (SODRÉ, 1999, p. 277).

A força apresentada pela imprensa na construção de um inimigo comum demonstra a capacidade de criar situações, ou seja, construir uma narrativa sobre determinado espaço ou personagem; no caso do beato “trata-se de destruir a pessoa, o indivíduo” (SODRÉ, 1999, p. 277). A potencialidade dessa ferramenta na obtenção de objetivos que visem à desarticulação de estruturas políticas deve ser ressaltada, uma vez que os próprios jornais expressam formas de pensar, interesses políticos e financeiros, sobretudo em se tratando da imprensa brasileira no alvorecer da República:

[...] as forças que dominavam a imprensa do tempo eram o Estado e o capital comercial; os jornais eram empresas capitalistas, isoladamente considerados, mas inseridos no conjunto em que predominavam o Estado e o capital comercial, correspondendo aqueles principalmente às forças pré-capitalistas ainda majoritárias no país (SODRÉ, 1999, p. 278-279).

“Há tempos a polícia vinha recebendo denúncias sobre o agrupamento de fanáticos chefiados pelo Beato Lourenço no lugar denominado ‘Caldeirão’, município de Crato, constituindo possível ameaça à ordem pública” (CORREIO DA MANHÃ, Nº 12835, 15/09/1936, p. 3). As matérias produzidas davam a tônica do perigo iminente que representava esse aglomerado de “fanáticos”, numa conjuntura política imersa nos valores de progresso, a imprensa reproduziu através de manchetes o pensamento daquela sociedade que surgia nas metrópoles brasileiras. “Naquelas páginas estampou-se nossa Belle Époque” (MARTINS; LUCA, 2012, p. 254).

Diferente da acepção utópica da isenção da imprensa, é notório, no caso do Caldeirão, a utilização de artifícios que reforçam a imagem pejorativa em torno dos comportamentos vinculados ao suposto messianismo, “gênese” das práticas religiosas da região Nordeste — marcada pelo catolicismo popular, prática da doutrina católica exercida pelos despossuídos nos sertões que consistia na transposição dos dogmas oficiais à realidade dos sertanejos. Tal messianismo remetia aos episódios de Canudos com Antônio Conselheiro, assim como ao próprio movimento religioso de Juazeiro, comandado por Pe. Cícero, ambos na gestação da República.

Encontramos nas matérias de jornais que discorrem acerca do Caldeirão a necessidade de identificar a comunidade em contraposição ao ideal de civilização. Esses periódicos, é importante destacar, encontravam-se na então capital federal, o Rio de Janeiro, símbolo de industrialização e progresso, tendo na própria imprensa um elemento de modernização. Os acontecimentos atravessam um período de perseguição não somente aos supostos fanáticos, mas também aos militantes comunistas que, após a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), ganham destaque nas lutas políticas e páginas policiais.

No Brasil, após a Intentona,⁷ intensificam-se os ataques aos comunistas, ocasionando prisão e tortura sob a chancela da Lei de Segurança Nacional. Nesta pecha foi incluída a comunidade do Caldeirão, que segundo suas práticas de coletivização dos alimentos, promoveriam nos sertões a terrível ditadura bolchevique, tendo inclusive “rigorosa organização”. “No período imediatamente posterior à Revolução de 1917 e no decorrer da década

7 Intentona Comunista foi a forma pejorativa utilizada pelo Governo Getúlio Vargas para denominar os levantes militares ocorridos no ano de 1935 em cidades como Natal, Recife e Rio de Janeiro, que teve Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora em seu comando. Com “Intentona” pretende-se dar um caráter inconsequente ao movimento, ou mesmo desorientado. O temor ao comunismo no período foi usado como instrumento político para controle social, tanto que em 1937 instaurou-se a ditadura do Estado Novo pelo próprio Getúlio Vargas.

de 1920, as manifestações contra o comunismo já começaram a aparecer na imprensa, e o assunto entrou para o rol de preocupações dos grupos privilegiados” (MOTTA, 2000, p. 06).

Enquadrar a comunidade do beato José Lourenço nessa representação demonstra como o medo do comunismo se manifestava nas elites do Brasil, seja econômica, seja religiosa. “Consideramos que as representações anticomunistas, *grosso modo*, provêm de três matrizes básicas, quais sejam, cristianismo, mais precisamente catolicismo, nacionalismo e liberalismo” (MOTTA, 2000, p. 35). Os conflitos sobremaneira divulgados tinham o objetivo de mostrar de forma depreciativa esses indivíduos “perigosos” ao sistema vigente, à ordem pública. É possível observar, durante a análise das fontes, que esses periódicos não tinham certeza desse “comunismo” do Caldeirão, mas veiculavam mesmo assim essa representação política, aproveitando o espectro que ele representava para a sociedade civil.

Juntos na articulação “em defesa da nação”, setores estratégicos importantes do país, como a imprensa e a própria Igreja Católica, atacam violentamente toda forma de organização que sugestione subversão da ordem.

Quanto à imprensa escrita, ela tradicionalmente acolhia com generosidade articulistas católicos, ou publicava matérias expondo os pontos de vista religiosos. Havia nuances, claro, alguns veículos eram mais simpáticos em relação à Igreja, outros menos. Mas nos momentos em que se estabeleceram frentes anticomunistas, a grande imprensa em peso abriu suas páginas para as lideranças católicas (MOTTA, 2000, p. 48).

A repressão é a palavra de ordem. Nesse episódio do Caldeirão, além da acusação de fanáticos e incivilizados, ou seja, à margem da sociedade, vincula-se à comunidade ainda um aspecto político: seriam comunistas. Notamos, portanto, a vivacidade com que

a imprensa se coloca como reprodutora dos interesses dominantes no princípio da República, com a destituição de toda e qualquer sociabilidade que instigue a subversão da ordem. Dessa maneira, encontramos no *Correio da Manhã* a seguinte publicação:

Foram encontradas ali cerca de 900 pessoas que, abrigadas em casebres, viviam uma espécie de regimen comunista, rigidamente obedientes ao beato, com ração diária, não pagando salário. O beato recebe constantes visitas de romeiros de Estados vizinhos, para onde envia também agenciadores de sua confiança e dispõe de secretários e auxiliares, mantendo consigo ainda cerca de 16 moças que se dizem sob sua proteção (CORREIO DA MANHÃ, Nº 12835, 15/ 09/1936, p. 3).

Note-se que, ao atrelar a imagem do beato ao comunismo, os jornais reforçam a acepção de comando que exercia José Lourenço sobre os camponeses, tendo total controle sobre as ações perpetradas por aquele ajuntamento. Sendo o Caldeirão “franco regime comunista”, não haveria uma alternativa senão a dissolução daquele espaço de terror. A argumentação logrou apoio, uma vez que na comunidade haveria remanescentes do movimento de novembro. Importante localizar o Cariri nesse sentido, pois a região faz fronteira com diversos estados, inclusive com dois participantes do levante: Rio Grande do Norte, de onde viria a maioria dos remanescentes, e de Pernambuco. Aproveitando-se dessa informação, o periódico relata:

Quanto ao beato, aos secretários e seus auxiliares de confiança e agenciadores serão detidos para os fins de direito, com o objetivo de impedir nova concentração, a mesma coisa sucedendo aqueles a respeito de quem se apure tenham participado da sedição comunista em Natal. (CORREIO DA MANHÃ, Nº 12835, 15/ 09/1936, p. 3).

Através dos enunciados, a imprensa construiu suspeitas em torno das comunidades do beato José Lourenço. Juntamente com as forças militares, consolidou a ideia de atraso e ameaça que simbolizava o arraial, dirigindo a opinião pública. “O problema é que o Caldeirão lembrava Canudos e sobretudo o aperreio do Exército para combatê-lo” (FIGUEIREDO, 2006, p. 14). As comparações eram inevitáveis e logo chamaram a atenção da Polícia Militar e dos potentados locais, que, em consonância com o governo do estado, trataram de perseguir a comunidade. Conforme já mencionado, o Caldeirão localizava-se na porção sul do Ceará e, devido à proximidade temporal dos acontecimentos da chamada Intentona Comunista⁸ de Natal, ambos passaram a ser vinculados.

Como a campanha anticomunista acentuou-se sobremaneira a partir do movimento de 1935, a pecha de comunistas produziu a aceitação nacional à repressão empreendida no Caldeirão (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 228). Para aumentar as suspeitas, inúmeros habitantes das comunidades provinham do estado do Rio Grande do Norte, havendo, dessa maneira, pretexto para possíveis intervenções, conforme se pode acompanhar nas páginas da imprensa: “O chefe de polícia apurou que cerca de 80% dos fanáticos são constituídos por elementos vindos do Rio Grande do Norte nos últimos seis meses, deixando esse facto presumir tratar-se de foragidos do movimento de novembro” (CORREIO DA MANHÃ, Nº 12835, 15/ 09/1936, p. 3).

Percebe-se nesse sentido a insistência das manchetes em vincular a comunidade do Caldeirão aos eventos da Intentona Comunista, como sugere o jornal ao colocar em dúvida a origem das pessoas que faziam parte da comunidade, insinuando a participação destas nos eventos da sedição ocorrida em Natal no ano de 1935. Todavia, o suposto comunismo do arraial não foi

8 Levante militar coordenado pela Aliança Nacional Libertadora, com apoio do Partido Comunista do Brasil (PCB) contra o governo de Getúlio Vargas. O movimento irrompeu no dia 23 de novembro de 1935, na cidade de Natal. No dia seguinte, outra sublevação militar ocorreu em Recife. No dia 27, a revolta rompeu no Rio de Janeiro.

unânime entre os jornalistas que cobriram os eventos do Caldeirão, como expressa o jornalista João Hypólito:

[...] Esse núcleo foi tomado pela imprensa como um bando de comunistas, vivendo em pleno regimen soviético. Nada mais errado. Era apenas um grupo de miseráveis, que a penúria e a superstição reuniram sob a autoridade do beato José Lourenço, um místico embusteiro e libertino (DIÁRIO DA NOITE, Nº 02732, 22/09/1936, p. 13).

O comunismo, durante o início do século XX, conquistou espaço no âmbito internacional a partir da Revolução de Outubro na Rússia. Contestando a propriedade privada, os comunistas despertavam medo no Ocidente, sobretudo na Europa. O Brasil, através das elites e da Igreja Católica, repudiava as ideias revolucionárias e tinham na Europa um espelho. Dessa forma, vinculavam os comunistas a imagens satânicas, apelando ao discurso moralizante para obter o repúdio da população aos ideais bolcheviques. Para alguns intelectuais católicos, diz Motta (2000, p. 36), “o comunismo era o último desdobramento das transformações da modernidade, atualização para o século XX dos ‘erros’ iniciados no período da Renascença”. Assim,

a Igreja Católica se constituiu, provavelmente, na instituição não-estatal [...] mais empenhada no combate aos comunistas ao longo do século XX. Para lideranças católicas o comunismo era um inimigo irreconciliável da Igreja, um desafio à sobrevivência da religião ao qual só podiam responder com luta (*Idem, loc. cit.*).

O Caldeirão estava inserido num momento de crise política no Brasil. A nascente República havia entrado em confronto com inúmeras insurreições: vale destacar Canudos, Contestado, Revolução Constitucionalista, Coluna Prestes e a Intentona Comunista. No Ceará, o então presidente Getúlio Vargas nomeou três

interventores no período de 1930: Fernandes Távora (1931), Carneiro Mendonça (1931-1934) e Felipe Moreira (1934-1935) que antecederam Menezes Pimentel, governador do Ceará eleito em 1935, aliado da Liga Eleitoral Católica (LEC) e que materializou a perseguição ao Caldeirão através da Polícia Militar. Havia, pois, um esforço para a manutenção do controle sobre a população e, nesse sentido, a comunidade liderada pelo beato José Lourenço representava àquela altura uma afronta ao poder estabelecido, sobretudo ante os episódios que marcaram o início da República no Cariri, como o movimento religioso de Juazeiro e o movimento sedicioso de 1914.

A pergunta que a polícia fazia, justamente com outras autoridades, era sobre a continuidade das romarias, sobre o destino daquela cidade que em 1914 havia insuflado a “Sedição de Juazeiro”. Juazeiro, depois da morte do Padre Cícero, daria problemas, assim como Canudos havia dado? (FIGUEIREDO, 2006, p. 14).

É importante salientar ainda o eco causado pelo movimento de 1935, pois este dará destaque aos episódios do Caldeirão, gerando grande cobertura jornalística em torno da comunidade que, supostamente, teria viés comunista:

A forma como o episódio de 1935 foi explorado dificilmente encontra similar em outros países. A “Intentona” deu origem não somente à construção de um imaginário, mas ao estabelecimento de uma celebração anticomunista ritualizada e sistemática. Outrossim, contribuiu para solidificar o comprometimento da elite militar com a causa anticomunista, por via da exploração da sensibilidade corporativa do grupo (MOTTA, 2000, p. 18).

Em setembro de 1936 o tenente José Góis Campos Barros comandou um forte ataque à comunidade, incendiando as casas dos moradores e expulsando-os de suas terras. “Diante das

baionetas, todos os habitantes foram expulsos do chão de onde tiravam o sustento de cada dia” (FIGUEIREDO, 2006, p. 11). Os remanescentes do episódio se instalaram na Chapada do Araripe e a partir dali destacou-se um grupo liderado por Severino Tavares, que reivindicava uma vingança, finalmente organizada em maio de 1937 numa emboscada às tropas do Capitão José Bezerra, que se dirigiu ao local dos remanescentes para averiguar a procedência desse novo ajuntamento. O conflito deixou um saldo de mortes tanto para os camponeses quanto para os militares, fato este que repercutiu na imprensa carioca.

A cobertura realizada pelos periódicos em torno dos episódios que marcaram a trajetória do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto demonstra a capacidade da imprensa em criar um inimigo comum, realizando um movimento de construção da opinião pública acerca do tema destacado. Acusados de fanáticos e comunistas, os habitantes do Caldeirão foram silenciados e José Lourenço, principal alvo dos ataques caluniosos, obteve pouco espaço para retratar uma versão diferente dos acontecimentos.

O discurso supostamente civilizador operou nos acontecimentos que marcam a história do Cariri cearense, e no caso do Caldeirão não foi diferente. Sendo a comunidade do beato José Lourenço retirada da sua condição humana, posta pela opinião pública como antro de fanáticos, destituídos dessa forma da garantia de seus direitos. Como na campanha de Canudos, os moradores do Caldeirão não tiveram a possibilidade de exercer sua cidadania, posto que já lhes fora retirado a possibilidade de sobreviver diante das condições de existência no interior do país, visto como sinônimo de atraso. Como se não bastasse, suportaram as bravatas de que lhes relacionavam aos comunistas do movimento de novembro de 1935, na cidade de Natal. O anticomunismo nesse sentido serviu de instrumento político para ma-

nutrição da ordem e foi ferramenta de perseguição daquela comunidade e da sua principal liderança. Utilizado por vezes para promoção de processos depreciativos contra lutas populares, é notável a ação desse elemento na dissolução do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto.

Considerações Finais

O Caldeirão não é um, foram vários. O movimento organizado pelo Beato José Lourenço teve sua trajetória marcada por perseguições, desde o Sítio Baixa D'Anta até o Caldeirão propriamente dito. Para tratar dessas experiências, é necessário relacionar a figura de Padre Cícero, personagem central dos episódios que marcaram o Cariri cearense na primeira metade do século XX. Caracterizada por intensos conflitos, o início da República no Brasil esteve cercado de episódios violentos e, sobretudo, pelas tentativas de construção de uma identidade que passou pela busca por inimigos. Destacadamente, o “fanatismo religioso” e o comunismo figuraram como esse *Outro*, o inimigo a ser enfrentado, combatido e vencido. A comunidade do sítio Caldeirão teve sua imagem construída pela imprensa brasileira a partir de tais representações, determinantes para a justificação das intervenções militares realizadas.

Portanto, através do discurso da imprensa, lançam-se olhares sobre o agrupamento de sertanejos que estava incomodando as elites locais, pois o modo de vida desses camponeses causou a ira dos mantenedores da ordem, por desafiar a lógica estabelecida da desigualdade, do latifúndio, da propriedade privada, do mandonismo. O Caldeirão não está isolado: insere-se dentro dos movimentos que marcam a história do Brasil. Tachado de messiânico, suas características fogem desse conceito e articulam-se,

todavia, a símbolos que o vinculam à tradição política, social e religiosa presentes no Cariri cearense.

Movimento de forte apelo sociorreligioso, mas, sobretudo, político, as comunidades do beato José Lourenço demarcam a denúncia contra esse Brasil (in)civilizado, marcado pela concentração de terras e despotismo, de olho no Atlântico, de costas para sua gente. Revela, nesse sentido, o contraste existente entre os modos estabelecidos pelo poder político em relação ao *Sertão*, ao interior do país, e ao litoral, ao espaço urbano.

As concepções evolucionistas da história definiram a conduta pela busca incessante ao “progresso” e a luta contra os ditos “bárbaros”, aquilo que não poderia fazer parte da sociedade moderna que se pretendia o Brasil. Longe de serem comunistas ou fanáticos, aqueles habitantes reunidos em torno da fé e do trabalho eram sim revolucionários, mas a principal marca de seu projeto era a instituição de uma sociedade diferente, o que equivale a dizer justa e igualitária. Uma luta que é coletiva, que não cessa e que ainda se faz presente na República brasileira.

Fontes

Periódicos

Jornal *O Povo* (Fortaleza, Ceará, 1934-1936)

Jornal *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro, 1936)

Jornal *Diário da Noite* (Rio de Janeiro, 1936)

Referências

ALBUQUERQUE FILHO. Ronald de Figueiredo e. *Cidade, Seca e Campo de Concentração: O início da modernização em Crato, Ceará (1900-1933)*. Dissertação (Mestrado em História) — Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande.

Campina Grande, p. 132, 2015.

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANSELMO, Otacílio. *Padre Cícero: mito e realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *A terra da mãe de Deus*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

FARIAS, Aírton de. *História do Ceará: Getulista*. Fortaleza: Tropical, 1997.

FIGUEIREDO, José Alves de. *O beato José Lourenço e sua ação no Cariri*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 121-160, 2008.

HOLANDA, João Xavier de. *Polícia Militar do Ceará: Origem, memória e projeção*. Fortaleza. 1995. Vol. 2.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MOTTA. Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2ª ed. Niterói: Eduff, 2020.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 13-44, 2008.

O CALDEIRÃO DE SANTA CRUZ DO DESERTO. Direção de Rosemberg Cariry. Fortaleza: Cariri Filmes, 1987. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o9OEb94tvty4&t=1640s>. Acesso em: 27 nov. 2020.

PINHEIRO, Irineu. *O Joaseiro do Padre Cícero e a revolução de 1914*. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Caldeirão: um estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades*. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar / Núcleo de Documentação Cultural — NUDOC/UFC, 2011.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O massacre do Caldeirão: história oral do 11 de setembro de 1936*. Fortaleza: Escola Livre de História/Expressão Gráfica e Editora, 2016.

RIOS, Kênia Sousa. *Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.



ERA UMA VEZ UM COMÍCIO COMUNISTA EM ITAPAJÉ-CE. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PCB NO CEARÁ (1930-1947)

*Antonio Gelson Brandão de Andrade*¹

Introdução

Durante a década de 1940, o Ceará passava por embates políticos bastante acalorados. De um lado, os integralistas, que tinham como componentes membros da Igreja, da burguesia cearense e dos militares; do outro, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que lutava em favor daqueles que não tinham voz e vez, como os trabalhadores da indústria e do campo. Porém, essas disputas não eram pacíficas, nem democráticas, como se espera, ou se imagina. Houve momentos de conflitos físicos, violentos e até casos que levaram à morte de alguns ativistas do lado do PCB. O município de Itapajé foi um dos exemplos dessa disputa, pois logo no início dessa mesma década, os ideais comunistas acabaram chegando ali por meio de jornais, notícias e conversas. A passagem de transportes intermunicipais fomentava muitos boatos sobre a política estadual. Além de filhos da terra que, ao estudar fora, tiveram contato com os ideais comunistas e acabaram trazendo essas informações e ideias para a cidade. Com o

1 Graduando em História na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: g10.andrade@hotmail.com

tempo vai se formar uma militância comunista na cidade, o que vai gerar uma revolta por parte do Pe. Paulo Ferreira, revolta que vai se concretizar num episódio bastante triste para a história do município: o impedimento do comício comunista na cidade, no início de 1947, próximo às eleições, com um verdadeiro quebra-quebra e agressões aos militantes do PCB.

Nos fins do século XIX, após fim da escravidão, houve a introdução no Brasil de indústrias do algodão, café, ferroviária, portuária e, claro, a introdução do trabalho assalariado. Porém, com o passar do tempo, o trabalhador começou a reconhecer que seu estilo de vida ainda continuava sofrido e que melhores condições de vida e de trabalho não vieram como se esperava. Mesmo não havendo mais o trabalho escravo, o trabalhador industrial enfrentava rotinas pesadas e exploratórias, como se a escravidão não tivesse acabado, apenas mudado de nome. Porém, nesse mesmo período, outros países sofriam o mesmo mal; em contrapartida, já se consolidava a luta em favor dos trabalhadores, inspirado pelo pensamento anarquista e comunista. Com o passar do tempo, essas linhas vão chegar ao Brasil através de imigrantes europeus e de livros, jornais, cartas. Pouco a pouco, tais ideias vão começar a se fortalecer e cair na boca dos operários.

No Brasil, três linhas de pensamento iriam confrontar a ordem política conservadora e liberal vigente naquele contexto: o anarquismo, o reformismo-socialista e o comunismo. Essas correntes vieram como uma forma libertária contra o sistema político estabelecido pelas elites, e contra o modelo exploratório do trabalho.

Nessa perspectiva, faz-se necessário analisar quais linhas influenciaram os operários na República Velha, já que foi nesse período histórico que iniciaram os primeiros Congressos e uma maior organização dos trabalhadores, através do movimento sindical-operário, para reivindicar melhores condições de trabalho. Dentro disso,

pode-se afirmar que três linhas marcam o movimento: os reformistas (reformista-socialista), os anarquistas (anarco-sindicalismo) e os comunistas (PIRES MACHADO; GARUTTI, 2019, p. 99).

A circulação dessas ideias, que se iniciou a partir de contatos com anarquistas, sindicalistas, jornais e livros que vinham do exterior, acabou encontrando um grande respaldo junto a estudantes, políticos e operários aqui no Brasil. Essas reflexões também circulavam por meio de panfletos e, principalmente, conversas.

Mesmo com o fim recente do trabalho escravo, a introdução das indústrias e do trabalho assalariado, as condições de trabalho exploratórias e exaustivas acabaram gerando nos trabalhadores sentimento de revolta, fazendo com que estes buscassem meios de resistir. O pensamento anarquista, reformista-socialista e comunista passaram a dar respaldo à organização dos trabalhadores e à constituição de estratégias e táticas de resistência, o que vai gerar a formação de associações, agremiações, sindicatos e partidos. Com o passar do tempo, muitos indivíduos vão migrar para corrente comunista, por conta da identificação com maneira de agir dessa corrente política. Em 1922, foi fundado o Partido Comunista Brasileiro, o PCB.

O PCB teve em seus primórdios um significativo número de militantes egressos do anarcossindicalismo, ou sindicalismo revolucionário. Essa corrente, de grande influência entre os setores organizados do movimento operário brasileiro, tinha entre seus princípios a abstenção nos processos eleitorais e a “ação direta” como forma de atuação política. Os comunistas, por sua vez, bem como sua organização internacional, a Internacional Comunista (IC), advogavam, entre outros pontos que os distinguiam dos sindicalistas revolucionários, a participação dos trabalhadores nos processos eleitorais e nos parlamentos, buscando utilizar-se de tais ocasiões e espaços para fazer denúncias, propaganda e agitação política (KAREPOVS, 2008).

A propagação dessas ideias teve uma repercussão demasiada, levando as ideias do PCB a se firmar em vários estados brasileiros. Não será diferente no Ceará, quando, em 1927, forma-se uma divisão do PCB, mas com outro nome, chamada de Bloco Operário e Camponês, também conhecido como BOC, pois o PCB havia sido colocado na ilegalidade. A nova denominação buscava comportar os candidatos do PCB.

Em 1927, era instalada a seção local do Partido Comunista Brasileiro (PCB), através de uma organização de fachada denominada Bloco Operário e Camponês (BOC) (FARIAS, 2020, p. 790).

O BOC vai se instalar no município de Camocim, local de forte militância, antes mesmo da instalação do Partido Comunista na cidade e mesmo da instalação do BOC em Fortaleza, que só vão acontecer em 1928.

[...] Daí balizarmos 1927, ano em que o BOC - Bloco Operário e Camponês é fundado em Camocim e que serviria de base para a instalação do Comitê Municipal do PC em março de 1928

[...] toda essa intensidade da militância vinha desde 1927, quando da instalação do BOC - Bloco Operário e Camponês, que posteriormente será a base do Partido Comunista em Camocim, este fundado quase que concomitantemente ao de Fortaleza em 1928 (SANTOS, 2011, p. 10 e 65).

Quem bateu o martelo para uma iniciativa de instalar o PCB no Ceará foi o sindicalista José Joaquim de Lima, conhecido como Joaquim Pernambuco. Após a participação no Congresso Geral dos Trabalhadores, no Rio de Janeiro, Pernambuco voltou inflamado pelos ideais da reunião e se propôs a implantar o partido em solo cearense.

No final de 1926, o *Bloco* tinha, como representante no Ceará, José Joaquim de Lima, sindicalista conhecido como Joaquim Pernambuco, o que demonstra, mais uma vez, a capacidade de articulação e referência com a doutrina marxista. O trabalhador chegou a representar os cearenses no Congresso da Confederação Geral dos Trabalhadores, no Rio de Janeiro, em 1927. Em entrevista de militante comunista (sem identificação), arquivada no Núcleo de Documentação da Universidade Federal do Ceará (Nudoc-UFC), o entrevistado informa que o cearense voltou do Congresso com a missão de organizar o PCB no Ceará (LIMA NETO, 2006, p. 77).

Como veículo de propagação das ideias do BOC, foram criados no estado vários jornais a partir de 1930, sendo o primeiro chamado de *Trabalhador Ghapico*. Este jornal em específico era ligado aos trabalhadores gráficos de Fortaleza, os primeiros a formar um sindicato e a lutar contra a exploração do trabalho. O jornal não se limitaria às demandas da categoria, e logo trataram de acolher também as demais em suas páginas, além de se posicionar contra o conservadorismo da Igreja e contra a burguesia.

O *BOC* tomava força e começava a articular as ações políticas do PC, no Ceará, pela participação dos seguidores nas entidades representativas dos trabalhadores. Um dos focos da militância partidária estava relacionado ao Sindicato dos Trabalhadores Gráficos, em Fortaleza, agremiação pioneira das atividades de lutas contra a exploração da mão de obra. O passado combativo, no mundo do trabalho, pode ter levado os comunistas a uma forte ligação com a categoria dos gráficos. A experiência possibilitou ainda a criação do primeiro jornal comunista (*O Trabalhador Graphico*), sendo marco para a *Imprensa Comunista* Fundado em 1930, à frente o conhecido militante da causa comunista, José Pernambuco, o impresso abrigava o discurso de outras categorias, o que parece ser uma forma de buscar aglutinar as forças progressistas contra conservadorismo da igreja e da burguesia (LIMA NETO, 2006, p. 77-78).

Além do *Trabalhador Graphico* foram criados os jornais *O Edificador*, *A Voz Proletária*, *O Lábaro*, *O Têxtil* e *O Operário*. Todos esses jornais tinham como foco lutar em favor dos trabalhadores.

Dentre as várias cidades cearenses onde houve militância comunista, a que teve maior destaque no interior foi Camocim, considerada uma cidade de forte militância. Camocim naquele período era um dos principais municípios do estado. O porto e a ferrovia faziam de Camocim um importante ponto de escoamento de produtos oriundos do interior. Era também uma cidade muito visitada e que gerava muito emprego, sendo um local de bastante prestígio e visada por aqueles que saíam dos sertões em busca de trabalho e melhores condições de vida durante os finais do século XIX e o decorrer do século XX.

No interior do estado do Ceará a presença desses movimentos de inspiração comunista teve significativa repercussão no município de Camocim, devido ao local se figurar como uma das mais importantes cidades cearenses do período, posto que, de 1920 a 1950 a mesma elevou seu potencial econômico, graças a atividades combinadas do porto e da ferrovia, que interligava várias cidades à região litorânea, sendo a principal delas, Sobral. Camocim, portanto, se tornava atrativa, devido a oferta de empregos e o contato entre pessoas de diversas vivências que necessitavam de trabalho, sendo que uma parte desses trabalhadores eram retirantes que fugiam dos sertões nos grandes períodos de seca do final do XIX e do início do XX, buscando condições de sobrevivência no litoral (VASCONCELOS MOTA, 2019, p. 31).

A presença de comunistas e outros movimentos organizados em Camocim é percebida, segundo Carlos Augusto Pereira dos Santos, desde 1930, através da instalação da única Liga Camponesa do estado, que mais tarde vai se transformar na Associação dos Pequenos Produtores de Camocim. Também vai se constituir ali a Associação Beneficente Ferroviária, o Sindicato dos Carrega-

dores de Camocim, o Sindicato dos Salineiros e o da Construção Civil e Ofícios Vários. Além dessas agremiações, os comunistas vão também se introduzir como lideranças em associações de caráter filantrópico, serviços e lazer, como no caso do Camocim Club, da Sociedade dos Amigos de Camocim e da União Feminina.

[...] a presença de comunistas e simpatizantes já começa a ser percebida em várias organizações que aparecerão em Camocim entre as décadas de 30 a 50. Em Camocim, dando início a uma tradição de lutas é que, por exemplo, se instala a primeira e única Liga Camponesa no Ceará, na presidência de Francisco das Chagas Teixeira, que posteriormente se transformará em Associação dos Pequenos Produtores de Camocim. Na Associação Beneficente Ferroviária, o Sindicato dos Carregadores do Porto, o Sindicato dos Salineiros e da Construção Civil e Ofícios Vários irão também figurar militantes do “credo vermelho”. [...]

A presença de comunistas ou simpatizantes irá também se observar em outras associações de caráter filantrópico, serviços e de lazer, conforme o Livro de Registro de Pessoas Jurídicas de 1950, do Cartório André, e o jornal “O Democrata”, onde podemos constatar suas participações, principalmente na composição de suas respectivas diretorias. Joaquim Rocha Veras, no Camocim Club, era membro do Conselho Fiscal; [...] (SANTOS, 2011, p. 17-18).

Aqui nota-se que muitas pessoas abraçaram a causa comunista e que vários segmentos da sociedade vão ter pessoas ligadas ao partido, o que mostra a força daquele ideal na cidade. Porém, a questão camponesa dentro das assembleias da “Internacional Comunista” era uma incógnita, pois no discurso soviético os camponeses não se interessavam por uma luta revolucionária contra o sistema tradicionalista. Mas, na prática, alguns países, e especialmente o Brasil, viu no camponês um símbolo de luta contra o sistema e vice-versa.

O discurso do comunismo soviético, desta forma, apresentou o camponês como messiânico, fanático, defensor das instituições monárquicas, tradicionalista e atrasado. Muitas vezes, as direções comunistas nacionais tentaram atrelar o campesinato a blocos políticos comandados pelos operários urbanos — os Blocos Operários e Camponeses. Algumas vezes, contudo, em vários países, inclusive no Brasil, setores comunistas estiveram especialmente atentos à problemática da terra e conseguiram ouvir atentamente as demandas camponesas, alimentando as suas lutas locais e suas lutas pela terra e pela água, fatores cujo controle é fundamental para a produção agrícola familiar.” (CASTRO NEVES, 2020, p. 167).

Destarte, os militantes comunistas cearenses vão encabeçar uma luta de reconhecimento e valorização dos trabalhadores da cidade, demandando melhores condições de trabalho e salários. Mas também vão introduzir os trabalhadores do campo em suas lutas, já que o trabalho rural era desprezado pela linha de pensamento liberal. “O pensamento liberal (da economia política) despreza o modo de vida camponês por não atingir os níveis de produtividade alcançados no processo de industrialização” (CASTRO NEVES, 2020, p. 166). Apesar de a União Soviética advogar contra os camponeses na Internacional Comunista, em vários países, e principalmente o Brasil, vão incorporar o camponês em suas lutas, percebendo a força do trabalhador rural, e colocando suas demandas por terra e água dentro de suas pautas políticas.

Como reconhecimento do valor do trabalhador do campo, em Camocim vai se constituir a primeira Liga Camponesa, que mais tarde vai se chamar “Sindicato dos Pequenos Agricultores de Camocim”, simbolizando assim a força dos agricultores. É nesse contexto que se consolida e ao mesmo tempo se expande a luta comunista em favor dos trabalhadores do campo e da cidade. A disseminação cada vez maior do discurso comunista se espalhou em Camocim, ganhando adeptos e chegando a lançar candidatos

a prefeito, vereador, deputados estadual e até a governador do Ceará. Frente a isso, encontrarão inimigos tanto na elite governante quanto nos líderes religiosos, gerando assim a formação de um grupo opositor ao comunismo chamado de integralista. Falaremos mais sobre esse embate no tópico a seguir.

O contra-ataque da Igreja e da elite conservadora

A partir de 1930, no Ceará e no Brasil, começa a ganhar força um movimento anticomunista gerado pela união entre a elite política e a igreja. Com isso, o arcebispo do Rio de Janeiro cria um partido chamado Liga Eleitoral Católica (LEC), que seria uma espécie braço da Igreja na política a unir ideias conservadoras e católicas, em contraposição aos ideais comunistas. Agora a perseguição aos comunistas não ficaria apenas no discurso dos líderes católicos, passando a contar com o financiamento e investigação do Estado.

Quatro anos mais tarde, em 1934, acontece no Brasil um bipartidarismo que coloca, de um lado, a elite nacional: latifundiários, militares de alta patente, empresários, grandes comerciantes e a igreja em um bloco chamado de Ação Integralista Brasileira (AIB). Do outro lado, um bloco chamado de Aliança Nacional Libertadora (ANL), que agrupava a ala mais democrática, representada pela classe média, militares de baixa patente, intelectuais, organizações sindicais autônomas e trabalhadores das diversas áreas. Diante disso, os comunistas passaram a apoiar a ANL por considerar esse grupo democrático e por considerar a AIB um grupo fascista.

A tentativa de participação nos pleitos mostrava o PCB resistindo, procurando interferir no processo eleitoral, mesmo com a hegemonia da Liga Eleitoral Católica (LEC), uma espécie de braço político da Igreja. O pleito de 1934 dividiu as forças políticas do País pondo, em lados opos-

tos, conservadores e liberais. A Ação Integralista Brasileira (AIB), formada pela elite nacional, representada pelos latifundiários, militares de alta patente, empresários e grandes comerciantes, tinha o apoio da Igreja. A Aliança Nacional Libertadora (ANL) aglutinava uma linha de pensamento contrário ao *Integralismo*, defendia as liberdades democráticas e agrupava representantes da classe média, militares de baixa patente, intelectuais, organizações sindicais autônomas e trabalhadores das mais diversas categorias (LIMA NETO, 2006, p. 84).

Porém, isso não inibiu a força do movimento comunista no Brasil. Em 1937, Getúlio Vargas, o então presidente, que ficou de 1930 a 1945 no poder, vendo que o movimento comunista não diminuía, decidiu tomar medidas mais graves e impõe o Estado Novo, sob a alegação de uma iminente ameaça comunista. Este governo é marcado pelo centralismo, perseguição ao comunismo e autoritarismo.

No Ceará não vai ser muito diferente. Após a nomeação de Menezes Pimentel como Interventor do Ceará, em 1935, instalou-se aqui um regime de forte violência e perseguição às iniciativas comunistas, suprimidas por 10 anos por meio de inúmeras prisões e, em alguns casos, mortes. Pimentel vai usar o aparato militar para vigiar sindicatos, trabalhadores, fazendo com que os comunistas vivessem às escondidas durante todo esse período. Indivíduos infiltrados nos grupos comunistas disponibilizavam ao aparato estatal informações de qualquer atitude ou plano suspeito. Até mesmo os periódicos comunistas eram quase que completamente inertes, só eram vistos os jornais de situação, falando apenas o que lhes interessava.

Com a nomeação do Interventor no Ceará, Menezes Pimentel (1935), instala-se mais um período de repressão que perdura por 10 anos. O aparato policial vigiava os sindicatos, trabalhadores, os comunistas passaram a viver escondidos e amordaçados pela força da repressão. Os jornais da cidade mergulhavam em silêncio conivente

e passavam a divulgar apenas o que fosse do agrado do sistema opressor implantado pelo *Estado Novo*. Pelas páginas do *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro, 07/05/1935) era dado o conhecimento de que 2.155 pessoas foram presas no Ceará. A caça aos comunistas tinha no comando o chefe de Polícia do Estado, capitão Cordeiro Neto, que recebia informações privilegiadas do delator Antônio Farias Neto, integrante do PCB no Ceará (LIMA NETO, 2006, p. 86).

Essa perseguição quase lunática por movimentos comunistas acabou gerando um episódio triste na cidade de Camocim, mais especificamente em Salgadinho, região periférica da cidade. Alguns policiais são enviados até a casa de um cidadão chamado Raimundo Vermelho; chegando lá, acontece um tiroteio e dois indivíduos são assassinados pela polícia, Amaral e Luís Pretinho. Esse episódio ficou conhecido como “O Massacre do Salgadinho”.

Desse massacre, dois militantes comunistas morreram no local, fuzilados pela polícia (Amaral e Luís Pretinho). A terceira vítima, Raimundo Vermelho, morreria três meses depois em Camocim, vitimado pelas torturas que sofrera na Casa de Detenção em Fortaleza (SANTOS, 2011, p. 80).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), com a vitória das grandes potências liberais, mas também creditada em parte à União Soviética, que ditava o comunismo no mundo, os discursos comunistas no Brasil vão voltar a ter força e credibilidade, já que a nação que tinha como ideologia o comunismo foi fundamental para o desfecho da guerra. Além disso, nesse mesmo período, o Brasil via o fim do Estado Novo. Após várias manifestações em prol de democracia e anistia a políticos presos, os comunistas voltam às ruas e ainda conseguem a legalização do PCB de volta.

O palco do Theatro José de Alencar, em Fortaleza-CE, era o grande ponto de encontro das manifestações em prol das liberdades democráticas. Foi lá que aconteceu

a “Semana Pró-Anistia do Ceará” (08 a 15/04/1945) com a participação de estudantes e família perseguidas pelos representantes da ditadura no Estado. Com o decreto-lei da anistia, de 18 de abril de 1945, os comunistas voltam às ruas do País. No final do mesmo ano, o PCB conquista a legalidade (17/11/1945) e 89 inicia as articulações visando participar das eleições para presidente da República e à Constituinte Federal. As campanhas políticas espalhavam os candidatos do PCB pelo País, em demonstração de grande capacidade de articulação para retomar os trabalhos do partido (LIMA NETO, 2006, p. 88-89).

Como vimos na citação acima, o Ceará participou ativamente dessas manifestações em favor de liberdade e democracia. Após a volta do PCB e dos comunistas à legalidade, vários candidatos serão lançados já para as eleições de 1945. Inicia-se uma campanha nacional para arrecadar finanças com o intuito de criar jornais, nos principais estados e cidades do país, como São Paulo e Ribeirão Preto (São Paulo), Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Bahia, Pernambuco e Ceará (LIMA NETO, 2006). Esses jornais vão evidenciar as estratégias dos comunistas nas lutas políticas, sociais e culturais, além, também, de ser um mecanismo de informação, conscientização e mobilização.

Porém, mesmo com os comunistas agindo de forma legal, as perseguições por parte da Igreja no Ceará, especificamente, não vão cessar, mantendo uma cruzada sem fim contra o comunismo. No interior, esses conflitos eram bem mais corriqueiros. Os padres se utilizavam das missas para fazer sermões anticomunistas e condenar candidatos do Partido Comunista, além de indicar e discursar em favor de outros. Quando chegavam os anos eleitorais, os conflitos aumentavam ainda mais, chegando, em alguns casos, a acontecer agressões.

O conflito entre igreja e comunistas é constante, não somente no período eleitoral. No interior, os padres usavam os sermões para condenar os candidatos comunistas. A

campanha tomava maior dimensão, parecia tomar conta das rodas de conversas nas praças e cafés da cidade (LIMA NETO, 2006, p. 192).

Ao se aproximarem as eleições de 1947, os comunistas passaram a apoiar o candidato da UDN a Governador do Estado, Faustino de Albuquerque, que embora negasse formalmente o apoio comunista, estes não deixaram de declarar voto a Faustino.

[...] quando os comunistas apoiam Faustino de Albuquerque, mas o candidato da UDN recusa a aproximação. O candidato trata de esclarecer a adesão do PCB à sua candidatura ao governo do Estado, negando qualquer ligação com os comunistas, embora tenha recebido apoio declarado dos camaradas, em 13 de janeiro de 1947 (LIMA NETO, 2006, p. 220).

Frente a isso, a Igreja logo se liga ao outro candidato ao Governo, general Onofre Muniz, do PSD, e exigem dele o compromisso de respeitar as orientações católicas.

Desconfiados da aproximação com os comunistas, as entidades conservadoras ligadas à Igreja haviam cobrado, do outro candidato ao governo, general Onofre Muniz (PSD), o compromisso de respeito às orientações do catolicismo (LIMA NETO, 2006, p. 220-221).

Com a formação dessa aliança, a Igreja passou a apoiar fortemente a campanha do candidato do PSD, colocando-o como defensor da igreja e da religião. Diante disso, no interior do estado, onde o catolicismo tinha grande influência, a luta entre comunistas e religiosos tornou-se ainda mais acirrada, chegando a determinados momentos em que a rivalidade desembocou em agressões físicas.

As respostas do general Onofre credenciavam-no junto ao clero com candidato que gozava da confiança da alta cúpula, como afirma Francisco Moreira Ribeiro — “Com

o beneplácito da igreja a seu candidato ao governo do Estado o PSD encetaria a campanha pelo interior cearense recebendo o apoio inflamado dos religiosos municipais que o denominaram de 'Defensor de nossa religião'". Com o apoio da Igreja, no interior, o conflito entre comunistas e religiosos se deu de forma mais acentuada, através da troca de insultos e agressões físicas. Nos municípios onde os camaradas pareciam ter representatividade significativa (Sobral, Crateús, Itapajé, Juazeiro do Norte, e Crato), o embate era constante nos comícios políticos e locais públicos (LIMA NETO, 2006, p. 221).

Como colocado na citação acima, em alguns municípios os embates eram corriqueiros em comícios e locais públicos, e um desses locais em específico foi o município de Itapajé, onde, após um discurso anticomunista inflamado, ministrado pelo padre da cidade, os fiéis ao deixarem a igreja acabaram com as próprias mãos com um comício que ia acontecer instantes mais tarde e que contaria com a presença do escritor baiano Jorge Amado, que na época era deputado federal pelo PCB, em 1946. Esse episódio descreverei com mais detalhes a seguir.

Era uma vez um comício comunista em Itapajé-CE

No ano de 1946, o Estado do Ceará já presenciava a mobilização dos partidos para as eleições de 1947. Para o PCB, as eleições de 1947 eram de suma importância para a vida política do partido, além de garantir de fato um retorno à democracia e a sua consolidação. Além disso, a eleição de candidatos do partido comunista era a única maneira legal de ir contra o sistema político e de enfrentar as perseguições e censuras que vivenciavam há alguns anos.

Porém, mais uma vez, os comunistas enfrentaram nessas eleições a Igreja Católica, uma forte e influente opositora, bastante fiel à elite econômica e política cearense, encetando há um bom tempo uma forte campanha anticomunista.

No entanto, o PCB enfrentaria nessa eleição, como nas outras, a igreja católica, uma forte oposição formada por religiosos fidelíssimos à burguesia, economicamente poderosa e em franca campanha contra o comunismo (MARTINS LEITE, 1990, p. 17).

A perseguição aos comunistas era tanta que o partido se viu obrigado a enviar um pedido de segurança ao Tribunal Regional Eleitoral para que pudesse garantir a integridade dos seus eleitores, militantes e candidatos. Esse pedido foi aceito logo no início de 1947, permitindo assim a realização de manifestações e comícios pelos comunistas. “Em 11 de janeiro, faltando oito dias para o pleito, o partido consegue mandado de segurança permitindo a realização de comícios e manifestações” (LIMA NETO, 2006, p. 190).

Porém, cumprir o mandado nos interiores cearenses era tarefa difícil, quase impossível, até porque a obediência religiosa era maior do que à lei. Em determinado momento, a polícia se negou a proteger devido ao vínculo religioso. Um dos exemplos de grande repercussão no estado, naquela época, e bastante conhecido por historiadores e por quem estuda política estadual até hoje, foi o caso do comício de Jorge Amado em Itapajé, onde o escritor baiano viveu na pele a intriga entre padres e comunistas. Também é um exemplo de que a proteção aos comícios e manifestações comunistas, na prática, não acontecia.

Em Itapajé, manifestações comunistas e adeptos ao partido já eram realidade desde o início da década de 1940. Porém, o partido só foi fundado na cidade em 1946, sendo citado e apresentado ao público de esquerda no estado pelo jornal *O Democrata*, o jornal do partido no Ceará. O município logo acabou chamando a atenção de grandes figuras do PCB como Luís Carlos Prestes e Jorge Amado, e acabou entrando na lista deste último como local de visita para buscar votos para sua reeleição a deputado federal.

No início da década de 1940 a cidade de Itapajé vai conquistando alguns simpatizantes das ideias comunistas [...]

Diante disso, em 1946 a fundação do Partido Comunista em Itapajé se tornou realidade, chamando a atenção do jornal *O Democrata* que apresentou o Comitê Municipal de Itapajé para o público de esquerda. Como consequência, a cidade de Itapajé passou a chamar atenção de grandes figuras do PCB como Luís Carlos Prestes e Jorge Amado que percorriam o país em busca de apoio e votos. Percebendo o crescimento da militância no interior o Comitê Estadual do PCB no Ceará buscava se planejar para organizar comícios nesses locais, contando com uma grande comitiva de personalidades políticas do partido, levando entre eles o escritor Jorge Amado que era deputado eleito pelo PCB (VASCONCELOS MOTA, 2019, p. 43-44).

Os principais membros do partido no município de Itapajé eram o dentista Alcides Sales, o comerciante Zezé Chaves, o carpinteiro José Ferreira, José Júlio Pinto, Israel Sales Bastos, Juarez Teles e Napoleão Mota Bastos.

- Alcides Sales – Dentista, casado com Jacy.
- Zezé Chaves – comerciante influente na cidade de Itapajé. Sobre a participação dele nos movimentos comunistas, na cidade de Itapajé, Hélio Pinto em sua obra *A genealogia de Itapajé* comenta: “Sr. Zezé pertencia ao Partido Comunista Brasileiro – PCB e teve envolvimento no pitoresco caso do comício de Jorge Amado”.
- José Ferreira – ficou conhecido como Zé Porqueira porque era carpinteiro e não trabalhava muito bem.
- José Júlio Pinto (Seu Zé Júlio) – casado com Georgina, que era parteira de Itapajé.
- Israel Sales Bastos.
- Juarez Teles.
- Napoleão Mota Bastos (O Sobral) (BRITO MESQUITA, 2014, p. 195).

O grupo costumava praticar algumas mobilizações pelas ruas em datas específicas, como o aniversário de Luís Carlos Prestes e o dia Primeiro de Maio. Nessas práticas, chegavam a pichar paredes, soltar fogos e promover festas para angariar adeptos ao partido.

De alguma forma, as datas do aniversário de Prestes e do Primeiro de Maio eram momentos em que a militância comunista se expressava pelas ruas das cidades, como a pichação de muros e alvoradas com fogos de artifício (BRITO MESQUITA, 2014, p. 195).

Sobre os casos de pichações em muros, há um episódio retratado por Paulo Vieira de Mesquita no jornal *Folha de Itapajé*, em 1983. Nesse relato, Paulo Vieira relembra do personagem “Quase Feio”, e assim o descreve:

No fim da década de 40 existiam em Itapajé, alguns simpatizantes de Prestes, (Luís Carlos Prestes, fundador e idealista do comunismo no Brasil). Em determinado 2 de janeiro, QUASE-FEIO foi contratado para pichar os muros da cidade, com “Vivas a Prestes, viva o P.C”, Partido Comunista e outros dísticos do ramo. Meia-noite, e lá vai ele, cumprindo a tarefa. Ao raiar do dia, indo para a matriz, Padre Paulo, pároco da Paróquia São Francisco de Assis, no período de 1941 a 1950, viu a obra, e ficou uma fera. Mandou chamar o “Feio”; sem saber quem era o autor. Olha, vai lá, pega uma lata de cal, pincel e vai apagar esta imoralidade. Sim senhor. Estou mesmo precisando ganhar uns trocados. E começou o serviço. Lá pelas tantas, passou perto dele um dos contratantes, e perguntou: Que diabo é isso? — Ora, respondeu o Feio, foi o Padre que mandou, mas não tem problema, de noite, vocês me pagam, que eu boto as letras de novo. E faturou dos dois lados, até que cansaram da teima. (Trecho escrito por Paulo Vieira de Almeida, retirado do Blog – A história de Itapajé, 2013).

Como colocado acima, o antagonismo na cidade de Itapajé era encabeçado pela figura de Padre Paulo, que não queria nem ouvir falar em comunismo, sendo um sacerdote extremamente radical.

Padre Paulo era bastante influente na cidade, gostava de organizar grupos e trabalhar com os jovens. Foi Padre Paulo o responsável pelo episódio que quase acabou vitimou Jorge Amado e sua esposa, Zélia Gattai, ao impedir o comício comunista na cidade.

A data não se sabe de certeza; alguns estudiosos que já escreveram sobre o assunto localizam o ocorrido em janeiro de 1946; outros, em janeiro de 1947. Mas, segundo a tese “A escrita subversiva”, que conta como fonte o próprio jornal *O Democrata*, a data do episódio é de janeiro de 1947, já bem próximo da votação que aconteceria dia 17 do mesmo mês (LIMA NETO, 2006, p. 191-192).

Para contar esse fato, será usada como referência o livro de Zélia Gattai, esposa de Jorge Amado, que compartilhou os momentos de aflição naquele episódio. O livro *Um chapéu para uma viagem*, publicado em 1982, vai retratar um pouco da vida do escritor e de sua família, e lá ela relata o episódio do comício comunista em Itapajé, uma das poucas provas do acontecido ainda existentes. Jorge Amado, no início daquele ano, veio a Fortaleza para participar das movimentações comunistas na cidade e impulsionar a campanha eleitoral daquele. Diante disso, surge o convite ao deputado de promover comícios nos interiores. O escritor aceita e logo repassa a notícia à esposa, que o acompanhava. Sobre esse ponto, Zélia coloca:

Jorge chegou entusiasmado para o almoço, trazendo excelente novidade para mim: — Você vai conhecer a caatinga!

Ele sabia de minha curiosidade, do meu interesse pela região do sertão. Fizera-lhe mil perguntas a respeito, quando escrevera Seara Vermelha.

Viajaríamos no dia seguinte, num domingo. Iríamos a uma cidade a cerca de 200 quilômetros de Fortaleza, onde Jorge participaria de um encontro com camponeses, gente humilde do sertão, ignorantes, participaria de um comício. Em Fortaleza tudo marchava a contento, o

Partido era forte, teria boa votação. No campo, porém, tudo estava por fazer (GATTAL, 1982, p. 137).

A cidade que Zélia destaca é o município de Itapajé, distante 125 km de Fortaleza. Ao chegar à cidade, Jorge Amado logo se depara com uma feira pequena e se encanta com os enormes cajus. Após breve visita à feira, o escritor se dirige à praça principal da cidade, que naquele período se chamava Praça Duque de Caxias — hoje essa mesma praça leva o nome de Assembleia de Deus, mas anteriormente era conhecida pelo nome de Praça do Povão, hoje em dia bem menos usado.

Na praça principal da cidadezinha onde devia realizar-se o comício, uma faixa presa entre duas árvores, ao lado de um palanque modesto diante do qual o carro estacionou, saudava “O Deputado do Povo”. Algumas pessoas nos aguardavam: organizadores do comício, uma mulher, a poetisa da terra, e alguns curiosos. Saltamos e o carro partiu em seguida. Convidados a tomar um cafezinho, atravessamos o jardim, entramos no bar em frente, nos altos do qual funcionava uma pensão. Os curiosos nos seguiram e, da rua, nos espiavam (GATTAL, 1982, p. 139).

A autora descreve que Jorge Amado ficou espantado quando perguntou sobre a massa, mas não havia massa nenhuma: o partido era fraquíssimo, apenas os organizadores eram do partido; nem mesmo a poetisa era do partido, estava ali apenas como admiradora do autor. Diante disso, Jorge foi avisado pelos organizadores que esperassem a missa acabar para que os fiéis pudessem presenciar o comício e foram até o barzinho para tomarem um café. Enquanto estavam lá, conversando e tomando café, entra às pressas um menino que trazia a notícia — o padre está dizendo, lá na missa, para o pessoal vir acabar com tudo aqui, que essa gente que chegou é gente do diabo! (GATTAL, 1982, p. 139).

Um dos organizadores do comício, assustado, tenta amenizar dizendo a Jorge: “É um padre alemão, um nazista, reacionário...” (GATTAI, 1982, p. 139). Porém, outras informações passaram a chegar ao barzinho:

[...] o padre continuava a incitar os fiéis contra nós, clamando-os em nome de Deus a impedir a realização do comício, a qualquer preço. Uma outra informação nos fez saber que o padre pusera-se à frente do seu submisso rebanho de lunáticos, disposto a conquistar a praça (GATTAI, 1982, p. 139).

Jorge Amado ainda indagou sobre as forças de segurança, porém a cidade só contava com três policiais que estavam fora e não poderiam vir a tempo. Jorge então indagou pelo prefeito, e respondem que este deveria estar em sua casa. Jorge parte para lá junto com sua esposa e os militantes que organizavam o evento, a fim de pedir proteção ou alguma garantia. Chegando lá, Jorge vê o prefeito que, “[...] pálido, as mãos trêmulas, ele nos recebeu na sala de visitas: — Não posso tomar nenhuma providência, não posso fazer nada, a cidade está desguarnecida...” (GATTAI, 1982, p. 139).

A missa das 11 horas tinha acabado e em seguida ia acontecer uma procissão organizada pelo Padre Paulo até a gruta de Nossa Senhora de Lourdes, mas era apenas um pretexto do Padre Paulo para levar o povo ao local onde aconteceria o comício comunista, já que a praça fica no caminho da gruta. O padre, com segunda intenções, coloca bem à frente da procissão alguns dos fiéis próximos a ele e anticomunistas ferrenhos: Aprodígio, Alcebíades Barreto e Manelito Rocha. Assim que a procissão se aproxima da praça e os fiéis veem a faixa, os três cabeças da procissão já vão para cima do palanque e quebram tudo. O povo, já incentivado pelo padre durante a missa, também reage de forma violenta.

[...], logo após a missa, o padre Paulo inventou que ia para a gruta de Nossa Senhora de Lourdes em procissão com os fiéis. Só que ele tinha outras pretensões, queria acabar com a reunião dos comunistas e deu certo. Logo após a missa, o padre saiu em procissão pelas ruas, cantando suas ladainhas e cânticos como se fosse uma procissão, mas tudo isso tinha segunda intenções, pois os chefes da passeata o Aprodígio, Alcebiades Barreto (Jorge Barreto de Sousa) e o Manelito Rocha eram quem incentivava as pessoas contra os comunistas (BRITO MESQUITA, 2014, p. 198).

Enquanto ainda estava na casa do prefeito, Jorge Amado ouviu o barulho na rua. Alguns fiéis, que não estavam na procissão, já sabiam onde eles estavam: entre eles, a mulher do prefeito.

Gritos histéricos de mulheres chegavam da rua, cada vez mais próximos. Olhei pela janela, um enorme grupo vinha em direção à casa onde estávamos, a berrar: — Viva Cristo Rei! Morte ao comunismo! — gritavam e davam saltos, alguns altíssimos, verdadeiras acrobacias. Chegaram e invadiram a residência do Prefeito. À frente do grupo, uma senhora de preto, dedo em riste apontando Jorge, gritou: — Fora de minha casa! — era a esposa do Prefeito.

Agora, dentro da sala, os gritos tornavam-se ensurdecedores: — Viva Cristo Rei! (GATTAI, 1982, p. 140).

Jorge ainda insistiu em dialogar com o prefeito, mas a esposa estava muito inflamada pelo ódio e expulsou Jorge, sua esposa e os militantes. Antes de sair, Jorge falou para o prefeito que o que acontecesse com eles seria de responsabilidade dele, enquanto prefeito. Enquanto saíam da casa, a esposa de Jorge, Zélia, é acertada com um soco nas costas por uma mulher que estava do lado de fora aos gritos — “Salve Cristo Rei!”. Enquanto fugiam daquela gente e tentavam se abrigar no barzinho onde tinham tomado café mais cedo, passaram pelo local onde aconteceria o comício:

Chegamos à praça ainda a tempo de assistir à destruição do palanque, o padre comandando as operações, à frente da massa de camponeses armados de facões e peixeiros (GATTAI,1982, p. 140).

Ao chegarem ao barzinho não conseguiram ter paz. Ouvia-se o barulho de chutes e socos como se quisessem botar a porta abaixo para pegar os comunistas. Enquanto se escondiam naquele pequeno bar, “[...]o padre, com forte sotaque alemão, passou a incitar os camponeses nos insultos e nas ameaças: — Morte aos comunistas! Morte a Jorge Amado! ...” (GATTAI,1982, p. 141).

Encurralados, o grupo torcia para que os ânimos se acalmassem. Porém os fiéis não cessavam de vigiar o barzinho. foi quando alguém deu a ideia de Jorge e a esposa fugirem pelos fundos da casa, entrando caatinga adentro, mas Jorge logo negou. Um dos comunistas lembrou-se de um caminhoneiro que era simpaticante do partido e que estava na cidade, essa era a única saída.

O caminhão, enorme, encostou, instalamo-nos na frente com o chofer, os fanáticos exaltados acorreram aos gritos; divisamos entre eles um homem com um facão reluzente, ameaçador. — Toca o bonde! — ordenou Jorge ao chofer — Antes que nos cerquem!
O caminhão nos levou até uma bodega de beira de estrada, uns 20 quilômetros adiante; ali ficamos à espera do carro que nos conduziria de volta a Fortaleza (GATTAI,1982, p. 141).

Ao final do relato, Zélia Gattai ressalta não lembrar o nome da cidade, e nem quer se lembrar depois de tanto susto. Preferiu dar ao lugar a alcunha de “cidade da intolerância”.

Destarte, esse episódio marcou a história política de Itapajé, chegando a acabar com o movimento comunista na cidade. Também mostra o quão violento era o embate entre comunistas e religiosos nos sertões cearenses. Esse foi apenas um dos casos,

e com certeza deve ter muitos outros relatos em outras cidades do interior do Ceará. Hoje em dia, muito pouco se sabe sobre esse episódio em Itapajé, os poucos que ainda sabem da história ainda têm dúvidas e imaginam que é apenas boato, e a maioria crê que sequer aconteceu.

Fonte

Folha de Itapajé, trecho escrito por Paulo Vieira de Almeida. Retirado do blog: *A História de Itapajé*. Publicado em 19 de maio de 2013. Endereço: <http://itapagece.blogspot.com>.

Referências

GARUTTI, Selson. Pires Machado, Rafael. A organização operária no Brasil da Primeira República (1889-1930): *Princípios e tendências*. UNIFAP, 2019.

KAREPOVS, Dainis. *Bloco Operário e Camponês*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BLOCO%20OPER%C3%81RIO%20E%20CAMPON%C3%8AS.pdf>.

LEITE, Ana Cristina Martins. *O Democrata — O jornal do PCB no Ceará — Da abertura política (1945) à volta a ilegalidade (1947)*. Monografia. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-CE, 1990.

LIMA NETO, Ildefonso Rodrigues. *A escrita subversiva — O Democrata, 1946-1947*. Tese. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-CE, 2006.

MESQUITA, Terezinha Brito. Itapajé, cidade intolerante: a expulsão de Jorge Amado e de sua comitiva em 1946. In: SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos (Org.). *A história próxima de nós*. Sobral-CE, Editora EGUS, 2014.

MOTA, Cleinilson Fonteles Vasconcelos. *Dias de luta na terra da Amizade: da caça ao comunismo à intervenção militar no sindicato rural de Irauçuba—CE. 1946-1947*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual Vale do Acaraú. UVA Sobral-CE, 2019.

NEVES, Frederico de Castro. Camponeses e Comunistas: Diálogos possíveis (Ceará, 1947-1953). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 2020, volume 60, p. 165-178. Disponível em: <https://ojs.lettras.up.pt/>

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. Cidade Vermelha: a militância comunista em Camocim-CE. (1927-1950). Dissertação, 2º edição. Sobral-CE, 2011.



OS “CAMISAS VERDES” NA “CIDADE VERMELHA”. O MOVIMENTO INTEGRALISTA EM CAMOCIM-CE. 1936-1945.

Carlos Augusto Pereira dos Santos¹

Pelo M2 do dia 28 chegou a esta cidade a bandeira chefiada pelo Dr. Gustavo Barroso, a qual foi recebida na Estação por avultado numero de integralistas. Destes, os que se achavam devidamente fardados formaram duas alas na sala de espera da estação e, ao penetrar ali a figura respeitável do Secretario Nacional Dr. Gustavo Barroso, foram erguidos dois vibrantes Anauês.²

Ao cair da tarde, a cidade sempre é refrescada pelos ventos marinhos de verão. A frescura vespertina atenuava a canícula sertaneja com cheiro de maresia, recepcionando o trem diário com sua carga de pessoas e mercadorias. Naquela tarde de quarta-feira, 28 de julho de 1937, para alguns habitantes da cidade que esperavam o trem na majestosa gare, o horário vindo de Crateús e Sobral trazia uma comitiva especial — os integrantes da bandeira integralista que percorriam o interior do Ceará, realizando a propaganda da candidatura de Plínio Salgado à Presidência da República desde o dia 23 daquele mês.

1 Professor do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: carlos_augusto@uvanet.br.

2 Notícias de Camocim. Bandeira Integralista. Jornal *A Razão*. Fortaleza-CE, 8 de agosto de 1937, n. 356, p. 05. Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Como acontecia quase sempre, o trem atrasou. Quando a composição apontou pelo bairro dos Coqueiros e o sino da Estação Ferroviária foi tocado pelo encarregado, despertando da espera os presentes, o relógio marcava 19h30min. A chegada dos chamados “camisas-verdes” a Camocim e a outros municípios da então zona norte e Serra da Ibiapaba do estado do Ceará já era anunciada desde o início do mês de julho de 1937, com ampla cobertura do jornal cearense *A Razão*.³ Com efeito, reuniões dos camisas-verdes no município de Fortaleza são descritas em minúcias, trazendo a relação de oradores e a variedade de instituições presentes, com destaque para as falas dos líderes e princípios doutrinários, além da formação das bandeiras que levariam a mensagem do integralismo ao interior em manchetes como: “Bandeiras de Propaganda da Candidatura de Plínio Salgado Percorrerão o Interior da **Província**”.⁴

A presença dos adeptos do integralismo em Camocim não passaria despercebida por outra parte da população — os simpatizantes e os filiados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, desde 1928, mantinham uma presença significativa no município, a ponto de ser destacado pela imprensa comunista como “Cidade Vermelha”; “Pequena Moscou”; “Cidade Heroica”, afora outras expressões qualificativas. Efetivamente, Camocim foi uma das primeiras células comunistas do interior cearense, com destacada presença no meio operário, notadamente entre os ferroviários e trabalhadores do porto.⁵

3 No Ceará, o jornal *A Razão* era o órgão oficial da Ação Integralista Brasileira (AIB), dele participando vários integrantes da cúpula do integralismo no estado, como Ubirajara Índio do Ceará; Jeová Mota; Lauro Maciel; Padre Helder Câmara, entre outros nomes pertencentes à Chefia Provincial Ceará, durante os anos de 1936 a 1938. Por outro lado, jornais católicos como *O Nordeste*, da Arquidiocese de Fortaleza (1929 a 1934), *Correio da Semana*, da Diocese de Sobral, entre outros, também faziam propaganda do integralismo.

4 Grifo nosso. O uso do termo “Província” não se refere à divisão geográfica do território brasileiro ao tempo do Império, mas à estrutura burocrática da organização integralista no país. Jornal *A Razão*. Fortaleza-CE, 20 de julho de 1937, n. 339, p. 01. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

5 Para saber mais sobre o comunismo em Camocim, ver (SANTOS 2007) e (SANTOS, 2014).

O embate foi inevitável, embora sem maiores consequências, noticiadas pelo próprio jornal dos adeptos da doutrina do sigma, aproveitando o espaço para desqualificar os adversários. Na encenação do breve ritual com que os “bandeirantes” são recepcionados, acontece a primeira “cena entristecedora”, segundo a notícia veiculada no jornal, em que um comunista “desclassificado”:

[...] jogou sobre o povo uma porção de boletins indecorosos, retrato vivo da mentalidade comunista, dos quais junto um exemplar, especialmente por nele se conter a prova flagrante da colaboração dos comunistas com os dois candidatos liberais.⁶

Infelizmente o jornal não publicou o boletim indecoroso e as indecorosidades; a pecha de “desclassificado” ao audacioso militante comunista ficou por conta da escrita do correspondente de *A Razão* em Camocim, que depois, viemos a descobrir, se tratava de Lamberto Sales de Oliveira, um funcionário da Estrada de Ferro de Sobral, com função em Camocim, presente em várias edições do jornal durante os anos de 1936 e 1937, ora representando o Núcleo Integralista de Camocim em eventos na capital, ora enviando notícias, além de outras matérias de cunho analítico sobre a militância integralista.⁷ A repercussão do ato de repúdio do militante comunista é quase nula, já que, na matéria jornalística de cobertura da campanha da “Bandeira Gustavo Barroso”, nos municípios de Camocim, Granja, Viçosa e Tianguá, o entrevero sequer é citado.⁸

Ainda com relação aos acontecimentos daquele dia em que os integralistas de Camocim recebiam a visita do seu Chefe Pro-

6 Jornal *A Razão*. Fortaleza-CE, 20 de julho de 1937, n. 339, p. 01. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

7 Afora as notícias sobre o integralismo em Camocim, o correspondente do jornal *A Razão* assinava artigos como “Espiritismo e Integralismo” (ed. 247, p. 07); “Democracia” (ed. 391, p. 02), entre outros.

8 Para a cobertura da campanha da “Bandeira Gustavo Barroso” em prol da candidatura de Plínio Salgado à Presidência da República, ver: Jornal *A Razão*. Fortaleza-CE, 07 de agosto de 1937, n. 355, p. 07. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

vincial, voltemos para a descrição jornalística d’*A Razão*. Apesar de longa, a descrição se justifica por trazer resumidamente o dia da campanha em Camocim, além de fazer referências a lugares da cidade por onde a caravana passou (Estação Ferroviária, Pensão Urbina, Praça da Estação) e a segunda “cena entristecedora”, na visão do nosso correspondente:

Os bandeirantes, acompanhados da Chefia e Secretariado Municipal, bem como da onda verde dos integralistas, dirigiram-se para a Pensão Urbina, onde lhes fôra preparada hospedagem.

Cerca das 20 horas, quando já uma enorme multidão se acotovelava na Praça da Estação, deu entrada ali a Comitativa que foi saudada com dois entusiasticos Anauês.

Os integralistas cantaram com entusiasmo a marcha «Avante», e, em seguida, subiu á tribuna o Chefe Provincial Dr. Ubirajara Índio do Ceará que por espaço de uma hora prendeu a atenção da assistencia, composta de cerca de 1.000 pessoas, com seu verbo inflamado de patriotismo e amôr a causa popular.

O seu discurso foi uma verdadeira peça doutrinaria que calou profundamente na consciencia da grande maioria da assistencia, que não lhe resgatou aplausos, interrompendo-o, de quando em quando, com o estridor de suas palmas.

O povo ansiava pela palavra do Dr. Gustavo Barroso que, infelizmente, não pôde satisfazer tal ansiedade, em virtude de se achar muito rouco, tendo pronunciado apenas algumas palavras de agradecimento e desculpas.

Foi então cantado o Hino Nacional com verdadeira vibração patriótica pelos camisas-verdes.

[...]

A segunda [cena entristecedora] foi na ocasião em que se iniciou o Hino Nacional; a maioria dos comunistas e grande parte dos liberais desapareceu como por encanto, dando assim uma demonstração de seu ódio ou de seu desprezo pelo Hino da Pátria.

Camocim, 31 de julho de 1937.

O CORRESPONDENTE⁹

9 Jornal *A Razão*. Fortaleza-CE, 20 de julho de 1937, n. 339, p. 01. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Em todas as transcrições de jornais e documentos foi mantida a grafia original.

Neste ponto, é preciso contextualizar os fatos e aspectos das falas até aqui citadas. Estamos em julho de 1937; após os períodos de provisoriedade (1930-1934) e constitucionalidade (1934-1937), que marcaram a ascensão de Getúlio Vargas ao poder nos desdobramentos da Revolução de 1930, esperavam-se eleições diretas para Presidente da República em 1938.¹⁰ Oficialmente, três candidatos se apresentavam oficialmente no cenário político: o escritor José Américo de Almeida, ex-ministro de Vargas que se colocava como o candidato do governo; Armando Sales de Oliveira, na época governador do estado de São Paulo, era a aposta da oposição; e o jornalista Plínio Salgado, líder dos integralistas, que inicialmente apoiou a ditadura Vargas, mas que procurava se colocar como uma terceira via. Portanto, a propaganda da candidatura de Plínio Salgado em todo Brasil também servia para demarcar um campo teórico e programático no combate ao comunismo, fundamentado num nacionalismo que acreditava numa “democracia orgânica” e num “estado corporativo.”¹¹ Quem estava contra esse ideário comungava com os comunistas, que, segundo o nosso correspondente acima referido, defendiam as candidaturas liberais de Armando Sales de Oliveira e José Américo de Almeida. Vê-se, portanto, uma tentativa de polarizar o debate entre liberalismo e integralismo (nacionalismo, corporativismo).

Por outro lado, a inclusão de Camocim no trajeto da caravana integralista tinha outras razões, além das meramente teóricas. Com efeito, desde o final dos anos 1920, o município vinha constituindo e consolidando uma militância de feição comunista,

10 Se as eleições tivessem ocorrido, seria a décima segunda vez que os brasileiros escolheriam seu mandatário maior e a décima quarta eleição republicana para Presidente.

11 As noções de “democracia orgânica” e “estado corporativo” faziam parte do ideário integralista, inspirado num nacionalismo associado ao romantismo alemão. “Tal vertente de nacionalismo, que também foi influenciado pelo corporativismo, encontrava seu fundamento central na visão da nação como um conjunto orgânico, unidade superior a qualquer conflito social”, Ver: (MOTTA, 2020, p. 54-5).

com significativa presença no seio dos trabalhadores locais. Era preciso, portanto, estabelecer a ideologia oposta, que se firmou em várias frentes na disputa pelos corações e mentes dos trabalhadores em especial, seja através da rede associativista, ligada à Igreja Católica, ou pela fundação do Núcleo Integralista de Camocim, dentre outras entidades, reveladora da presença de um pensamento conservador de direita na cidade que se dizia “vermelha”, que precisa ainda ser melhor pesquisado. Neste momento, ficaremos apenas com o movimento integralista.

Essa militância integralista local, por sua vez, parece ser superdimensionada na produção da narrativa do correspondente camocinense do jornal *A Razão*, no que toca à quantidade de presentes ao comício em prol de Plínio Salgado. Uma “enorme multidão” não combina com um público de apenas “cerca de 1.000 pessoas”. O exagero do número se confirma em suas próprias palavras, quando afirma que na assistência havia comunistas e liberais que desapareceram “como por encanto”, quando da execução do Hino Nacional. Se compararmos com outras matérias do jornal em questão, o número de mil pessoas em eventos ocorridos em Fortaleza, onde certamente os adeptos do integralismo eram em maior quantidade do que em Camocim, era celebrado como de grande ocorrência. Por exemplo, uma semana antes da presença da bandeira integralista em Camocim, o jornal *A Razão* noticiava:

Conforme fora anunciado realizou-se, domingo último, às 9 horas, a concentração dos “camisas verdes” na praia, em frente ao Pavilhão Atlântico. Ali se concentraram cerca de mil integralistas, que depois de organizados em bandeiras desfilaram garbosos pelas ruas da cidade.¹²

12 Apesar de a matéria iniciar informando a presença de mil integralistas no evento, a manchete dobra o número de pessoas presentes: “A Candidatura de Plínio Salgado. Gustavo Barroso Foi Ouvido E Aclamada A Sua Palavra Por Mais de 2.000 Pessôas”. *Jornal A Razão*. Fortaleza-CE, 20 de julho de 1937, n. 339, p. 01. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

De duas, uma: ou Camocim tinha realmente um grande número de integralistas ou o correspondente era um megalômano. Todavia, as contradições do texto jornalístico evidenciam outro aspecto revelador de uma pequena cidade do interior — qualquer evento público, seja de que natureza for, tornava-se um pretexto para as pessoas saírem de casa, ou até mesmo se divertirem, quando for o caso. O fato de que na mesma praça possam estar reunidas pessoas de credos diferentes, ouvindo discursos contrários ou não às suas ideologias, é um exemplo disso, ou de que a tensão política não era tanta.

Camocim na década de 1930

Mas o que era a cidade de Camocim no alvorecer da década de 1930, para além de um porto marítimo e sede de uma ferrovia que ligava este porto aos sertões de Crateús? Apesar da sua importância no cenário econômico, político e social cearense, constituindo-se numa das principais cidades do estado, Camocim viveu, entre as décadas de 1930 e 1950, seu melhor momento de desenvolvimento, sendo classificada como de 2º nível nas funções comercial e industrial (SOUZA, 2007, p. 226). Beneficiada pela rota de aviões e navios das companhias aéreas e de navegação nacionais e estrangeiras, a cidade se consolidou como um ponto de reabastecimento desses meios de transporte. Este intenso movimento proporcionou o “boom” econômico, político e social no período aludido, principalmente pelas atividades desenvolvidas em torno do porto de Camocim e da Estrada de Ferro de Sobral. No dizer do sociólogo Delano Pessoa Carneiro, a cidade, “[...] não era apenas uma pequena vila de pescadores situada nas margens do Rio Coreaú e do Oceano Atlântico. A cidade de Camocim era o principal centro importador e exportador da região Norte do estado” (BARBOSA, 2010, p. 34).

A pequena vila de pescadores, portanto, que viu o trem chegar no início do ano de 1877 e dois anos depois já se tornara município, soube aproveitar bem um dos últimos investimentos do Império na malha ferroviária do país. Aquele “fanico de cidade”, na expressão literária do historiador R. Batista Aragão, era o lugar que “em progresso só perdia para a Capital”. Segundo o mesmo autor, Camocim era o lugar onde ao mesmo tempo “os besouros apocalípticos’ faziam sombra e era lá onde as liberdades proletárias vicejavam embebecidas no alento promissor das idéias comunistas” (ARAGÃO, 1988, p. 116).

Mesmo antes de o integralismo tomar forma sob a égide da Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em 1932, as ideias ditas comunistas já eram combatidas em Camocim. Com efeito, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta chama a atenção de que as forças anticomunistas no Brasil já se alinhavam desde 1917, após a Revolução Russa, na esteira da imitação do que ocorria no mundo: “Em grande parte, as visões sobre o que seria comunismo e a ameaça que significava à ordem social foram decalcadas de modelos estrangeiros” (MOTTA, 2020, p. 25). Neste sentido, alguém ousou ameaçar essa ordem social em Camocim. O professor e jornalista Francisco Theodoro Rodrigues (Chico Teodoro), através de seu jornal *O Operário*, em cujo dístico aparecia o desenho característico da foice e do martelo, denunciava os desmandos da política local e nacional, ao tempo em que incentivava os trabalhadores a terem uma representação na Câmara Municipal. A guerra ideológica se daria também pela imprensa local. Entre os anos de 1927 e 1930, *O Operário* dividia atenções e leitores com o jornal *A Razão*, marcadamente anticomunista, como o seu homônimo de Fortaleza, aqui já referenciado.¹³

13 O desenvolvimento da cidade também se expressou na imprensa. Do final do século XIX até a década de 1940, mais de trinta títulos circularam no município, variando entre noticiosos, literários ou ligados a partidos políticos. Para uma análise mais aprofundada ver: “A cidade nas páginas dos jornais. In: (SANTOS, 2014, p. 47-51).

A militância do professor-jornalista, que tinha uma escola para formar moços para o comércio local,¹⁴ acabou criando em torno de si um grupo de trabalhadores que fundaram o Comitê Municipal do Partido Comunista do Brasil (PCB) em março de 1928, o primeiro no interior do estado. A resposta veio na esteira dos acontecimentos da Revolução de 1930 e suas repercussões no Ceará, com a prisão de 16 cearenses, entre eles, Francisco Theodoro Rodrigues, que foram enviados para os cárceres do Rio de Janeiro, ainda naquele ano.¹⁵

Se os comunistas conseguiram minimamente organizar vários sindicatos na cidade — Associação dos Pequenos Produtores, Sindicato dos Carregadores do Porto, Sindicatos dos Salineiros, Sindicato da Construção Civil e Ofícios Vários, Associação Beneficente Ferroviária —, frutos, em maior ou menor grau, daquela semente plantada por Francisco Theodoro, por outro lado, a cidade experimentava também o “fenômeno associativo”,¹⁶ observado nas primeiras décadas do século XX, fundando várias entidades de caráter filantrópico, religioso, lazer, educacionais, mutualistas, serviços, entre outras.

Foi, portanto, na década de 1930 que a cidade se organizou urbanisticamente, recebendo edifícios públicos, contribuindo para o melhoramento dos serviços e algum aformoseamento. Não à

14 “Collegio 05 de Julho. Materias: Leitura, Arithmetica, Portuguez, Geographia, Historia do Brasil, Historia Natural, Escripta e Francez. Lecionamento pelos methodos mais modernos. AULAS NOCTURNAS: Dentro de seis mezes este collegio habilita rapazes em correspondência inclusive commercial, quatro operações de conta, alguns problemas mais necessarios e leitura. Aulas diurnas das 8 ás 11. Aulas nocturnas das 6 ás 9”. *O Operário*. Camocim-CE, 18 de janeiro de 1931, Nº. 75, p. 2. Fonte: Arquivo do autor.

15 Ver: (RODRIGUES, 2000). O conteúdo deste livro é o diário do Professor Francisco Theodoro escrito na prisão em 1932, em que narra o cotidiano da prisão e as perseguições sofridas em Camocim.

16 Entendemos por “fenômeno associativo” ao surgimento de uma variedade e quantidade de associações que apareceram no país nas primeiras décadas do século XX, muitas delas com características mutualistas, inicialmente, mas que, com o tempo foram se diversificando em filantrópicas, socioculturais, educacionais, dentre outras classificações, criadas por trabalhadores organizados, mas, também em nome deles, por outros grupos, com outros interesses, notadamente políticos.

toa, nos governos dos interventores, foi realizado um primeiro trabalho de levantamento cartográfico. Também foram erguidos a Prefeitura Municipal, o Mercado Público, a Agência dos Correios e Telégrafos, o Posto de Saúde.¹⁷ No aspecto social, a cidade tinha dois serviços de som (amplificadoras, cinemas, jornais já referidos, clubes como Sport Club, Camocim Clube e Balneário Sport Club, com suas sedes espaçosas para o divertimento da elite local, além de uma movimentada “zona do meretrício”, característica de toda cidade portuária.¹⁸

Para finalizar este passeio retrospectivo pela década de 1930 em Camocim, dois acontecimentos ocorridos em 1936 revelam muito sobre a narrativa de polarização ideológica que comunistas e anticomunistas travaram na cidade. Primeiro, a fundação do Núcleo Integralista de Camocim, dirigido pelo farmacêutico Antonio Honório Passos Filho, provavelmente em maio de 1936. Um documento de 9 de maio daquele ano enviado ao capitão Cordeiro Neto pelo advogado e presidente da AIB em Fortaleza, Ubirajara Índio do Ceará, pedindo autorização para o “funcionamento de suas sessões de estudos e doutrinas, ficando, porém, ditas reuniões sujeitas à fiscalização da Polícia”, o núcleo de Camocim aparece relacionado dentre outros 46 núcleos espalhados em todas as regiões do estado.¹⁹ Acreditamos que essa leva de associações integralistas criadas no interior do estado seja decorrente do marco inicial da primeira grande onda anticomunista (1935-1937), assinalada por Rodrigo Patto de Sá Motta, dentro do clima de

17 Do ponto de vista da administração pública na Era Vargas, Camocim teve sete interventores. Os mais longevos foram Gentil Barreira (1930-1935) e João da Silva Ramos (1935-1944). Entre 1944 e 1945, ao sabor das mudanças na política cearense, outros cinco interventores (Tenente João Batista de Souza Brandão - 1944; Horácio Pessoa - março a junho de 1945; Antonio Alcindo Rocha - julho a outubro de 1944; Antonio de Albuquerque Souza - novembro de 1945 e Francisco Othon Coelho - dezembro de 1945) assumiram o comando do município.

18 Para uma visão literária do meretrício em Camocim, ver: (ARAÚJO, 2019).

19 *A Razão*, 31/05/1936. BPMP-SM, Fortaleza-CE. In: REGIS, João Rameres. O integralismo no interior do Ceará (1932-1937): adequações ao jogo político local. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal-RN, 22 a 26 de julho de 2013, p. 12.

[...] polarização mundial opondo fascismo a comunismo e o retorno à normalidade institucional, propiciado pela promulgação da nova Constituição, estimularam o aumento da militância política radical, para não falar do desgaste do governo Vargas, que já ocupava o poder havia quatro anos [...] (MOTTA, 2020, p. 201).

O outro fato ocorreu na esteira da repressão aos movimentos revolucionários de 1935. Nos festejos de São João de 24 de junho de 1936, não somente fogos de artifício ribombaram em Camocim. A polícia cearense descobriu o esconderijo de dois militantes comunistas (Amaral e Luís Pretinho) que participaram do Levante Comunista de 1935²⁰ em Natal, capital do Rio Grande do Norte, e com eles travou um tiroteio. Dez anos depois, com a efêmera legalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o jornal de feição comunista, *O Democrata*, editado em Fortaleza, narra com detalhes e intensa simbologia a morte de três militantes, dois no tiroteio ocorrido, além de um terceiro, o camocinense Raimundo Ferreira de Sousa (Raimundo Vermelho), que veio a morrer três meses depois, em decorrência das torturas sofridas na Casa de Detenção de Fortaleza. Para a história contada pelo jornal comunista, o episódio ficou conhecido como “Massacre do Salgadinho”, uma alusão ao local da periferia de Camocim onde as mortes ocorreram. Para o comandante da repressão oficial aos comunistas no Ceará, capitão Cordeiro Neto, a ação policial foi um mero cumprimento do dever facultado pela Lei de Segurança Nacional.²¹

A proximidade dos dois eventos ocorridos em Camocim, acima relatados, sugere uma relação de intensa agitação ideológica. Se não vejamos: somente um mês depois da fundação do núcleo integralista local, os militantes comunistas foragidos foram localizados

20 “Levante” é outra designação adotada por alguns historiadores na análise da tentativa revolucionária de tomada do poder pelos comunistas em novembro de 1935, que a historiografia consagrou como Intentona Comunista.

21 Para uma análise da disputa da memória em torno do Massacre do Salgadinho, ver: (SANTOS, 2007, p. 77-90).

e fuzilados. Em 1936, além do Massacre do Salgadinho, ocorreram várias prisões de trabalhadores camocinenses, acusados de terem ligações com aqueles comunistas, que geraram processos relativos aos levantes comunistas de 1935.²² Em lados opostos, mas, às vezes, companheiros de trabalho no porto e na ferrovia principalmente, era possível que denúncias e informações vazassem de parte a parte. Durante toda a década de 1930 e, posteriormente, nas eleições de 1947, os ânimos estiveram bastante acirrados. De um lado, a Sociedade dos Amigos de Camocim, a União Feminina, o núcleo local da Aliança Nacional Libertadora (ANL) ou a Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN) mostravam que a militância podia ser de iniciativa local ou de representação nacional, associada ao ideário comunista. Por sua vez, a Igreja Católica e outros setores conservadores também souberam arregimentar seu rebanho e exército, seja na Liga Eleitoral Católica (LEC); na Congregação dos Moços Marianos; na Liga Feminina da Ação Católica;²³ na Sociedade São Vicente de Paulo; no Círculo Operário ou mesmo no Núcleo Integralista, mostrando que em tempos diversos ou simultâneos a cidade podia ter outras cores.

O Núcleo Integralista de Camocim

Apesar do meio ser bastante refratário, por achar-se muito contaminado de comunismo, de desiludidos e de displicentes; não tem sido improficuo os esforços dos que aqui se batem pela grandesa do Brasil. Pois o numero de Integralistas aumenta aos poucos, porém com se-

22 A maioria destes processos está depositada no Arquivo Nacional, Fundo/Coleção: TSN e APERJ/Fundo: DPS/Série: Prontuários.

23 “O papel inicial da Ação Católica Brasileira foi a defesa dos valores e princípios cristãos por parte dos leigos católicos no campo da atuação política. Tendo o intelectual Alceu Amoroso Lima como principal colaborador leigo do Cardeal do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme (1882 -1942) efetivamente surge em 1933 a Liga Eleitoral Católica e em 1935 a Ação Católica Brasileira tendo com Alceu como primeiro presidente” (SOUZA, Pe., 2006, p. 45 e 49).

gurança e o número dos simpatizantes vem aumentando consideravelmente²⁴.

A epígrafe que abre este tópico é um trecho de uma matéria jornalística publicada no jornal *A Razão*, de Fortaleza, enviada pelo correspondente Lamberto Sales, que era um dos dirigentes do Núcleo Integralista de Camocim.²⁵ Duas questões se abrem a partir da citação: o reconhecimento de que a militância comunista era mais antiga e significativa na cidade do que o integralismo e a demarcação qualitativa entre as duas militâncias. Se os comunistas eram muitos e a cidade estava contaminada de “desiludidos e de displicentes”, o crescimento do integralismo naquele momento era também considerável, seguro, sem “pessoas viciadas”, bem como isentas de indivíduos de “baixa moralidade”.²⁶

Contudo, embora o Núcleo Integralista de Camocim tenha sido fundado em 1936, portanto no auge da primeira onda anticomunista no Brasil, o combate às ideias ditas revolucionárias, como vimos, remonta à primeira década do século XX. Para Camocim, como já vimos, o embate já se dava desde o final da década de 1920. É possível que na formação do grupo integralista de 1936 estivessem muitos daqueles que combateram as ideias e ações do grupo comunista que se forjou em 1928, notadamente figuras ligadas à Igreja Católica e à elite política da cidade, estando à frente da direção desse grupo, como veremos mais adiante. Por outro lado, a matéria que dá conta da existência deste núcleo em Camocim (uma das poucas, encontradas até agora nesta altura da pesquisa), o público-alvo dos doutrinadores “seja quase

24 *Jornal A Razão*. Fortaleza-CE, 28 de março de 1937, n. 252, p. 07. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

25 *Idem*. Vale ressaltar que em Camocim também existia um jornal chamado *A Razão*, dirigido pelo vereador André Pessôa, que desde o final da década de 1920 rivalizava com o jornal *O Operário*, do jornalista comunista Francisco Theodoro Rodrigues (Chico Teodoro).

26 *Jornal A Razão*. Fortaleza-CE, 28 de março de 1937, n. 252, p. 07. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

exclusivamente no meio proletário”, que, segundo a avaliação do articulista, justifica a lentidão de crescimento e a pobreza do núcleo, envolto em “grandes dificuldades financeiras”, assegura ser esta a decisão correta, posto que “o terreno conquistado, o foi em definitivo”. A matéria aludida traz estampada uma foto de “um grupo de integralistas de Camocim”, onde se pode perceber a presença de homens, mulheres e crianças, a maioria uniformizada, apesar da nitidez da foto estar prejudicada.

Figura 1 - Núcleo Integralista de Camocim (1936)



Fonte: Jornal A Razão. Fortaleza-CE, 28 de março de 1937, p. 07.

Mas, o que era este “meio proletário” referenciado no jornal? Será que “proletário” estava associado à pobreza, como forma de distinguir de um “meio operário”, representado pelos ferroviários, trabalhadores do porto e outras categorias organizadas e já dominadas pelos comunistas, portanto refratárias às ideias integralistas?²⁷ Não esqueçamos que foi na estação ferroviária que a bandeira dos integralistas foi mal recepcionada por um comunista. Seria ele um ferroviário ou um trabalhador do porto?

27 Para saber mais sobre os trabalhadores no município de Camocim, ver: (SANTOS, 2014).

São perguntas que não serão respondidas neste momento, mas suposições podem ser elevadas a categorias de respostas, afinal, a metodologia de trabalho empregado pelo Núcleo Integralista de Camocim pode entrever aspectos que podem sugerir ou pressupor universos diferentes de militância:

Assim é que estão sendo realizadas três sessões por semana; duas na sede e uma nos subúrbios, em pontos diferentes, o que muito vem servindo para despertar o civismo dessa população abandonada como soe ser a que habita nos subúrbios da cidade.²⁸

Contudo, não se pode achar que as ideias tinham campos e mentes cativos. Uma avaliação simplista desta monta empobrece a dinâmica da recepção dessas ideias e simplifica os processos sociais. Se atentarmos para as lideranças integralistas, elas apontam para segmentos conservadores e, para usar um termo da época, elementos ligados à burguesia da cidade. Numa crônica escrita em 2006, alguém relembra famílias deste grupo, aludindo a lideranças integralistas:

Apesar de pequena, era muito movimentada pela chegada dos trens e pelos comícios realizados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Movimento Integralista, cujos membros eram chamados de “galinhas verdes”.

[...]

Existia a farmácia do **Antônio Passos**, de esquina; as famílias Murilo Aguiar e dos Veras; o Dr. Amauri, juiz de Direito; o Dr. Feijó, chefe da estrada de ferro, **D. Sinhá Trévia**, nossa vizinha, além do capitão Saldanha, que prendia os bêbados da cidade, dentre outros nomes guardados na memória.²⁹

28 Jornal *A Razão*. Fortaleza- CE, 28 de março de 1937, n. 252, p. 07. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

29 Camocim do meu tempo. Grifos nossos. Disponível em: <https://diarionordeste.verdesmares.com.br/opiniaoold/camocim-de-meu-tempo-1.721113>. Acessado em 07/09/2020.

Embora o autor não vincule diretamente os nomes de Antonio Passos e Sinhá Trévia ao integralismo, a recordação do embaite ideológico está presente. A referência à farmácia “de esquina” de Antonio Passos, além de sugerir um local de reunião da cidade, confirma a atuação do farmacêutico (Antonio Honório Passos Filho) presente em outros documentos da época como dirigente local dos integralistas. Na busca por fontes sobre a presença de Antonio Passos em Camocim, tivemos que recorrer a seus familiares em Viçosa e Fortaleza, conseguindo apenas uma foto dele no casamento de uma de suas filhas. As lembranças motivadas por esse contato remetem mais ao seu pai, também farmacêutico em Viçosa, integralista, interventor na cidade serrana durante o Estado Novo e hoje nome de ginásio esportivo.

Figura 2 - Antônio Honório Passos Filho. Dirigente integralista em Camocim-CE



Fonte: Acervo da Sra. Maria Helena Paiva Mapurunga, neta de Antônio Honório Passos Filho s/d.

Com relação à Sinhá Trévia, que na pia batismal recebeu o nome de Amália Fontenele Trévia, uma memória local e familiar assevera que ela atuou por muito tempo no movimento integralista da cidade, talvez por conta de suas convicções religiosas de católica praticante. Um dos seus netos, em livro de recordações, afirma:

Sinhá Trévia, a despeito de sua maior dedicação direcionada para os filhos órfãos de pai, foi sempre de atuação marcante em diversas atividades sociais e políticas da cidade. Foi uma autodidata e fiel admiradora de Plínio Salgado. Além de militante do Integralismo, era responsável pela lista de assinantes e pela distribuição, em Camocim, do Jornal *A Marcha*, publicado em São Paulo e pertencente ao Partido Integralista Brasileiro (TRÉVIA, 2010, p. 24).

Figura 3 - Amália Fontenele Trévia (Sinhá Trévia). s/d.



Fonte: TRÉVIA, José Maria Sousa. *Outros Tempos*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010, p. 27.

A admiração de Sinhá Trévia por Plínio Salgado atravessou o tempo e está presente até hoje nas memórias dos netos. Carlos Augusto Trévia, outro neto, que junto com José Maria Trévia, autor da citação acima, distribuíam o jornal *A Marcha*, nos diz informalmente que os assinantes eram em torno de 40 pessoas (relembra de alguns como Gabriel Marciano de Sousa, Antonio Carvalho Maciel (Maciel Louro), Serapião, José Bastos. José Trévia e Anastácio Alves Nóbrega) e que a cor predominante do jornal era verde.

Outro nome, ligado à direção do Núcleo Integralista de Camocim que aparece neste momento é do funcionário da Estrada de Ferro de Sobral, Lamberto Oliveira Sales, já referido neste trabalho como correspondente do jornal *A Razão*. A transferência desse funcionário para Camocim, com significativa atuação na imprensa integralista, escrevendo artigos doutrinários e de análise de conjuntura, parece ser algo bem orquestrado para o combate ao comunismo, notadamente no seio da ferrovia, onde a presença dos “vermelhos” era preponderante.³⁰ Em 1937, no auge desses acontecimentos, ele era o presidente da Sociedade Beneficente Ferroviária, a principal agremiação dos ferroviários da Estrada de Ferro de Sobral.

Falta-nos, nesta altura da pesquisa, uma maior variedade de fontes para confrontarmos e registrarmos melhor a militância integralista na cidade, notadamente entre 1935-1937, período da primeira onda anticomunista. Para além das fontes jornalísticas, não encontramos ainda registros iconográficos de reuniões, desfiles, dentre outros momentos em que essa militância pudesse se apresentar. A maior parte do que sabemos veio a reboque da pesquisa sobre a presença dos comunistas no município. Com

30 Entre outros, destacamos os artigos publicados no ano de 1937: “Espiritismo e Integralismo”, *A Razão*. Fortaleza-CE, 19 de março de 1937, n. 247, p. 7; “Democracia”. *A Razão*, Fortaleza-CE, 26 de setembro de 1937, n. 391, p. 02; “Marianadas”, *A Razão*. Fortaleza-CE, 7 de outubro de 1937, n. 400, p. 07. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

efeito, a presença de um movimento leva ao outro e os discursos veiculados acabam revelando muito sobre o embate ideológico e o imaginário construído de parte a parte.

Desse modo, o jornal *Correio da Semana*³¹ alertava os habitantes de Camocim sobre o perigo da “hydra de Moscou” e a Diocese de Sobral, sob a qual estava subordinada a Paróquia de Bom Jesus dos Navegantes de Camocim, realizava suas “Semanas Sociais” e instalava Comitês Anticomunistas e ambulatórios em várias cidades de sua jurisdição, numa clara reação à instalação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em Camocim. O embate é aberto:

AOS COMUNISTAS DE CAMOCIM

Acaba de ser instalado em Camocim o partido aliancista ou comunista. Houve, também, gritos, insultos e palavras indecentes dirigidas às famílias. A semente ali plantada já está, antes de nascer, mostrando o que é e o que vale. As paredes de muitos prédios vêem-se as seguintes frases: “Abaixo os galinhas verdes! Viva a Rússia proletária! Viva a Rússia dos homens livres”

É vergonhoso, reprovável, absurda e insultosa a propaganda do regime vermelho em Camocim. Quem, assim procedeu foi descortês e faltou ao respeito às famílias. Mas, comunistas de Camocim, o Brasil despertou, está de pé e vigilante. Ainda temos homens de vergonha que têm coragem de morrer na defesa da família brasileira. Não é desta vez que o Brasil cae nas garras de Staline. A polícia de Camocim deve estar vigilante, não permitindo mais a reprodução de factos tão tristes.³²

Em três momentos do pequeno, mas contundente manifesto, notam-se três referências ao termo “família”, cuja construção textual começa por se solidarizar com as famílias camocinenses diante das pichações feitas nos muros da cidade saudando o comunismo e arremata com a defesa da família brasileira das “gar-

31 Jornal católico centenário da Diocese de Sobral, fundado em 1919 pelo primeiro bispo de Sobral, D. José Tupinambá da Frota, ainda hoje em circulação.

32 Jornal *Correio da Semana*, ano XVIII, nº 13, 12/04/1935, p. 1. Sobral-CE.

ras de Staline”. Esse recurso discursivo que se norteia no lema “Deus, Pátria e Família” da Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em 1932, é uma das marcas da propaganda integralista de combate ao comunismo, explorando o temor, o medo e o horror a essas ideias, assim como construindo um imaginário negativo associado ao comunismo, que alimentará o anticomunismo até os dias de hoje. Nesse sentido, o integralismo surge como alternativa de “salvação” da pátria, da família e da religião, como propagandeava naquela época o jornal *Correio da Semana*:

O integralismo é, de facto, uma doutrina muito empolgante. É uma aurora cheia de soes e attrae, com a seducção das madrugadas, a alma da gente, o coração da gente que até hoje só tem recebido dos governos o desprezo, o abandono, a indiferença. [...]

Quanta diferença entre um comício integralista e um ajuntamento da Aliança Libertadora. Naquele o amor electrizado, neste, o ódio rangendo os dentes. Porque um é a verdade, o outro, a mentira. Um, o Brasil, o outro a Rússia!

Brasileiros, ide para o Integralismo, se desejares a Patria livre, grande e forte”³³

Ainda naquela conjuntura, o apoio da Igreja Católica não seria somente expresso nas páginas dos jornais da imprensa conservadora, mas também em outros projetos políticos, como a fundação da Liga Eleitoral Católica (LEC) e do envolvimento dos leigos católicos em entidades pias e congêneres no seio da Igreja. Como nos diz o historiador Rodrigo Patto Sá Motta:

[...] Tais entidades, ao mesmo tempo em que aproximavam a religião das pessoas, estreitando sua convicção católica e formando lideranças sociais, eram úteis também por auxiliar o trabalho de proselitismo do clero, um grupo escasso proporcionalmente à extensão do país. Merecem menção a Ação Católica, os Círculos Operários, as

33 *Jornal Correio da Semana*, ano XVIII, nº 13, 12/0/1935, p. 4. Sobral-CE. Fonte: Hemeroteca do NEDHIS/UVA.

Congregações Marianas, os Irmãos Vicentinos e as Filhas de Maria. Na medida em que a Igreja assestou baterias contra o comunismo, as entidades leigas também foram mobilizadas na batalha (MOTTA, 2020, p. 51).

Em Camocim, vamos encontrar as referidas entidades desse exército funcionando por toda a década de 1930, algumas continuando nas décadas posteriores e outras mantidas até hoje, com mudanças de finalidade, como a Sociedade São Vicente de Paula. A Liga Eleitoral Católica, braço político da Igreja e abrigo dos candidatos integralistas, foi fundada em fevereiro de 1933. O jornal *Correio da Semana* publica a formação da liga evidenciando “a parte notável das associações pias da paróquia, de grande número de famílias e pessoas de realce do meio (ilegível), social e católico”.³⁴ Se formos olhar para a constituição da Diretoria da LEC em Camocim, percebe-se que somente indivíduos ligados à elite local a integram: “Presidente, Cel. Moisés Cavalcante Rocha; Secretário Geral; Sr. Francisco Ottoni Coelho; Thesoureiro; Sr. Eustachio do Espírito Santo, Directores, srs. Francisco Jaime Medeiros e José Terceiro Fontenelle”.³⁵

Logicamente que este aparato católico devia contar com o apoio incondicional do pároco local. No início da década de 1940, assumiu a Paróquia de Bom Jesus dos Navegantes o Pe. Inácio Nogueira Magalhães,³⁶ que se tornaria monsenhor mais tarde. A militância integralista ou pelo menos a adesão ao integralismo de Pe. Inácio já eram referidas nas páginas de *A Razão*

34 *Jornal Correio da Semana*, ano XV, nº 45, 04/02/1933, Sobral-CE, p. 4. Fonte: Hemeroteca do NEDHIS/UVA

35 *Idem*.

36 Inácio Nogueira Magalhães foi o pároco que passou maior tempo na Paróquia de Bom Jesus dos Navegantes em Camocim, de 1940 a 1982. Natural do município de Granja-CE, nasceu em 31 de julho de 1910. Trinta anos depois do exercício do sacerdócio em Camocim, a Câmara Municipal outorgou-lhe o título de Cidadão Camocinense em 19 de maio de 1970 (Ata da Sessão Ordinária em 19 de maio de 1970. Primeiro Período Legislativo, p. 14 v). Iria completar 50 anos de ministério sacerdotal, quando, no dia 13/12/1982, após uma crise de saúde foi transportado para Fortaleza-CE, falecendo no hospital de Itapajé.

quando o pároco exercera o sacerdócio no município de Ubajara, entre os anos de 1935 e 1939, num momento em que ainda se colocavam dúvidas sobre as convicções integralistas dos padres da região da Ibiapaba:

Simpaticos ao integralismo são todos os padres do Brasil. Isto é uma prova de que as nossas intenções são as mais puras. Dizem os políticos que os padres Agesilau de Aguiar, de Tianguá, Antonio Candido, de Ibiapina, Carneiro, de Viçosa, etc, não estão com o integralismo. Não o cremos. Podemos afirmar, no entanto, que o padre Inacio Magalhães, vigário desta freguezia, é profundamente simpatico aos camisas verdes.³⁷

Dois anos depois de sua chegada a Camocim, em 29 de junho de 1942, Pe. Inácio Nogueira Magalhães abençoava e inaugurava a Igreja de São Pedro.³⁸ O templo em honra ao padroeiro dos pescadores teve sua construção iniciada em 1938, portanto no auge da primeira onda anticomunista no país. Na época, o pároco era o Pe. Manuel Henriques, que não teve dúvidas em apelar para o medo do “perigo vermelho” disseminado pela Igreja Católica, principalmente. Em carta aberta dirigida à população para arrecadar fundos para a construção da igreja, ao explicar os objetivos da campanha, não hesitou em incluir no rol de motivações, além de evangelizar, catequizar e venerar o primeiro Papa da Igreja Católica, as “necessidades não somente espirituales e moraes [...] mas também sociaes e patrioticas”, servindo para que os cristãos se precavessem contra “a calamidade do comunismo, apregoadada fascinadamente pelas organizações inimigas [...] e as perniciosas missões protestantes, de insidiosa infiltração norte-americana.”³⁹

37 Carta de Ubajara. *Jornal A Razão*. Fortaleza-CE, 18 de setembro de 1937, n. 387, p. 07. Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

38 Fonte: 1º Livro de Tombo da Paróquia de Bom Jesus dos Navegantes. 1904-1930, p. 33.

39 Carta Aberta dirigida aos camocinenses pelo Padre Manuel Henriques para a construção da Igreja de São Pedro, endereçada ao Sr. F. Menescal Carneiro. Agradecemos a cessão do

Os fatos descritos acima são alguns exemplos desse embate típico da década de 1930, na esteira desta onda anticomunista. No entanto, as repercussões do movimento surgirão e ressurgirão em determinados momentos, de acordo com a conjuntura política. Dessa forma, a Ação Católica pode ser percebida pela atuação da Liga Feminina de Ação Católica em Camocim, uma década depois da instalação do Núcleo Integralista na cidade. Em 1945, mais uma vez é o jornal *Correio da Semana* que nos informa sobre sua existência através da fundação de um posto médico, fruto da iniciativa do Monsenhor Sabino Loyola, a pedido do pároco local, Pe. Inácio Nogueira Magalhães (1910-1982); trazendo também na notícia, outras entidades já citadas:

Graças à boa vontade do Comércio local, das Associações Pias e particularmente das Conferências Vicentinas, que cederam o prédio vicentino para a sede do posto médico, não foi preciso muito esforço nem a obra ofereceu grande dificuldade. Temos recebido cartas do Conselho Vicentino informando-nos que o Posto Médico tem preenchido, com ingentes sacrifícios, a finalidade para que foi fundado. Tem o Dr. Colares prestado de melhor boa vontade, com grande dedicação os seus serviços clínicos à pobreza camocinense.⁴⁰

Atualmente, os vicentinos em Camocim continuam com suas Conferências, reuniões e campanhas de ajuda aos necessitados. O legado patrimonial erguido em décadas anteriores continua de pé, com sua sede própria, alugada de tempos em tempos para funcionamento de cursinhos preparatórios para concursos, além de uma vila de 12 casas ocupadas por famílias carentes e um projeto de lar para abrigo de idosos que nunca sai do papel.

documento ao Prof. Paulo Clesson.

40 *Correio da Semana*, Sobral-CE, 28 de maio de 1946, p. 1. Fonte: Hemeroteca do NEDHIS/UVA.

Considerações Finais

Este texto é um primeiro esforço para compreender o pensamento da direita em Camocim. Com efeito, desde a pesquisa sobre o comunismo no município que a militância contrária já se esboçava nos debates, contrapontos e discursos. Por outro lado, num lugar onde a polarização política é percebida cotidianamente, não propriamente em lugares e espaços demarcados de direita ou esquerda, não se poderia ignorar uma parcela da população com seus atos políticos sociais e culturais que constroem outra cidade que não se dizia ou se diz “vermelha”.

Quando a “cidade vermelha” foi revelada, pouco a pouco as histórias de velhos militantes e simpatizantes foram trazidas ao conhecimento do pesquisador após a publicação do trabalho de mestrado. Outros documentos foram disponibilizados e agora o livro resultante já merece uma segunda edição. Naquele momento, favorecidas pelo clima de liberdade de expressão, “ser comunista” ou falar de “comunismo” já não era perigoso e os preconceitos eram menores.

Por outro lado, a militância integralista, com seu conteúdo nacionalista e conservador extremos, também sofreu seu período de reclusão na ordem política do dia e a própria pesquisa acadêmica sobre o pensamento da direita, por muito tempo, foi diminuta e insignificante. Mas, como entender o contrário sem o seu estudo?

Lançamo-nos o desafio de escrever este texto com aquelas primeiras impressões e informações da pesquisa anterior, buscando um aprofundamento, notadamente na imprensa integralista. Da mesma forma, como foi mais tranquilo se dizer “comunista” nos anos 2000, se identificar ou militar em movimentos de direita hoje, aos seus adeptos, parece algo natural, como o fora nas décadas de 1930 a 1960, principalmente.

Registros dessa militância integralista em Camocim podem ser vistos e entrevistados em alguns relatos na imprensa da época (citados neste trabalho) ou nas impressões, lembranças e objetos de recordação da família Trévia, por exemplo,

Um pequeno grupo de objetos especiais, composto de uma xícara de louça, um peso de papel, uma abotoadura descascada e um broche, todos marcados com o Sigma, a letra grega que foi o símbolo do Integralismo, também faz parte deste modesto acervo. São objetos preservados como relíquias de outros tempos, a serem resguardadas por alguém, como melhor lhe aprouver (TRÉVIA, 2017, p. 183-184).

Com a recente morte do autor das linhas acima, a família achou por bem expor algumas dessas relíquias num memorial da cidade organizado em julho de 2021 pela Associação Amigos das Artes (AMARTES) Camocim. Na preservação pensada pelo autor ficou livre a maneira de apropriação desses objetos. Escolhemos a xícara com o sigma integralista para representar a nossa apropriação dos significados dos objetos expostos. Para nós, ela significa uma continuação da ideia que pode ser lembrada e resignificada continuamente, para quem nela encontrar sentidos de ser e de se colocar no atual ambiente político no país. Para a família Trévia, pode ser apenas uma lembrança de sua matriarca que muito cedo ficou viúva e teve que criar oito filhos sozinha. Mas, não é somente uma lembrança do tempo em que viveu, mas de seus posicionamentos políticos e de suas convicções, num tempo em que ser mulher era muito mais difícil numa sociedade machista por excelência.

Figura 4 - Xícara decorada com o Sigma integralista



Fonte: Acervo José Maria Trévia aos cuidados da AMARTES (Camocim).

Em nosso microcosmo, portanto, essa é uma primeira tentativa de trazer à tona, a partir das evidências, rastros e permanências, como o integralismo também se forjou em Camocim. Esperamos que, minimamente, tenhamos conseguido algum êxito. Posteriormente, pretendemos aprofundar a pesquisa de como essa ideia (pelo menos em parte, ou um vago lembrar-se dela) se ressignifica e se materializa atualmente em movimentos existentes na cidade, nas redes sociais, em representações na Câmara Municipal e outros espaços da cidade.

Fontes

Impressas:

O Operário. Camocim-CE, 18 de janeiro de 1931, Nº 75, p. 2. Fonte: Arquivo do autor.

Jornal Correio da Semana, ano XV, nº 45, 04/02/1933, Sobral-CE. Fonte: Hemeroteca do NEDHIS/UVA

Jornal Correio da Semana, ano XVIII, nº 13, 12/04/1935. Sobral-CE. Fonte: Hemeroteca do NEDHIS/UVA

Jornal A Razão, 31/05/1936. BPMP-SM. Fortaleza-CE.

Digitais:

A Razão. Fortaleza-CE, 19 de março de 1937, n. 247, p. 07. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A Razão. Fortaleza-CE, 28 de março de 1937, n. 252, p. 07. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A Razão. Fortaleza-CE, 20 de julho de 1937, n. 339, p. 01. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A Razão. Fortaleza-CE, 07 de agosto de 1937, n. 355, p. 07. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A Razão. Fortaleza-CE, 08 de agosto de 1937, n. 356, p. 05. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A Razão. Fortaleza-CE, 26 de setembro de 1937, n. 391, p. 02. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Camocim do meu tempo. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaooold/camocim-de-meu-tempo-1.721113>. Acessado em 07/09/2020.

Iconográfica:

Fotografia de Antônio Honório Passos Filho. s/d. Dirigente integralista em Camocim-CE. Fonte: Acervo da Sra. Maria Helena Paiva Mapurunga. Neta de Antônio Honório Passos Filho, s/d.

Fotografia de Amália Fontenele Trévia (Sinhá Trévia). s/s. Fonte: TRÉVIA, José Maria Sousa. *Outros Tempos*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010, p. 27.

Figura 4 - Xícara decorada com o Sigma integralista. Fonte: Acervo José Maria Trévia aos cuidados da AMARTES-Camocim.

Referências

ARAGÃO, R. Batista. *Pedra Verde*, Fortaleza, IOCE, p. 116, 1988.

ARAÚJO, Carlos Cardeal de. *O Terra e Mar*. 2ª ed. Sobral: Editora Sertão Cult, 2019.

BARBOSA, Delano Pessoa Carneiro. *Pintura na travessia: a paisagem litorânea na obra de Raymundo Cella (1930-1950)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza (CE), p. 34, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2ª ed. Niterói: Eduff, p. 201, 2020.

REGIS, João Rameres. O integralismo no interior do Ceará (1932-1937): adequações ao jogo político local. *XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal- RN, 22 a 26 de julho de 2013.

RODRIGUES, Francisco Theodoro. *Os 16 deportados*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. 2000.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos Santos. *Cidade Vermelha: a militância comunista nos espaços do trabalho*. Camocim-CE. (1927-1950). Fortaleza: UFC/BNB/TRT-CE, 2007.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Entre o porto e a estação: cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE. 1920-1970*. Fortaleza: INESP 2014.

TRÉVIA, José Maria Sousa. *Outros Tempos*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.

TRÉVIA, José Maria Sousa. *Memórias de um saudosista*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2017.

SOUZA, Simone de (Org.). *Uma nova história do Ceará*. 3ª ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.



“SOB O AZUL DO CÉU SOBRALENSE”: REMINISCÊNCIAS DA AVIAÇÃO CIVIL E O PRIMEIRO SOBREVOO PELO ESPAÇO AÉREO DA MICRORREGIÃO DE SOBRAL-CE

João Victor Lima da Silva¹

Introdução

O presente trabalho busca resgatar um dos episódios pouco rememorados na história e na historiografia sobralense, o sobrevoo da primeira aeronave sobre o espaço aéreo da microrregião de Sobral, situada na região noroeste do estado do Ceará, abordado pelo periódico sobralense *A Ordem*, através de números encontrados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O veículo de comunicação acabou se destacando por ser um dos grandes propagadores do evento na época. Especialmente por estar ligado a políticos e famílias influentes no seio da sociedade sobralense na primeira metade do século XX.

Também é ressaltado o protagonismo assumido pela então Vila de Forquilha, hoje município, nesse marco histórico. Forquilha foi o local escolhido para o pouso da primeira experiência aérea vivida pelos sobralenses. Nesse sentido, buscamos fazer uma

1 Graduando em Licenciatura em História. Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: jvictor.028@gmail.com.

análise dos sentimentos vivenciados por personagens que presenciaram esse momento ímpar, correlacionando os cotidianos dos moradores da pequena vila que ali se formava, e da evoluída cidade de Sobral na década de 1930.

Sobral do Século XX: o céu é o limite?

Pensar as cidades interioranas do Ceará no Século XX, é imaginar um processo evolutivo lento e gradual, em decorrência das condições climáticas que são típicas das regiões semiáridas que há muito tempo vinham martirizando as paisagens naturais, e afugentando os seus habitantes para os grandes centros urbanos do Estado, onde lá estariam mais perto da civilização, do progresso e da fartura. Porém, aos remetermos à Sobral da primeira metade do século XX, deparamos com uma espécie de projeto de metrópole na região noroeste do estado, com o olhar futurista de uma sociedade abastada e visionária, que não renunciava ao destaque perante os demais logradouros pertencentes à federação. Sobral chegou ao ápice da ousadia, ao tentar disputar a soberania econômica com a capital do estado durante a segunda metade do século XIX.² A arquitetura das casas do centro inspiradas em edificações francesas³ e um intenso comércio que move a cidade, fazendo-a o grande centro comercial da região. Espaços voltados para a propagação da arte contemporânea, como teatros, cinemas, circulação semanal de diversos periódicos de

2 “Entre 1860 e 1880, Sobral rivalizou com Fortaleza, tornando-se o empório comercial do Norte do Ceará, com grandes casas que mantinham negócios com todo o País, através do Porto de Camocim e seus viajantes”. SILVA JÚNIOR, Agenor Soares e. *Cidades Sagradas: da “Roma cearense” à “Jerusalém sertaneja”*. A Igreja Católica e o desenvolvimento urbano no Ceará (1870-1920). Fortaleza; Sobral: Edições ECOA, 2015, p. 242.

3 “A Influência francesa era sentida nas novas construções, dotando a cidade de acentuado ecletismo. As fachadas, os desenhos dos prédios e residências apresentavam características que, segundo Liberal de Castro, em virtude da presença de uma missão francesa oficial, propuseram uma reformulação de princípios, traduzidos pela composição nobre e solene com elementos decorativos de inspiração greco-romana, quais se constituíram nos fundamentos do neoclassicismo”. *Ibidem*.

cunho político e religioso para as mais diversas preferências, cujas notícias interligavam de forma direta o leitor com o mundo. Estações do melhor e mais rápido invento das comunicações criadas pelo Império, o telégrafo. Atividades industriais modernas, impulsionadas pela Estrada de Ferro Sobral-Camocim, que colocava o município na rota de comércio nacional e internacional. Rapazes e moças de famílias abastadas que frequentavam os mais animados bailes dançantes nos sofisticados clubes da sociedade. Além de uma intensa vida religiosa, exposta nos mais belos templos religiosos de arquitetura exuberante, construídos nos quatro cantos da cidade e orquestrados pela figura eminente e venerada do bispo diocesano, Dom José Tupinambá da Frota, um verdadeiro mentor intelectual no processo de modernização da cidade. Diante de todos esses avanços, destaca-se também o sistema de transportes já bem presente naquela época. Pequenas frotas de ônibus e caminhões da iniciativa privada eram responsáveis pelo deslocamento de correspondências e também de moradores para cidades, localidades vizinhas e até mesmo para a capital, embora as condições estruturais não fossem tão favoráveis: apenas em 1932 é que se daria início a construção da BR-222, responsável por interligar a cidade de Fortaleza a Teresina, passando também pelo território sobralense. A precariedade das estradas nas primeiras décadas do século XX não impedia que os munícipes e pessoas de povoados e distritos da redondeza ficassem impossibilitados quanto ao deslocamento. À ausência de uma máquina possante de quatro rodas, burros e cavalos eram responsáveis por transportar comerciantes tropeiros, operários da construção civil, viajantes, fiéis católicos e até mesmo algumas pessoas ilustres quando careciam de se deslocar para comunidades vizinhas. Porém, o meio de condução mais acessível naquele momento ainda a linha férrea que ligava Sobral a outros municípios e também ao litoral, como a cidade de Camo-

cim, principal parceira comercial na exportação e no despacho de correspondências oriundas da Região Norte.

Com toda essa rede de progresso em inúmeros setores, mesmo estando distante dos grandes centros urbanos e do litoral do estado, não seria exagero, naquele momento, sonhar literalmente com voos mais altos. Alcançar mais progresso, mais modernidade, se destacar perante as demais cidades do Ceará, incluindo Fortaleza, parecia algo extremamente viável aos olhos da sociedade sobralense e dos líderes que a regiam, que não dispensavam qualquer oportunidade de colocar Sobral em um cenário de destaque do estado ou mesmo da nação.

O Açude Forquilha chega em boa hora

As políticas de açudagem no Nordeste Brasileiro em meados do século XX surgiram como uma alternativa viável para suprir inúmeras necessidades oriundas do flagelo das secas que assolavam a região, que com o passar dos séculos se tornava um problema grave, passando a ter repercussão nacional. Para além da seca, outra mazela que tirava o sono da República e dos estados era a intensa migração de humildes flagelados para os grandes centros urbanos em busca da sobrevivência, já que a vida no semiárido tornara-se insustentável para as famílias que padeciam diante da fome, miséria entre outras desventuras ocasionadas pela escassez de chuva nos mais longínquos sertões. Em Sobral não seria diferente, por se tratar do grande centro populacional da região noroeste já naquela época. Se o alto escalão da sociedade se habituou numa cidade moderna, provida dos mais sofisticados recursos financeiros, intelectuais e artísticos, tinham que conviver também com a miséria e o padecimento de inúmeros desafortunados, que perambulavam pelas vias do município,

procurando ocupação e alívio para as suas dores, provocadas em sua maioria pelos anos escassos de chuva.

Perante situações calamitosas como essa, uma das providências tomadas pelos governos republicanos foi a criação da Inspeção Federal de Obras Contra a Seca, o IFOCS (posteriormente DNOCS), na primeira década do século XX, responsável por estudos e construções hídricas nas regiões semiáridas do Nordeste, que não só ajudou a criar frentes de trabalho para humildes lavradores castigados pela seca — evitando dessa forma, a intensa migração para os grandes centros —, como também contribuiu para o surgimento de novos núcleos urbanos em áreas que até então eram pouco habitadas, levando o progresso para várias regiões através de suas obras, como detalha o professor João Pompeu de Souza Brasil ao se referir às empreitadas realizadas pelo DNOCS:

Muitos quilômetros de estradas de rodagem foram abertos e outras estradas, já existentes em condições precárias, melhoradas; poços artesianos, perfurados; barragens e, às vezes, sistemas de irrigação construídos, e até a estrada de ferro Fortaleza-Sobral recebeu verbas, na seca de 1942, para continuação dos trabalhos interrompidos então em Itapipoca. Tudo isso significou estímulos aceleradores do processo de mudança, principalmente de modernização.⁴

Uma dessas empreitadas resultou na construção do Açude Forquilha.⁵ Iniciado em maio de 1919, o açude foi edificado às margens dos riachos Oficina e Timbaúba, próximo ao então povoado de Campo Novo, naquela época pertencente à Sobral, dis-

4 SOUZA BRASIL, João Pompeu de Souza. Sobral: Tentativa de interpretação histórica de sua ação polarizadora sobre a região. *Revista de Ciências Sociais*. v. 3, n. 2, 1972.

5 "O riacho Timbaúba, ou Conceição, com as nascentes assentadas nas terras do serrote Escalvado, depois de passar pela região da Cacimbinha, povoação habitada pelos Gomes de Jesus, juntava-se, em local hoje inundado pela bacia hidráulica do açude, ao corpo do riacho Oficina, formando assim uma "forquilha", o que provocou a denominação do lugar para Forquilha". LOIOLA. Jeta; ARAGÃO. Joab. *Três Riachos, Uma Forquilha*. Forquilha. Edição do Autor. 2006, p. 63.

tante cerca de 20 quilômetros da sede deste município. Com a construção, o território do povoado mencionado, formado na segunda metade do século XIX, onde havia residências, empórios comerciais, uma capela construída por iniciativa dos moradores e um cemitério, acabou sendo inundado pelas águas da nova barragem. A maioria dos habitantes se instalou posteriormente na outra margem do reservatório a partir de sua conclusão, em 1928⁶. Assim, dá-se origem a um novo núcleo urbano que prometia se expandir ao longo do tempo, impulsionado pelo progresso hídrico que ali chegava. Nos anos subsequentes à conclusão, o processo de urbanização local passa a se intensificar. Aos moradores do antigo Campo Novo se juntaram alguns dos antigos operários do IFOCS, que haviam fixado moradia às margens desse açude, além de irrigantes vindos de localidades subjacentes. Todos buscavam se beneficiar do manancial recém-construído. Além de pequenos estabelecimentos comerciais que timidamente começavam a movimentar a economia local.

Apesar do relativo progresso, os moradores que formavam a nova povoação continuavam levando a mesma vida pacata e mediana que já era de praxe no antigo Campo Novo e localidades vizinhas. Atividades reduzidas à agricultura e pesca, comércio com pouca efetividade e educação para poucos, fornecida pelos precários grupos escolares. As pequenas ruas formadas de improviso eram compostas de humildes casas de taipa, ligeiramente afastadas umas das outras. A regência administrativa na vila ficava a cargo do IFOCS, exercendo autoridade quase que suprema nesse local, sendo responsável pela ordem e, ao mesmo tempo, pelos avanços que se davam de forma lenta e gradual.

6 Vale ressaltar que, mesmo diante da inundação do território do antigo povoado, alguns de seus habitantes negaram-se a deixar o local, e acabaram por fixar residência a poucos metros das áreas inundadas, optando por não se transferirem para a outra margem do açude r c m-construído. A partir daí surgiu uma versão "2.0" do povoado de Campo Novo, que hoje pertence ao município de Forquilha-Ce, estando localizado às margens da CE-362.

Em contrapartida, Sobral continuava sendo a cidade-luz, exemplo de progresso e autonomia, onde seus habitantes gozavam plenamente de todos os benefícios de uma metrópole, como emprego, ruas bem pavimentadas, comércio abundante, serviços de comunicação e transporte, além de uma elite intelectual que estava em compasso com o tempo em que viviam.

O progresso estampado nas páginas do periódico *A Ordem*

A palavra progresso, de pronúncia forte e reluzente, pode trazer inúmeros significados. Pode representar um avanço benéfico e vantajoso ou produzir consequências não muito amistosas, decorrentes de tais evoluções. Por exemplo, o progresso industrial pode elevar a economia de um povo, modernizando o seu maquinário, tornando ágil o seu mecanismo de produção por meio de equipamentos inovadores, mas ao mesmo tempo extermina o trabalho manual e atinge o indivíduo que não acompanhou a inovação trazida pelo dito progresso, levando-o ao desemprego. Uma sociedade elitizada e bem estruturada economicamente é fruto de uma cidade industrializada, que dispõe dos meios de comunicação mais modernos de seu tempo, um comércio movimentado, escolas de alto nível, com capacidade de formar intelectuais e gestores com pensamentos à frente de seu tempo. Em meio ao bem-estar dessa sociedade que progride ao passar dos anos, surge também a desigualdade, que poderia ser considerada um dos frutos amargos produzidos pelo progresso econômico e financeiro de um local que aspira a se tornar uma “cidade-luz”. Isso faz com que a palavra progresso, que no dicionário da língua portuguesa significa “marcha para adiante”, ou “desenvolvimento”, tenha outros significados não muito bons, ignorados pelas sociedades que se arvoram como progressistas.

Em meio a tudo isso, temos Sobral. Uma cidade que avançava no decorrer dos anos, dando grandes saltos na primeira metade do século XX. Muito embora tais avanços tenham sido atingidos pelas graves secas ocorridas ao longo do século —entre as quais podemos destacar as secas de 1915 e 1919, que provocaram fome, miséria e a proliferação de inúmeros flagelados que vagavam pela cidade —a elite desfrutava o glamour de ambientes de primeira classe, residindo nos mais vistosos palacetes. Tais avanços dessa sociedade eram quase sempre noticiados pela imprensa, em especial pelo periódico *A Ordem*, que sempre divulgava com alarde os bailes dançantes nas residências de famílias ilustres ou em clubes refinados, como o Grêmio Recreativo Sobralense. Em suas páginas também se destacavam os espetáculos teatrais no Teatro São João, as mais modernas produções cinematográficas americanas em cartaz no Cine-Teatro Glória, eventos religiosos promovidos pela Igreja Católica, sob a intendência do bispo Dom José Tupinambá da Frota, responsável pelo processo de “Romanização” da cidade de Sobral. Além, é claro, de toda a cobertura das proezas realizadas pela classe política, em especial os membros do Partido Republicano Conservador, liderados pela família Saboya, proprietária do mencionado jornal. Todos esses editoriais empolgantes, produzidos pelos veículos de imprensa que ali atuavam, davam à classe leitora de Sobral a sensação de uma cidade próspera e autossuficiente, onde problemas de cunho social passavam despercebidos ou mesmo ignorados.

Em sincronia com a sociedade moderna, já então formada por leitores assíduos, a cidade de Sobral contava desde o século XIX com folhas periódicas responsáveis por interligar a sociedade aos acontecimentos do cotidiano sobralense. Aqui podemos destacar aos famosos jornais *Gazeta de Sobral*, *A Lucta*, *O Rebate*, *Correio da Semana* e o abalizado *A Ordem*, de propriedade do

ilustre Dr. José Saboya de Albuquerque, e principal fonte utilizada para a realização deste trabalho.

Com um jornalismo de teor bairrista e visionário, o informativo bissemanal *A Ordem*, folha oficial do Partido Republicano Conservador em Sobral⁷, era o responsável por divulgar, em suas manchetes, avanços que o município obtinha no dia a dia sob o governo do correligionário e prefeito naquela época, o médico José Jácome de Oliveira.

Na manhã de sábado do dia 07 de dezembro de 1929, os leitores do periódico situacionista são surpreendidos com a notícia, exposta em letras graduadas na primeira página, de que o poder público municipal estaria interessado na aquisição de uma vasta extensão de terra com o objetivo de construir um campo de aterrissagem. O mesmo jornal noticiara dias antes que o alcaide sobralense estivera reunido com representantes da empresa aérea norte-americana Nyrba Line,⁸ que alguns meses antes havia iniciado o serviço de transporte de malas postais, expandindo para voos comerciais, interligando Estados Unidos, Brasil e Argentina, através de linhas aéreas entre Rio de Janeiro e Buenos Aires. As operações também acabaram se expandindo para localidades intermediárias, com o objetivo de facilitar o deslocamento e a co-

7 "No Ceará, entre 1914 e 1930, a política local era dominada pelo Partido Republicano Democrata e Partido Republicano Conservador reunindo as forças surgidas após a queda da oligarquia accyolina. No Partido Democrata, cujos membros se auto-denominavam "rabelistas", por conta da liderança de Franco Rabelo, reunia a classe média urbana mercantil, os latifundiários e os coronéis anti-accioly. Já no Partido Conservador aglutinariam-se os proprietários de terras com interesses agrários". PONTE FILHO, Aurélio. *Dom José e o "Correio da Semana"*: a "Boa Imprensa" em Sobral. (1818-1925). Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Curso de Doutorado em Sociologia, Sobral, 2016. p. 142.

8 "A empresa New York-Rio de Janeiro-Buenos Aires, ou simplesmente NYRBA, após o fracasso nas tratativas com a E.T.A., se estabeleceu no Brasil em 15 de outubro de 1929, obtendo autorização provisória de operação através do decreto 18.951 daquele ano. Oficialmente, iniciou suas atividades em 22 de outubro daquele ano, usando em sua frota hidroaviões Sikorsky S-38 e ConsolidatedComodore". CANABARRO, Pedro. *História da Aviação no Brasil - Parte 8. Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil – ABRAPAC*. 2019. Disponível em: <https://www.pilotos.org.br/post/hist%C3%B3ria-da-avia%C3%A7%C3%A3o-no-brasil-parte-8>. Acesso em: 29 de jun. de 2021.

municação com outras regiões do país, como a região Nordeste, que passa a ser uma das principais rotas exploradas pela companhia, através da criação da rota Rio de Janeiro-Fortaleza, tendo ainda Natal-RN como ponto de escala.

Para uma cidade visionária, não seria demais sonhar em se candidatar à polo aéreo da região, trazendo para o semiárido o melhor e maior invento do homem na área de transporte e comunicação do século XX. O “Sonho de Ícaro”⁹ sobralense poderia em breve se tornar realidade. É provável que a notícia, desde logo, tenha ocasionado um misto de euforia e ansiedade em toda a sociedade sobralense, do mais abastado até o mais humilde dos cidadãos. Um porto de aviação em Sobral não só traria mais progresso para a cidade, como também proporcionaria ao indivíduo a oportunidade de presenciar a modernidade cruzando os céus da Princesa do Norte, podendo até mesmo sentir de perto a brisa dos ares a bordo do tão esplendoroso pássaro de metal.

É notório que desde a publicação das primeiras notícias de que Sobral poderia presenciar a chegada de uma aeronave em seu fervoroso solo, o referido jornal assumiu a posição de propagador da companhia Nyrba Line em território sobralense. Em edições seguintes, já no início de 1930, muitos informativos sobre a empresa aérea eram publicados, enaltecendo a qualidade dos serviços e os benefícios que a companhia aérea traria aos

9 “Na mitologia grega, Ícaro era filho de Dédalo, o genial arquiteto e inventor que trabalhava para o Rei Mínos, na Ilha de Creta. Foi Dédalo quem projetou o labirinto onde vivia o temível Minotauro. Depois que Teseu derrotou o Minotauro, Dédalo foi preso no labirinto, junto com seu filho, Ícaro. Para conseguirem fugir, ele teve a ideia de construir asas feitas com penas de gaivotas coladas com cera de abelhas. E, como era um grande inventor, suas asas realmente funcionaram e os dois saíram voando do labirinto e fugiram de Creta. Porém, ao sentir-se livre como um pássaro, voando pelos céus, Ícaro pensou que era tão poderoso quanto um deus e voou cada vez mais alto, sem ouvir os conselhos de seu pai, que alertava para o perigo de um voo tão ousado. O castigo pela ousadia não demorou. Pouco a pouco, o calor do sol foi derretendo a cera e descolando as penas, desfazendo as asas. Sem poder ajudar o filho, Dédalo assistiu horrorizado enquanto Ícaro despencava das alturas até cair no mar Egeu, onde acabou se afogando”. RINCON.Luiz Eduardo. Ícaro. MultiRio. Disponível em:<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/interaja/multiclube/9a11/diz-a-lenda/10304-%C3%ADcaro>. Acesso em: 30 de jun. de 2021.

grandes centros urbanos, em especial às capitais nordestinas, como Natal, Recife, São Luís e Fortaleza, de onde um dos hidroaviões da companhia, denominado “Pernambuco” partia às terças-feiras comportando cerca de nove passageiros, que gozavam de suas cadeiras confortáveis, fato constatado pela imprensa em um voo de cortesia pelos céus da capital cearense, sob o comando do piloto Clarence Wood, responsável por guiar o “Pernambuco” pelos céus nordestinos.¹⁰

Tal emoção não estaria muito longe de ser vivida pelos cearenses da zona noroeste. Alguns já estavam ansiosos para assistir ao dito espetáculo, até então original nessa região. Em edições publicadas durante a primeira quinzena de fevereiro daquele ano, *A Ordem* noticia a troca de telegramas entre o prefeito e representantes da Nyrba Line na capital, comunicando a vinda de um dos aparelhos da empresa, mais precisamente no domingo, dia 23.¹¹

Conseqüentemente, nos dias que antecederam o tão esperado 23 de fevereiro, o periódico caprichava em suas edições, com destaque na primeira página para esse momento único, que seria vivenciado dentro de alguns dias por Sobral e localidades adjacentes. Uma dessas manchetes, com o título “Sob o azul do céu sobralense”, publicada em 15 de fevereiro, expunha com precisão o conteúdo das mensagens trocadas entre os executivos da empresa aérea com as autoridades sobralenses. Em seu enunciado, a manchete faz questão de frisar que o possante aparelho fará evoluções pelos céus da Princesa do Norte, antes de pousar nas águas do açude Sobral, também conhecido como “Cachoeiro”. Ainda segundo a notícia, a aeronave deverá fazer amerissagem¹² em águas sobralenses por volta das 10h30min daquela manhã, trazendo a bordo figuras ilustres do meio social e político, além

10 *A Ordem*, n° 781. Sobral. 01/02/1930.

11 *A Ordem*. N°787. Sobral. 12/02/1930.

12 Ato de fazer pousar uma aeronave, paraquedas, ave ou nave espacial sobre uma superfície líquida, seja de um rio, lago ou do oceano.

de representantes do corpo técnico da empresa. Após a recepção, haveria um almoço oferecido pelo prefeito José Jácome de Oliveira aos ilustres tripulantes, que estavam com o regresso à capital previsto para às 15h30 daquele mesmo domingo. Porém, antes disso, oito sobralenses poderiam desfrutar de um passeio aéreo nos arredores da cidade, oferecido pela Nyrba Line. O noticiário informava ainda que os interessados pelo magnífico passeio, deveriam procurar a redação do jornal para mais informações.¹³

Na edição de 22 de fevereiro, um dia antes do grande espetáculo aéreo, *A Ordem* estampava novamente a epígrafe “Sob o azul do céu sobralense”. Na primeira página, um texto escrito por José Figueira de Saboya Albuquerque com o título “Manhã de Glória”. A cada linha escrita, era possível notar todo o sentimento patriótico pelo qual estava tomado o autor, chegando até a citar o grande feito realizado pelo brasileiro Santos Dumont em sua empreitada aérea, para engrandecer ainda mais o acontecimento a ser presenciado pelos munícipes no domingo próximo.

Sobralenses. A nossa querida cidade vae ter no dia 23 uma manhã de emoção. Ela vae assistir pela primeira vez a chegada do avião que é a manifestação da maior glória brasileira. Como não nos deveremos sentir pressurosos para, seguindo o exemplo de todos aquelles que sentem na alma a chamma de um ideal patriótico, virmos prestar culto aos feitos que engrandecem a pátria querida. Há annos, Santos Dumont, o grande gênio, encheu-nos de orgulho attrahindo para nós a atenção do mundo deslumbre ao alçar da terra para o espaço límpido e grandioso a primeira aza humana, estava satisfeito o grande sonho de Ícaro, o grande sonho da humanidade: voar !!¹⁴

Saboya ainda convoca toda a população sobralense para participar desse momento ímpar para a Princesa do Norte. A pre-

13 *A Ordem*. N°788. Sobral. 15/02/1930.

14 *A Ordem*. N°790. Sobral. 22/02/1930.

sença dos cidadãos desta urbe, segundo ele, contribuiria para o engrandecimento dessa data apoteótica. Fazendo um convite especial à figura feminina, o autor, ao se dirigir às senhoras e senhoritas da sociedade sobralense, faz questão de ressaltar que elas eram a inspiração incontestável das ações humanas. E que, por amor ao Brasil, devem comparecer ao “Cachoeiro” na manhã do próximo domingo.

Ainda na primeira página, após as palavras empolgadas do Dr. José Saboya, o jornal traz os últimos informes acerca da chegada do “Baía”, nome dado pela companhia à sua aeronave, ressaltando que será um espetáculo duplamente significativo. Primeiro pela sua originalidade, já que para a grande maioria dos sobralenses era algo inédito ver um pássaro de metal de perto; considerando que Sobral, por ser uma cidade sertaneja, não estava propensa, pelo menos naquele momento, a receber tal equipamento da mais moderna engenharia. E segundo, pelo fato de os cidadãos terem a oportunidade de vivenciar de perto a emoção proporcionada pela mais célebre invenção criada pelo gênio imortal Santos Dumont, mais uma vez citado pelas linhas do periódico como exemplo da inteligência soberana brasileira.¹⁵

É ressaltada mais uma vez, a recepção a ser dada aos visitantes após o desembarque, na residência do prefeito José Jácome de Oliveira, onde irão permanecer até segunda-feira, quando retornam à Fortaleza, levando a bordo o ilustre sobralense Dr. José Figueira Saboya Albuquerque.¹⁶

Já era esperado para aquele domingo um intenso fluxo de automóveis e caminhões que iriam se dirigir até as margens do reservatório, levando em suas carrocerias uma grande quantidade de espectadores. Foi divulgado ainda que o ilustre amigo José

15 *Ibidem.*

16 *Ibidem.*

Lima, empresário no ramo de condução de passageiros, seria responsável por conduzir em sua frota de caminhões os interessados em participar do evento. Para tanto, bastava desembolsar a quantia de 2\$000 e tomar assento nos veículos condutores que saíam a partir das oito horas da manhã da Praça do Rosário rumo ao Cachoeira, local que entraria para a história com a chegada do “Baía”.¹⁷

Da euforia à frustração instantânea

Como dito anteriormente, o periódico sobralense, à época dirigido e redigido por Craveiro Filho, acabou se tornando o propagandista oficial da empresa aérea americana Nyrba Line em Sobral. As matérias buscavam despertar nos munícipes o mais profundo sentimento de amor à pátria e à urbe, a ser agraciada com a vinda do mais belo invento da humanidade.

Porém, assim como um pássaro de metal que navega pelos ares da imensidão azul, a vida também navega por um mar de imprevistos, responsáveis, muitas vezes, por dar sentido à história, alterando o contexto e surpreendendo seus personagens.

Imprevistos esses que fizeram o domingo da sociedade sobralense, embriagada pela emoção e tomada pela ansiedade, se tornar mais um dia comum, como tantos outros na terra de Dom José. O “Baía” não vem mais. Essa era a notícia que circulava na redação do jornal *A Ordem*, recebida de Fortaleza ainda nas primeiras horas da noite do sábado: um desconsolado telegrama remetido pela companhia aérea, que adiava ali a concretização do sonho de Ícaro sobralense.

O motivo do inesperado cancelamento estava explanado no conteúdo da mensagem, enviada ao Dr. José Figueira de Saboya,

17 *Ibidem.*

e repassado para o veículo de comunicação, que tanto alarde vinha fazendo em suas publicações.

Fortaleza – 22 – 17,30 hs.dr. José Figueira. Sobral.
Consequencia de desastre ocorrido em Santos hydro-aviao<Bahia> seguiu para o Sul, ficando viagem adiada por alguns dias. Abraços (a) Meneleu.¹⁸

Na edição da quarta-feira, 26, o jornal tratou de dar uma justificativa detalhada para a sociedade sobre a não amerissagem do “Baía” nas águas do Cachoeira. Segundo o telegrama, o motivo seria o desastre ocorrido em Santos-SP com um dos transportes aéreos de propriedade da companhia, durante a inauguração da linha Rio-Buenos Aires. O avião, ao tentar aterrissar na cidade litorânea, chocou-se fortemente contra o solo. Houve somente danos materiais, sem maiores fatalidades, segundo a empresa, que se reservou a não comentar as causas do ocorrido.

Era uma dose de frustração tragada pela sociedade, autoridades políticas, imprensa escrita, comerciantes e demais entusiasmadas, que teriam que esperar um pouco mais para verem o sonho de Ícaro sobralense se tornar real.

Ao que tudo indica, a frustrada vinda do “Baía” para Sobral não afetou a relação do periódico *A Ordem* com a dita companhia aérea. No decorrer dos meses que sucederam o cancelamento da visita dos aviadores ao espaço aéreo sobralense, o jornal continuou divulgando boletins informativos sobre a expansão dos serviços da Nyrba Line Brasil pela região Nordeste, tanto no transporte de passageiros como na condução de malas postais, que, de forma ágil e moderna, chegavam ao destinatário com a maior rapidez, facilitando, assim, a comunicação entre cidades interioranas do Nordeste com os grandes centros do país.

18 *A Ordem*. N°791. Sobral. 26/02/1930.

Em um desses informativos divulgados pelo jornal, destaca-se a cidade de Camocim, onde a companhia norte-americana fixou representação estratégica, beneficiando os moradores da região litorânea, como bem destaca a edição de 31 de maio, com o título “Os aviões da Nyrba escalam em Camocim”, exposto na primeira página do exemplar:

Camocim, 29. A Nyrba Line resolveu fazer com que os seus aviões escalem neste porto. Assim os referidos aparelhos passarão nesta cidade todos os domingos às 7 horas da manhã, com destino ao Norte; e, todas as segundas-feiras, às 13 horas, com destino ao Sul.¹⁹

Em outra edição do periódico, Camocim voltou a ser destaque devido à praticidade na comunicação com a capital federal, graças aos serviços da Nyrba implantados naquele município. Com o título “As admiráveis conquistas do progresso”,²⁰ o noticiário destaca que, outrora, uma carta enviada para o Rio de Janeiro demorava até três meses para chegar ao destino, levando os mesmos três meses para que uma resposta chegasse ao remetente. Mas, com os louváveis serviços postais executados pela companhia Nyrba Line, uma correspondência enviada da base aérea de Camocim para a capital federal levaria, no máximo, dois dias para que fosse respondida. Como prova desse grande avanço, o jornal ainda afirma que teve acesso a um exemplar do periódico carioca *Correio da Manhã*, cedido pelo conterrâneo José Figueira de Saboya Albuquerque, em edição publicada no dia 6 de junho e que chegara a Camocim no dia 8 do mesmo mês. Mais uma vez, o jornal exaltou os valorosos serviços da Nyrba, pois os leitores da Princesa do Norte passariam a ter acesso às manchetes especiais de outros estados da federação. Era o progresso chegando aos mais

19 A Ordem. N°815. Sobral. 31/05/1930.

20 A Ordem. N°818. Sobral. 11/06/1930.

longínquos rincões da nação pelas asas da Nyrba, que com suas investidas pela imensidão azul, ligava o Brasil de ponta a ponta.²¹

A Nyrba não desiste da Princesa do Norte

Passados quase seis meses da tentativa frustrada de realização do sonho sobralense, o periódico novamente injetava uma dose de ânimo e esperança em seus assíduos leitores. É propagada, em primeira mão, que a empresa Nyrba Line finalmente resolveu criar uma agência na terra cortada pelo Rio Acaraú. Para alegria geral dos munícipes, em especial o alto escalão da política, a companhia resolvera incluir Sobral em suas linhas ordinárias de navegação. Segundo a informação divulgada, a empresa nomearia como seu representante legal neste município o conterrâneo Maurício de Saboya, considerando que este desenvolveu grandes esforços para a vinda da empresa para sua terra natal. Por fim, foi anunciada para o domingo, dia 17 de agosto de 1930, a viagem inaugural da empresa sobre os céus da região noroeste, fazendo amerissagem no açude Sobral, também denominado de Cachoeira.²² Como não poderia ser diferente, as edições seguintes se encarregaram novamente de subsidiar a euforia do público, conforme fizera seis meses antes. A população agora se dividia num misto de empolgação e desconfiança, ocasionada pela frustrada vinda do “Baía” em fevereiro passado. Muitos sobralenses haviam levantado cedo naquele dia e, às seis horas da manhã, já lotavam as ruas rumo ao Cachoeira, sem saber que o evento havia sido cancelado na noite anterior. Um dos mais frustrados na ocasião teria sido o Zé Lima, que dias antes monopolizou a venda de passagens de ida e volta em seus caminhões a caminho do reservatório, onde o pássaro de metal faria a sua amerissagem.

21 *Ibidem.*

22 *A Ordem.* N°834. Sobral. 06/08/1930.

Porém, desta vez não haveria contratempos, o sonho seria realizado. Era o que garantia a manchete do periódico. O dia 17 ficaria marcado na história dos céus do noroeste cearense. Destacava-se, mais uma vez, que cavalheiros do mais alto escalão da capital do estado estariam a bordo na primeira viagem da aeronave com destino a Sobral, merecendo uma calorosa e apoteótica recepção por parte da população sobralense, sobretudo daqueles que tinham nas mãos o destino desta terra. Nas páginas d’*A Ordem*, os valorosos visitantes que chegariam a bordo do “Baía” são tratados até mesmo como figuras sagradas.

Sobral deve render o seu tributo de affecto, a sua homenagem de affeciva cordialidade, aos primeiros hospedes que nos vêm do céu... De tão puras alturas trarão eles. Com certeza, aquelle raminho symbolico que o mensageiro de Noé levou á Arca depois do dilúvio.²³

Exageros de escrita que podem ser considerados naturais, levando em consideração a magnitude do evento a ser realizado e por se tratar de um jornal com viés político situacionista, do qual o bairrismo era parte cotidiana das edições, frisando o sobrenome Saboya como exemplo de soberania e boa vontade para com o povo sobralense.

Os ventos sopram a favor, o “Forquilha” entra para as páginas da história

É possível afirmar que Forquilha, hoje a quarta maior cidade da recém-instituída Região Metropolitana de Sobral, é fruto da já citada política de açudagem adotada pelo governo federal no início do século XX. De modo que o Açude Forquilha acabou impulsionando o surgimento de um município promissor, que

23 *A Ordem*. N.º836. Sobral. 13/08/1930.

em certos momentos assumiu o protagonismo de episódios marcantes na história da microrregião sobralense, mesmo ainda quando era um pequeno distrito, sendo um dos últimos a alcançar sua independência política entre os demais distritos pertencentes a Sobral.²⁴ Porém, sempre fadado ao pioneirismo, sendo um dos primeiros distritos sobralenses a ser industrializado na década de 1960.

Tal progresso já era visível no início dos anos 1930 com a conclusão do novo reservatório, com a implantação dos projetos de irrigação adotados pelo IFOCS e com a construção da BR-222, que nos dias de hoje penetra o centro comercial do município. Todos esses empreendimentos tornaram o território, batizado com o mesmo nome do seu açude, em um dos principais centros de migração na primeira metade do século passado nessa região. Muitos viam no Açude Forquilha a oportunidade de uma vida melhor, longe do flagelo e das mazelas do semiárido. Um lugar de recomeço, talvez.

Quis o destino que, por motivos considerados técnicos pela aviação da época, a Nyrba Line mudasse o percurso de sua vinda, substituindo o pouso nas águas do Açude Cachoeira pelo as águas do manancial recém-inaugurado, a 18 quilômetros da sede do município de Sobral. Não seria exagero afirmar que, aos olhos do comandante da tripulação, o açude Forquilha, cuja dimensão ultrapassa os 50.130.000 metros cúbicos,²⁵ tenha se apresentado como local viável e seguro para o pouso da aeronave, comparado aos 4.675.000 metros cúbicos do Cachoeira.²⁶

24 "O município de Forquilha foi criado pela Lei n°11.012, de 05 de fevereiro de 1985, sancionada pelo Governador do Estado do Ceará, Luiz Gonzaga da Fonseca Mota. Publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará n°14.013, de 06 de fevereiro de 1985". CAVALCANTE. Abelardo. Forquilha de Sítio à Município. Forquilha. Imprensa Oficial do Ceará – IOCE. 1986, p. 77.

25 Dados: Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (COGERH). Disponível em: <https://portal.cogerh.com.br/ficha-tecnica-dos-acudes-158/>. Atualizado em 16 de jan. de 2020.

26 Dados: Secretaria Recursos Hídricos, Governo do Estado do Ceará. Disponível em: http://atlas.srh.ce.gov.br/infraestrutura/acudes/detalhaCaracteristicasTecnicas.php?cd_acu

Ressalte-se que a substituição do local da amerissagem do possante aéreo já havia sido especulada pela empresa aérea, por ocasião da primeira tentativa de voo pelos céus sobralenses em fevereiro daquele ano. Em troca de mensagens telegrafadas pela tripulação ao Dr. José Figueira de Saboya Albuquerque, era solicitado do poder público municipal um automóvel capaz de fazer o deslocamento dos ilustres visitantes do local de pouso até a sede municipal. Saboya Albuquerque havia sugerido na data, que o avião pousasse nas águas do Cachoeira, pela facilidade de comunicação e deslocamento. A mudança do roteiro deu oportunidade para que Forquilha passasse a figurar como coadjuvante ou mesmo protagonista deste capítulo tão ímpar entre tantos outros da história sobralense.

Enquanto a cidade grande se encontrava em festa, tomada pela expectativa através das notícias publicadas pelo jornal *A Ordem*, a pequena vila que ainda se formava às margens do açude parecia indiferente ao grande marco prestes a ocorrer. Normal, por se tratar de um local composto em sua maioria por humildes sertanejos, onde as informações quase não chegavam e as horas demoravam a passar. Na vila, a principal expectativa naquele período era a conclusão da nova igreja de São Francisco, iniciada havia dois anos, e que viria a substituir o antigo templo do Campo Novo, que ficara submerso pela imensidão das águas do Forquilha.²⁷ De certo, é possível afirmar que apenas alguns residentes no Forquilha estivessem cientes do acontecimento de 17 de agosto: comerciantes mais abastados e assinantes dos periódicos sobralenses, bem como os chefes do posto do IFOCS

de=238&status=1. Jan. de 2015.

27 “A vila nascente, com o seu casario modesto e sua população constituída, na maioria, por gente egressa da redondeza, necessitava de uma igreja. No dia 19 de novembro de 1928, após missa campal, padre José Gerardo Ferreira Gomes conclamava a população para iniciar a construção da atual igreja de Forquilha”. LOIOLA. Jeta. ARAGÃO. Joab. *Três Riachos, Uma Forquilha*. Forquilha. Edição do Autor. 2006. p. 92.

instalado, responsáveis pela administração e resguardo da obra hídrica, tidos como autoridade máxima naquelas terras.

Corta-se a serenidade dos céus da Zona Norte. O grande dia chegou

Eram as primeiras horas da manhã daquele domingo que passaria para a história. Uma multidão vibrante já se deslocava para Forquilha em caminhões que fizeram inúmeras viagens de ida e volta naquele dia, devido ao intenso número de espectadores interessados em presenciar o evento de perto. Aos poucos, o centro comercial da princesa do Norte ficava cada vez mais vazio nas horas subseqüentes, muito embora, ainda por volta do meio-dia ainda, houvesse pessoas espalhadas nas proximidades da Praça do Rosário buscando uma forma de serem transportadas para presenciar de perto o acontecimento. Já outros optaram por permanecer na cidade e constatar a maravilha contemplando os céus azuis sobralenses, acomodando-se no topo dos edifícios mais elevados de Sobral naquela época.²⁸

Correu a notícia de que a aeronave alçaria voo por volta das 12h30min da capital cearense rumo aos céus sobralenses. Tal informe aguçou ainda mais a expectativa dos populares que já se encontravam às margens do reservatório hídrico forquilhaense, onde compartilhavam aquela ansiedade com autoridades, comerciantes, empresários, imprensa e humildes moradores da pequena vila, que ainda dava os seus primeiros passos no que se refere à formação do seu núcleo habitacional.

A emoção dessa data memorável foi descrita minuciosamente pelo jornal *A Ordem*, em sua edição bissemanal, publicada 3 dias após ocorrido. Por volta das 13h30min, debaixo de um

28 *A Ordem*. N° 838. Sobral. 20/08/1930.

sol radiante, a multidão é surpreendida com um súbito barulho, jamais ouvido na região. Eram as pulsações vibrantes dos motores do hidroavião da Companhia Aérea Nyrba Line surgindo. A empresa não mandou para Sobral o “Baía”, tão anunciado anteriormente, mas, sim, o “Porto Alegre”, outro aparelho possante da companhia.

Uma multidão imensa aglomerava-se nas redondezas da grande bacia hidráulica “Forquilha”, aguardando a chegada do avião. As inúmeras casinhas do povoado trepadas nos morros que circundam o açude, transbordavam de visitantes. As horas passavam-se alegres e cheias de rumores. Nisto, para as bandas da Serra do “Barriga” surgiu um ponto negro, era a nave aérea que rumava para Sobral. Um forte alarido rompeu, como um tufão da massa popular. E, essa forte emoção de entusiasmo perdurou até o momento em que o “Porto Alegre”, depois de evoluir duas vezes sobre o “Forquilha”, pousou no seio quieto de suas águas, sob delirantes aclamações.²⁹

Naquele instante, os sentimentos se confundiam entre os presentes num misto de emoção, espanto, satisfação e outros, impossíveis de descrever nas linhas lacônicas deste trabalho. O certo é que Sobral dava mais um passo rumo ao progresso, à tão sonhada modernidade representada na engenhosa invenção do homem, que chegava à Princesa do Norte.

O “Porto Alegre”, indiferente ao misto de sensações ocasionado por sua vinda, pairou sobre a cidade de Sobral, ao som dos sinos das igrejas que repicavam naquele momento, indo até os primeiros cabeços³⁰ da Meruoca, onde, executando uma manobra, voltou-se novamente para o Forquilha e pousou sobre as águas límpidas daquele reservatório.

29 *Ibidem.*

30 Monte pouco elevado e de forma arredondada.

No local, manifestações de alegria e louvação eram entoadas para recepcionar os primeiros visitantes aéreos da história do município. Em meio a aplausos, sorrisos e semblantes atônitos, desembarcaram do “Porto Alegre”: o presidente do Aero Club Cearense, Manoel Fernandes Júnior; José Meneleu, ilustre comerciante da capital alencarina; os magistrados Raul de Carvalho e Livínio de Carvalho; o industrial Markhan Philomeno; Biánor Almeida, representante comercial da fábrica de sabão Aristolino; o deputado estadual Gentil Barreira; Raul Cabral, também outro avultado comerciante; Frederico Anderson, agente da companhia Nyrba Line em Fortaleza. Por último, o piloto responsável pela aeronave, Clarence Wood, e o mecânico Charles Ryathes. Após as congratulações iniciais, todos se dirigiram para a sede do município, onde uma programação especial montada pelas autoridades constituídas e pela classe dos comerciários, os aguardavam para um dia repleto de solenidades. A programação incluía uma sessão especial às 18h30min no Cine Glória, fechado nessa ocasião para receber a ilustre comitiva. Em seguida, encaminharam-se para a sede do sofisticado Palace Club, onde foi organizada uma festa dançante patrocinada pelo Grêmio Recreativo Sobralense, na pessoa de seu exímio presidente, Ernesto Marinho de Albuquerque, e com o apoio do prefeito do município, José Jácome de Oliveira. Evento grande para uma gente graúda, regado a champanhe, onde, obviamente, segundo a liturgia da época, não haveria espaço para aquela camada menos abastada de populares, na qual a alegria se resumiu a erguer a cabeça, olhar para os ares, admirar as silhuetas do “Porto Alegre” e após o espetáculo inédito, retornar para suas casas e voltar a viver as intempéries do dia-a-dia, proporcionadas por uma cidade interiorana que por mais que estivesse dando um passo largo a caminho da modernidade, ainda sofria com as desigualdades corriqueiras entre as suas camadas sociais.³¹

31 A *Ordem*. N° 838. Sobral. 20/08/1930.

Enfim, o sonho de Ícaro sobralense se torna real

O periódico sobralense *A Ordem*, principal fonte de pesquisa deste trabalho, foi um dos grandes entusiastas da vinda do hidroavião “Porto Alegre” para Sobral, como bem se sabe. Além de uma ampla cobertura acerca do acontecimento, o jornal de propriedade da família Saboya também foi o responsável por proporcionar aos sobralenses a realização do desejo ousado de penetrar o espaço aéreo a bordo de uma aeronave. Dias antes do acontecimento, como também já havia feito em fevereiro ao propagar a vinda do “Baía”, o jornal abriu inscrições para interessados em uma volta pelos ares sobralenses no domingo, 17 de agosto. O passeio histórico foi ofertado pela Nyrba momentos após seu pouso no açude Forquilha, em que 16 figuras ilustres da sociedade sobralense subiram a bordo do hidroavião e se tornaram os primeiros a voar pela imensidão azul da região noroeste, tendo o “Porto Alegre” executado dois passeios, transportando oito passageiros de cada vez naquela tarde de domingo. Segue a lista dos passageiros do primeiro voo:

Os primeiros foram José Barbosa, D. Jandira Barbosa de P. Pessoa, Paulinha Barbosa, Simão Barbosa, Eudes Carneiro, Francisco Bahé de Macedo, José Gomes Rangel e Maria Candida Mendes.³²

No segundo voo, estavam: “O Dr. Caetano D’Albuquerque Figueiredo, Nonato Archanjo, F. Chagas Barreto, Albert Schimit, Gonzaga Mello, D. Santa Rodrigues de Mello, D. Margarida Pinto Nogueira e Benício Girão”.³³

Passado esse domingo histórico, autoridades e cidadãos sobralenses se encaminharam novamente ao Forquilha naquela

32 *Ibidem.*

33 *Ibidem.*

segunda-feira, para se despedir dos visitantes aéreos que retornavam naquele momento à capital do estado. Para surpresa dos presentes, antes da despedida, o agente responsável pela empresa americana em Fortaleza, Sr. Frederico Anderson, em um gesto de agradecimento, resolveu oferecer um terceiro voo de cortesia a bordo da máquina para as autoridades ali presentes. Feito o convite, subiram a bordo do “Porto Alegre” o prefeito José Jácome de Oliveira e o Sr. João Nogueira Adeodato, ambos acompanhados de suas esposas e filhos. Além deles, o Sr. Ernesto Marinho de Albuquerque, a senhorita Maria Loyola e a secretária do periódico *A Ordem*, Maria Craveiro também foram agraciados com o passeio aéreo.

A emoção descrita de cima e de baixo

Objetivando dar mais ênfase para aquele espetacular e inédito acontecimento, o jornal *A Ordem* ainda divulgou em suas páginas depoimento colhido de alguns dos sobralenses que se aventuraram a bordo do hidroavião “Porto Alegre” naquela dita tarde de domingo. Entre os testemunhos, podemos destacar a senhorita Margarida Jácome, filha do prefeito José Jácome, que assim descreve as belezas vistas do alto:

Sobral, visto de tão alto, toma um aspecto principesco e muito lindo, mostrando-nos um panorama belíssimo fimbriado pela orla viridente da Meruoca e Rosario, que parecem sentinelas eternas guardando seu precioso thezouro. As casas tão pequenas, ainda menores do que as de presépio, pontilhavam as estradas, dando um aspecto de um mapa tão real, cuja cores vibrantes e nítidas fossem combinadas por um artista divino. Terra de Iracema! Tão linda como talvez José de Alencar nunca a tivesse sonhado!³⁴

34 *Ibidem.*

Tal depoimento marcante, de teor poético, contrasta vorazmente com percepções de outros que também foram testemunhas do ocorrido. Indivíduos que observaram a chegada da modernidade com outro olhar. O olhar espantado de uma classe menos abastada. Como foi o caso do garoto Gabriel Ilário de Souza, morador da pequena vila e que fora testemunha ocular daquele dia, que ficara guardado em sua memória. Onde muitas vezes teve o prazer de compartilhar a inusitada experiência com amigos e familiares, como bem relata um de seus filhos:

O meu pai era garoto, aí por volta de 8 ou 9 anos de idade. E ao ver aquele negócio voando, sem ter a menor noção, não se sabia nem como era o nome, o medo foi tão grande que ele foi se esconder de baixo de um paiol de milho. Era uma ruma de milho que tinha dentro do quarto, e ele se meteu debaixo assombrado, pensando que o mundo ia se acabar. Isso foi por volta dos anos 30, quando ainda nem estrada existia.³⁵

Ao meio-dia de segunda-feira, 18 de agosto, o hidroavião “Porto Alegre” rumou para Fortaleza acrescido de mais um tripulante ilustre em sua comitiva, o Dr. Piquet Carneiro. Em meio ao sonho realizado, a partida da aeronave deixava algumas indagações na sociedade sobralense. Estaria Sobral entrando em uma nova era, dando um grande salto para ser o polo de aviação da região noroeste do Estado?

35 SOUSA, José Ilário. Filho de Gabriel Ilário de Souza. Entrevista realizada pelo autor em 10 de junho de 2019. Forquilha-CE.

Figura 1 – Hidroavião “Porto Alegre” após amerissagem no Açude Forquilha



Fonte: Blog Forquilha Ontem, Hoje e Sempre³⁶

Tal otimismo não seria exagero, já que o estado do Ceará naquele início dos anos de 1930 investia fortemente na área da aviação, buscando facilitar a ligação com as demais regiões do Brasil e do mundo, além de impulsionar o desenvolvimento social e econômico da capital e de cidades importantes do interior. Pelo menos era o que diziam os informativos do jornal sobralense na mesma edição que abordou a vinda do “Porto Alegre” para Sobral. *A Ordem* noticiou que o Governo do Estado acabara de construir um moderno campo de aviação na capital cearense, possibilitando também o pouso de aparelhos aéreos no solo cearense, diferente das “açuderragens” que vinha acontecendo. Naquela época, além da Nyrba Line, a empresa aérea Pan American World Airways³⁷

36 Disponível em: <https://forquilhaontemhojeesempre.blogspot.com/search?q=hidroavi%C3%A3o>. Acesso em: 30 de jun. de 2021.

37 “A Pan American World Airways, mais conhecida como Pan Am, foi a principal companhia aérea estadunidense da década de 1930 até o seu colapso, em 1991. A ela foram creditadas muitas inovações que deram forma à indústria das companhias aéreas no mundo todo, como a utilização em larga escala e difundida de aviões a jato, de aviões Jumbo”. STUDART.

também já havia iniciado operações de voo em nosso país, dando mais opções aos cearenses que queriam viajar por vias aéreas, algo exclusivo das classes mais privilegiadas, como já se sabe.

Ao analisar os números antigos do jornal *A Ordem* disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional, não foram encontrados vestígios de notícias que confirmem se houve, de fato, a implantação de uma agência da Companhia NyrbaLine em Sobral posterior à visita da sua aeronave. O que se sabe é que poucos meses após o fato ocorrido no Açude Forquilha, a Nyrba seria incorporada à companhia Pan American, até então sua concorrente,³⁸ que, agora unificadas, continuariam expandindo os serviços de transporte aéreo de passageiros e malas postais, facilitando a comunicação de Norte a Sul do país.

Da mesma forma, não se tem notícias de que outros hidroaviões tenham amerissado nas águas do Forquilha ou mesmo do Cachoeira ainda naquela primeira metade do século XX. Porém, a grandeza do dia 17 de agosto de 1930 merece ser lembrada. Uma data marcante para a história de Sobral, que adentra no mundo da modernização dos serviços de transporte e comunicação, dando passos largos no caminho do progresso no decorrer do século XX, ostentando o posto de município referência da região ainda nos dias de hoje, tanto no desenvolvimento econômico como também nas demais áreas.

Assim como também se trata de uma data marcante para a Vila de Forquilha, que nos anos posteriores viria também a tirar proveito desse dito progresso, alcançando a sua emancipação

Alberto. "Pan América Word Airways, um ícone americano que faliu em 1991, infelizmente". *O Povo Online*. Disponível em: <https://blogs.opovo.com.br>. Acesso em: 30 de jun. de 2021.

38 "Em abril de 1930 a NYRBA foi vendida á Pan América e esta empresa alterou o nome da Nyrba no Brasil para a Panair do Brasil em 17 de outubro de 1930, sendo aprovado pelo decreto 19.417 no Brasil em 21 de novembro". CANABARRO, Pedro. História da Aviação no Brasil – Parte 8. Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil – ABRAPAC. 2019. Disponível em: <https://www.pilotos.org.br/post/hist%C3%B3ria-da-avia%C3%A7%C3%A3o-no-brasil-parte-8>. Acesso em: 29 de jun. de 2021.

política décadas mais tarde, tornando-se a quarta maior cidade da região metropolitana de Sobral.

Considerações Finais

É notória a ausência de fontes escritas sobre esse acontecimento histórico. A falta de interesse ou mesmo desconhecimento de pesquisadores sobre o fato acabou por jogá-lo nas últimas fileiras da memória coletiva — tirando-lhe, assim, o devido grau de relevância, e resumindo-o a pequenas linhas nas obras de cronologia sobralense e forquilhense, além do único registo fotográfico desse dia. A imagem atualmente circula em alguns blogs e redes sociais na internet, mas não há informações exatas de quem teria sido o autor da fotografia realizada naquela ocasião.

Talvez essa pesquisa possua o mesmo sentimento de ousadia pelo qual estavam tomados os personagens da época, fazendo com que essa importante página da história volte a pairar nos ares da historiografia atual, assim como o “Porto Alegre” pairou pelos céus azuis da região naquele domingo inesquecível, que entrou para os anais como o primeiro capítulo da história da aviação sobralense. Posteriormente houve outros eventos do gênero de extrema relevância para a historiografia sobralense, como a aterrissagem de cinco aviões da Companhia Condor no campo do Logradouro, em 12 de janeiro de 1941, na inauguração da linha aérea Fortaleza-Teresina.³⁹ E a visita da Esquadilha da Fumaça ao espaço aéreo sobralense, proporcionando um show de aproximadamente 50 minutos de manobras aéreas ao público presente na manhã do dia 16 de novembro de 2012.⁴⁰

39 ARAÚJO, F. Sadoc de. (Pe.). Cronologia Sobralense- 1911-1950. 2ª edição. Volume 5. Fortaleza: Edições ECOA, 2015, p. 188.

40 Esquadilha da Fumaça está hoje em Sobral. Diário do Nordeste. 2012. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/esquadilha-da-fumaca-esta-hoje-em-sobral-1.685620> Acesso em 29 de jul. de 2021.

Brevemente, mais um capítulo historiográfico da aviação civil de Sobral e região será escrito, pois está em andamento a construção do novo Aeroporto Regional de Sobral, que contará com uma moderna estrutura. Segundo o Governo do Estado, o equipamento contará com pista de pouso e decolagem de 1.800m x 30m, com capacidade para receber aeronaves de porte médio. Dessa forma, o sonho de Ícaro sobralense, que teve início com a vinda do “Porto Alegre” em 1930, terá sua continuidade, mas, desta vez, desfrutando de toda a infraestrutura do mundo moderno da aviação.

Fonte

Oral:

José Ilário de Souza. Entrevista realizada pelo autor em 10/06/2019. Forquilha-CE.

Periódicos:

Jornal *A Ordem*. Sobral, Ceará (1929-1930).

Referências

ARAÚJO, F. Sadoc de. (Pe.). *Cronologia Sobralense*. 1911-1950. 2ª edição. Volume 5. Fortaleza: Edições ECOA, 2015.

CAVALCANTE. Abelardo. *Forquilha de Sítio à Município*. Forquilha. Imprensa Oficial do Ceará – IOCE. 1986.

LOIOLA, Jeta; ARAGÃO, Joab. *Três Riachos, Uma Forquilha*. Forquilha. Edição do Autor. 2006.

MELO, Francisco Dênis. *Os intelectuais da Academia Sobralense de Estudos e Letras – ASEL – e a invenção da cidade letrada (1943-1973)* Tese de Doutorado. CFCH. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. UFPE, 2013.

SILVA JÚNIOR, Agenor Soares e. *Cidades Sagradas: da “Roma cearense” à “Jerusalém sertaneja”*. (1870-1920). Fortaleza: Sobral: Edições ECOA, 2015.

Sites Consultados

<https://www.pilotos.org.br/post/hist%C3%B3ria-da-avia%C3%A7%C3%A3o-no-brasil-parte-8>

<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/interaja/multiclube/9a11/diz-a-lenda/10304-%C3%ADcaro>

<https://portal.cogerh.com.br/ficha-tecnica-dos-acudes-158/>

<https://www.pilotos.org.br/post/hist%C3%B3ria-da-avia%C3%A7%C3%A3o-no-brasil-parte-8>

<https://forquilhaontemhojeesempre.blogspot.com/search?q=hidroavi%C3%A3o>

<https://www.ceara.gov.br/>



FOLCLORE RESIDUAL: A CRISTALIZAÇÃO DOS RESÍDUOS MEDIEVAIS IBÉRICOS GARRETTIANOS NO ROMANCEIRO DO FOLCLORE BRASILEIRO DE ROSSINI TAVARES LIMA (1948-1953)

Bárbara de Alencar Gregório de Oliveira¹

Introdução

O século XIX foi marcado por grande empenho na emancipação da História das áreas da Filosofia e da Literatura. O conhecimento histórico passou por muitas transformações nesse período, ampliando as possibilidades das pesquisas e investigações historiográficas. Por meio dos itinerários propostos pela Escola Metódica, que se dizia positivista, as abordagens tentaram ao máximo se distanciar de elementos que fossem considerados de um saber menos material.

De acordo com Tito Barros Leal,

esse processo fez com que o pensamento historiográfico cada vez mais se distanciasse de um elemento fundamental da construção artística: a imaginação. Não caberia mais ao historiador imaginar, bastava-lhe reproduzir

1 Graduanda do curso de Licenciatura em História, pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-História UVA); Membro do Grupo de Estudos em Residualidade Antigo-Medieval.

os discursos presentes nos documentos para, daí, fazer emanar a “verdade histórica” (LEAL, 2014, p. 11).

Desse modo, a utilização de aparatos da imaginação era um elemento que colocava em questão a produção, julgando-a como ficção e aproximando seu significado das definições de “mentira” ou “falsidade”. A percepção que se tinha sobre o imaginado era de que ele não era embasado e que apenas os documentos contariam uma história digna de aceitação.

Assim, podemos compreender que não existia a noção de que a imaginação é ligada à criação de imagens sobre um passado, sendo um exercício válido e que não exclui a cientificidade da produção. Confessamos, então, que o passado não se apresenta de modo sempre organizado; pelo contrário, ele é caótico e muitas vezes apresenta lacunas, que serão preenchidas a partir de um esquecer e de um lembrar, transcendendo o fazer do material e dos arquivos documentais.

Podemos pensar essa questão a partir de Lévi-Strauss: “Quando tentamos fazer História científica, fazemos porventura algo científico ou adoptamos também a nossa própria mitologia nessa tentativa de fazer História pura?” (1978, p. 50).

A produção historiográfica de Bloch e Febvre já apontava para a aproximação de elementos que diferiam da abordagem tradicional dos estudos históricos. Tempos depois, mais precisamente no final de 1960, os *Annales*, que defenderam a necessidade de uma conciliação entre história e ciências sociais, retomaram esses elementos.

Assim, começava a se desenhar uma história preocupada com as formas de pensamentos e sentimentos. Era preciso, a partir disso, levantar indagações mais profundas. Para tanto, fez-se necessária a tentativa de reanimar a memória dos grupos que, até

então, viviam no anonimato. Foi nesse processo que a oposição às narrativas de fatos isolados começou a ascender.²

Por meio do estreitamento do espaço que separava a História de ciências como a Antropologia e da preferência pelos estudos que procuravam evidenciar análises historiográficas acerca de temas mais cotidianos — como amor, sexualidade, morte e religiosidade —, foi tomada maior distância dos feitos heroicos e maior interesse pelo estudo do informal, com ênfase no popular.

Proporcionado pelos novos debates, objetos, estudos e problemas levantados pelos *Annales*, foi possível aproximar a História de fontes que, até aquele momento, eram consideradas apenas uma distração. A História Cultural trabalhou para apresentar novos problemas, abordagens e objetos, alargando os campos, o que implicou o surgimento de novas metodologias de pesquisa em História.

O presente texto tem por fim discutir a presença de elementos próprios do imaginário medieval ibérico ainda vivos na contemporaneidade brasileira. Para tanto, analisaremos alguns romances tradicionais da cultura (dita) popular brasileira, buscando compreender as ligações deles com o universo medieval português. Trata-se de um estudo baseado na Teoria da Residualidade. Nossa busca será, portanto, sobre os processos de hibridação cultural e de cristalização plenamente realizados nos objetos em análise. Nossas fontes principais foram as obras *Romanceiro* (2000), de Almeida Garret e *Romanceiro Folclórico do Brasil* (1971), de Rossini Tavares de Lima.

Além disso, buscamos compreender nossas fontes como produtos de narrativas orais, só tardiamente fixadas em textos escritos, refletindo sobre a historicidade desse processo de registro. Para isso, selecionamos algumas das narrativas organizadas pe-

2 Cf. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (Org.), p. 192.

los autores acima referidos. Optamos por realizar uma análise comparativista dos romances compilados nas duas obras e selecionamos apenas 3 textos de cada uma. A escolha foi feita a partir da familiaridade que já tínhamos com esses títulos. Logo em seguida, buscamos o enredo principal de cada versão, suas personagens, problemas e, para enriquecer nossas análises, as semelhanças e diferenças entre essas histórias.

Sandra Pesavento, Verena Alberti, Claude Lévi-Strauss, Paul Ricoeur e Elizabeth Dias Martins trouxeram reflexões, questionamentos e abordagens essenciais para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

Fontes Narradas

O movimento de transformação e alargamento das possibilidades de fontes para a História promoveu a aproximação do trabalho historiográfico com a Literatura e a Oralidade. Os fundamentos da imaginação, bem como figuras e narrativas, que até entram no mundo fantástico, passam a ser analisados a fim de fazer renascer elementos do imaginário de determinada época.

Tendo isso em mente, podemos refletir e compreender, juntamente com Sandra Jatahy Pesavento,³ que tanto a História como a Literatura nos aparecem como leituras do mundo. É necessário considerar que essas leituras não são estáticas e absolutas; pelo contrário, estão sujeitas a múltiplas formas e interpretações, já que cada uma faz referência, mesmo que implicitamente, aos espaços e discursos de determinado lugar.

Desse modo, é válido afirmar que através de fontes que foram escritas mesmo sem a intenção de dizer contextos e relatar históricos, trazem à tona imagens e construções sobre o passado,

3 Cf. *O mundo como texto: leituras da História e da Literatura*, de Sandra Jatahy Pesavento, p. 32.

podendo revelar suas sensibilidades e comportamentos. Intenar o resgate desse imaginário é buscar os sentidos de muitos símbolos que surgem nas histórias, e mais do que isso, lutar para compreender e tentar explicar seus significados.

Dessa maneira, quando falamos em História Oral e seus relatos, pretendemos evidenciar a dinâmica de construção e registros de memórias, destacando que é necessário dar ênfase à transformação dessa dinâmica em objeto de estudo, não apenas aos processos intelectivos de lembrar e esquecer.⁴ Nesse sentido, em concordância com Michael Pollak, Verena Alberti afirma ser necessário atentar “para as possibilidades oferecidas pela história oral no sentido de se investigar a memória lá onde ela não é apenas significado, mas também acontecimento, ação.” (1996, p. 6).

Em vista disso, a ideia que fica evidente é que quem comunica suas histórias, bem como as que considera relevantes para a memória coletiva, faz para construir a si mesmo e encontrar nesse exercício um modo de validar sua versão sobre aquelas narrativas. A atitude de transmitir o passado é reconhecida como útil, à medida que alguém se dispôs a contar e ouvir.⁵

Assim, podemos conceber a memória como fato, o que facilita seu estudo como objeto. Partindo dessa concepção, somos levados a compreender o processo pelo qual houve a transfiguração das noções de passado em coisas, em que as explicações do presente se tornam essenciais.

Dessa maneira, pensamos, juntamente com Verena Alberti ao destacar que

4 Cf. *O que documenta a fonte oral?* Possibilidades para além da construção do passado, de Verena Alberti, p. 4.

5 *Idem.*

a grande riqueza da história oral é ela permitir investigações sobre como representações se tornam fatos — o que pressupõe um caráter “acontecimental” da memória, para além de sua função de “significar” o passado (1996, p. 10).

Em vista disso, com relação às narrativas que estudaremos, foi preciso ultrapassar suas recolhas e leituras, pois interessa-nos também, e principalmente, a história das memórias por trás desses documentos, que foram colhidos a partir de relatos orais que vão se modificando e incorporando diferentes elementos e símbolos com o passar do tempo. Por isso faz-se necessária a busca para perceber o tempo presente do passado narrado, no intuito de compreender quais lugares, sujeitos e espaços constituíram essas memórias.

Nesse sentido, sobre uma das histórias que utilizamos como fonte, colhida por Almeida Garrett e registrada no *Romanceiro*, o escritor nos diz:

transmitidas de boca em boca — não me canso de o repisar —, por tantas gerações, estas coplas foram-se alterando com mutilações e interpolações graduais, mas não constantes nem uniformes. O rústico menestrel de uma ladeia tinha às vezes pretensão de corrigir e enfeitar a singeleza dos primitivos cantares; outras, a avó velha que os recitava à lareira aos pasmados netinhos, cortava o que lhe parecia demais ou o que lhe esquecia; não poucas vezes, algum Macias namorado recorreu, na esterilidade de sua musa, ao bem parado deste depósito comum, e, com mudanças de nomes e sítios, transformou a história de uma antiga aventura em monumento moderno de suas glórias ou desgraças — como das mutiladas relíquias de um templo de Ísis se fazia nas eras bizantinas uma basílica de cristãos; como de versos de Virgílio se compunham os celebrados centões: de pensamentos de Homero, de frases de todos os poetas antigos, cosidos uns nos outros, se urdiam os poemas latinos de há dois e três séculos; como ainda até há bem pouco tempo se escreviam também quase todos os mesmos poemas vulgares. (2000, p. 123).

Em uma linha de pensamento muito semelhante e confessando a transformação sofrida pelos relatos, nosso segundo autor, Rossini Lima, em concordância com Garrett, afirma que

velha poesia dos grandes poemas se dissolveu em romances ou narrações breves, desligadas entre si. Entretanto, no romance continuou, em grande parte, a matéria das antigas gestas, e êle parece ter sido, no princípio, poesia do povo. Aliás, em 1445, o marquês de Santillana sublinhava que êstes romances eram próprios de gente baixa e artesã. (1971, p. 1).

Com isso, podemos perceber um misto entre as produções profissionais e as populares, principalmente no final do século XV, quando a corte se abre ao poema vulgar e o transforma em matéria para os escritores da erudição. Contudo, mesmo que alguns tivessem alcançado renome com grandes modificações, as formas populares ainda tinham considerável força no meio do povo.⁶

Por mais que a escrita científica e mais intelectual se fizesse mais presente, a cultura ainda possuía a oralidade como principal instrumento de transmissão e conhecimento da literatura e da música.

Segundo Rubenita Santos,

a cultura transmitida oralmente pelos jograis atingia um público bem maior, formado de iletrados, nobres, burgueses e vilões. A maioria daquelas novecentas pessoas — soldados, colonos e degredados — que veio com Tomé de Souza (1515-1579) ao Brasil fazia parte desse público, assim como os mil e quinhentos homens vindos na armada de Cabral (1467- 1520). (2015, p. 265).

A partir disso, fica evidente que esse exercício de modificar as histórias era feito de forma muito frequente, em diferentes lugares e por diferentes pessoas e motivos. Daí a necessidade

6 Cf. *Traços medievalizantes em obras literárias nordestinas* — uma análise sob a ótica residual, de Rubenita Alves Moreira dos Santos.

de estudar as diversas tradições inventadas em cada província, mostrando que uma leitura comparada dessas versões ajuda a compreender o caráter daquelas sociedades, bem como suas crenças, sentidos e costumes.

Desse modo, assistimos ao trabalho de registrar, colher e organizar essas narrativas contadas como uma forma de conservação e transformação da memória em história. Esse processo, como confessado pelas observações dos documentos, possui muitas participações. E, através da cristalização de determinados resíduos, ela vai tomando variadas formas. Uma leitura de Rosini Lima, por exemplo, torna evidente as relações das narrativas do Brasil com o mundo ibérico, mostrando que elas vão além das formas do romance, contemplando nosso atual folclore.

Assim, podemos afirmar que a oralidade se conserva no tempo através da memória. Procuremos entender esse processo, à luz de Ricoeur, ao pontuar que a lembrança faz seu trabalho inicial e a imaginação começa a desenhar e realizar o exercício da recordação, até que ela se materialize em uma escrita e, posteriormente, em produção historiográfica.

Ficção e trabalho historiográfico

A literatura do medievo fazia uso da língua latina e da vernácula. A primeira apresentava crônicas, poemas clássicos e produções clericais e populares — a hagiografia. Fazem parte de outro tipo as composições goliárdicas. Elas eram eclesiásticas, mas não eruditas na língua e tinham uma versificação popular, já que seus autores, em geral, eram clérigos da gente.⁷

7 Cf. *Traços medievalizantes em obras literárias nordestinas* — uma análise sob a ótica residual, de Rubenita Alves Moreira dos Santos, p. 263.

A segunda, a literatura medieval vernácula, era composta por muitas substâncias etnológicas, apresentando também produções do clero e outras do gênero laico, do qual fazem parte muitos elementos do imaginário da época em que circulavam.

Essas substâncias etnológicas e elementos do imaginário fazem parte da mitologia e folclore dos tempos medievais. Tentamos, através de pesquisa de cunho historiográfico, compreender os sentidos e significados dos componentes das narrativas colhidas.

Derivam disso os seguintes questionamentos acerca do trabalho que estamos realizando: Como essas histórias chegaram até nós? Qual o valor de seus símbolos? Esses símbolos possuem uma ordem? É possível que estejamos inventando e imaginando? Na posição de historicizar, cabe o exercício de inventar e imaginar? Nós somos narradores dessas histórias?

Acerca dessas perguntas, surge no horizonte a antropologia de Claude Lévi-Strauss, enfatizando que

existe o velho problema de que o investigador altera o objecto da sua investigação pelo simples facto de estar no local. Considerando as nossas recolhas de histórias míticas, acha que são elas que têm um significado e uma ordem próprias, ou essa ordem foi imposta pelos antropólogos que recolheram as histórias? Qual é a diferença entre a organização conceptual do pensamento mítico e a da História? A narração mítica de uma história, lida com factos históricos, transformando-os e utilizando-os de outra maneira? (1977, p. 6-7).

Em vista disso, compreendemos que os processos de recolha das histórias, bem como o processo de lembrar, são muito complexos, tendo em vista que cada uma das etapas transforma o objeto e quem investe nesse trabalho. É justamente por confessar essas transformações que pensamos o modo como escrevemos história e como ordenamos nossas fontes.

Segundo o pensamento de Catherine Gallagher, entre os séculos XVII e XVIII, houve uma grande mudança no significado da ficção. Ela assume o sentido de uma narrativa inventada, em que se confessa a criação de personagens, cenários e eventos, sem a tentativa de uma descrição presa ao real. Concluimos, portanto, que a ficção não pode simplesmente ser colocada como algo falso. Antes, pode ser concebida como um discurso — carregado de valores e sentidos.⁸

Desse modo, identificar o entendimento vulgar que liga ficção com mentira não é mais que uma mera simplificação do problema. A ficção cria sua própria verdade narrativa, redefinindo as referências da realidade vivenciada tanto por quem formulou essas narrativas, como por quem se propôs a lembrar delas.

Em vista disso, compreendemos que as histórias narradas nos romances estudados, apesar de suas doses de ficção, foram criadas tendo uma realidade como base ou referência, o que auxiliará importantes reflexões sobre perfis e imaginários sociais, já que são representações de um universo.

Desse modo, é preciso ter sempre em mente o lugar ocupado pelos sujeitos envolvidos no processo de transformação da memória em história. Nossa posição, como ouvintes, leitores e depois como autores, é concebida através da pluralidade de interpretações. Em vista disso, defendemos que é necessário abordar esses textos negando a naturalidade do discurso, já que o fazer historiográfico deve consistir na problematização e na tentativa de compreender as razões dessas produções.⁹

Entendemos, portanto, que nosso trabalho não é o de criar personagens, diferente de quem elabora essas narrativas. No entanto, inventamos uma ordem para determinados símbolos e

8 Cf. *A ficção histórica oitocentista*: as configurações do histórico e do literário em Varnhagen e Alexandre Herculano, de Michelle Fernanda Tasca, p. 112.

9 *Literatura e História*, de Roger Chartier, p. 1.

preenchemos certas lacunas a partir disso, em ato de criação e imaginação, chegando a nos aproximar da ficção.

No caso do presente estudo, coube-nos analisar os elementos das narrativas, a partir da comparação e das diferenças entre as versões colhidas e apresentadas. Para tanto, foi preciso criar imagens, teorias e formas. Em suma, foi preciso partir para o nosso lado criativo e historicizar a ficção.

Os Romances

Como anteriormente informado, centraremos nosso estudo nos textos compilados no *Romanceiro* de Almeida Garret e no *Romanceiro Folclórico do Brasil* organizado por Rossini Tavares de Lima. No primeiro caso, Garrett compilou 37 documentos da cultura (dita) popular, dividindo-os em três partes: a primeira vai da 1 a 16; a segunda, da história 17 até a 32; e a terceira é composta pelas 5 últimas histórias.

Já Rossini Tavares de Lima reuniu 20 documentos, anotando, inclusive, variações dos registros colhidos entre os anos de 1948 e 1953. Dedicaremos nossa atenção a apenas três histórias — *Silvaninha*; *Conde da Alemanha*; e *A Noiva Arraiana* — relatados tanto pelo escritor português, quanto pelo folclorista brasileiro.

Pela leitura dos documentos, buscamos compreender qual a relação e influência de uma versão sobre outra e como certos resíduos se encontram operando dentro da narrativa. Por meio delas, colhemos cenas e ambientes medievais, grande descrição de costumes, caráter humano de membros das histórias, características do comportamento feminino e do masculino diante de um mal e problemáticas em torno do desaparecimento ou transformação de determinados elementos.

Silvaninha

Começaremos por *Silvaninha*. De acordo com Almeida Garrett, na província de Portugal não havia quem não conhecesse a história, nem que fosse apenas um trecho. A versão que registrou foi publicada em 1828, ilustrando sua obra *Adosinda*.

Rossini Tavares de Lima documentou 10 versões. Começando seus apontamentos em 1948 e indo até o ano de 1952, elas foram encontradas em São Paulo e Minas Gerais, com grande variação do nome da personagem central. Sobre a história, ele ressalta que

os Pires de Lima dizem que não pode haver a menor dúvida de que *Silvaninha* veio de Castela, no século XVI. Menendez Pidal o classifica entre os romances de “Raptos e Forzadores”. E as mais antigas versões, em língua portuguesa encontram-se na “Comédia de Rubena”, de Gil Vicente, e no “Fidalgo Aprendiz”, de Francisco Manuel de Melo (ROSSINI, 1971, p. 21).

Assim, o autor já deixa bastante evidente que a história possui ligações com Portugal. Isso nos ajuda a traçar mais paralelos entre as versões apresentadas pelo folclore brasileiro e a registrada pelo escritor português.

De acordo com Garrett,

o assunto deste romance é feio e desnatural; mas são os que mais interessam o vulgo em toda a parte, e que preferiram sempre os poetas nas primitivas idades das nações. O coração áspero e cru, os sentimentos duros dos povos semibárbaros precisam desses violentos estímulos para vibrar — diz Sir Walter Scott — o espírito ainda não está purificado bastante para fugir, como em tempos mais civilizados, de tão asquerosos meios de excitar interesse (2000, p. 44).

Em linhas gerais, a história é sobre uma filha pedida em casamento pelo pai. A moça o repudia e é presa em uma torre, onde acaba morrendo de fome e sede. Em algumas versões, o sofrimento acaba fazendo com que ela ceda, mas ao sair da torre a morte a recebe.

A forma do sofrimento da moça é variada, bem como os tipos e descrições do castigo que o pai daria a quem a ajudasse no momento da agonia. Na versão de Caxambu (Minas Gerais) — coletada em 1949 — ao ajudar, a mãe seria morta. Já a versão do Bairro da Moóca destaca como isso aconteceria.

Na versão do Bairro de Santana, datada de 1949, três anjinhos — que parecem ser os cavalheiros que chegaram para tentar salvar a protagonista — e Jesus acompanham a morte da personagem, que aqui recebe o nome de Valdomira:

Avistou três cavalheiros,
Todos três com uma jarra d'água,
Aquêlê que chegar primeiro
Ganhará uma medalha de prata.

Todos três chegaram juntos,
Valdomira estava morta,
Acompanhada por três anjinhos
E Jesus até a volta (LIMA, 1971, p. 24).

É nessa versão que o pai não é apresentado como responsável pela prisão da filha, aparecendo na história a possibilidade de que ele a ajude na agonia dentro da torre. Aqui, percebemos o quanto a história é minimizada, se comparada às demais. Dramas como o incesto e a morte laica — que aparecem em outras versões — receberam outras roupagens, tendo um trato mais cristianizado, assim como na colhida por Garrett.

No documento de número 05, a história se repete quase que por completo. Agora ela responde por Albininha e pede socorro, não há quem possa ajudar e morre ao final, tendo por compa-

nhia os três anjos e Jesus. No entanto, dessa vez, a mão dela aparece como prêmio para o cavaleiro que chegar primeiro à torre, como mostra o seguinte trecho:

Avistou três cavaleiros
Cada um com um pote d'água,
O qual dos três chegar primeiro
Casará com Albininha. (LIMA, 1971, p. 26).

A sexta versão faz referência ao pai como culpado pela prisão da filha. Ela acaba cedendo ao pedido, mas ele a oferece em casamento para o primeiro cavaleiro que chegar com o jarro d'água. Quando o primeiro chega, ela, mais uma vez, é encontrada morta, com anjos em sua cabeceira. No entanto, quem aparece na porta é Nossa Senhora, e não Jesus, como em outras versões.

O documento de número 07 tem data de colheita de 1952. Esta versão não faz referências ao desejo proibido do pai, nem aos anjos, Jesus ou Nossa Senhora ao final. Além disso, o cavaleiro que chega primeiro é destacado como pertencente à linhagem real, assim como na oitava versão. Vejamos:

O primeiro que lá chegou
Era filho de um grande rei,
Bate que bate na porta
Valdomira, já estava morta. (LIMA, 1971, p. 27).

Na versão de número 09, uma nova narrativa acontece e o castigo da filha não vem mais do fato de ela não aceitar casar-se com o pai. Assim, lemos:

Um dia seu pai
Acompanhou-a no seu quarto
E assim falou: Valdomira, Valdomira,
Tens que ser freira, querida.

Isso não, meu bom papai,
Isso não, não pode ser,
Entregarei minh'alma a Deus
Mas freira nunca serei. (LIMA, 1971, p. 28).

Apesar das muitas diferenças entre as histórias, podemos dizer que fazem parte delas as seguintes personagens: pai, mãe, filha (cujo nome possui grande variação), irmã, irmão, cavaleiros ou cavalheiros e criados.

De acordo com nossas pesquisas, o que se repete é a morte de Silvaninha ao final. Apesar das semelhanças, esse desfecho possui alguns detalhes que diferenciam as versões e que merecem atenção.

Por vezes, a figura de Jesus aparece e, em outras, a de Nossa Senhora. Lembremos ainda que, em outra variante a personagem, aparece sem consolo ou companhias divinas.

Estaria a aparição dos santos ligada à atitude e posição do pai dentro da história? Por quais motivos a maioria das histórias em que ele aparece como culpado não existem figuras divinas ao final da narrativa? As respostas não são exatas, tendo em vista que o número de variações é muito grande, mas entendemos que o caráter das narrativas, bem como cada desfecho e seus detalhes, dependerá de quem conta essas histórias e para qual público o faz.

Conde da Alemanha

A segunda história analisada recebeu o título *Conde da Alemanha* pelos dois romancelheiros. De acordo com Lima, existem variantes castelhanas desde 1511. Foi a quinta narrativa registrada por Garrett e é mais um conto de uma filha, que, desta vez, aparece como uma infanta.

Em resumo, a filha descobre o caso de adultério da mãe com um mancebo estrangeiro, cavaleiro e conde da Alemanha. Ao descobrir, ela jura contar ao pai, e sua mãe começa a suplicar que não faça isso, mas o esforço é em vão. Ela acaba contando ao pai e, em favor de sua mãe, faz modificações na história, destinando inteiramente a culpa ao amante, o que resulta na degola do conde.

A acusação da filha é de que o conde a seduziu e tentou contra sua honra. Assim, ela acusa o sedutor, mas salva a mãe.

Garrett considera que

este romance foi composto para celebrar um facto real e histórico, alguma dessas negras e sanguinolentas tragédias, que tão frequentes se representavam nas escuras câmaras dos nossos paços e solares (2000, p. 36).

Rossini Lima apresenta duas versões, ambas colhidas em 1952 — uma de Sergipe e outra de São Paulo. Na primeira, o tom da história é de tensão entre mãe e filha, pois parece que o conde já havia sido degolado. Na segunda, ela levanta o fato para sua progenitora, que a culpa pela morte do rapaz. Leiamos:

Tá maldiçoada filha,
Pelo leite que mamaste
O conde tão bonitinho, ó Celina,
Foste tu que o mataste. (LIMA, 1971, p. 72).

A figura do pai é ausente no momento. A filha toma para si a responsabilidade de educar os irmãos que vieram de seu pai, enquanto para os outros só deseja o mesmo castigo que o conde recebeu, como mostra o seguinte trecho:

Os que forem meus irmãos
Eu mandarei educar,
E os que forem filhos do conde
Eu mandarei degolar. (*Idem*).

A noiva arraiana

A terceira história que estudamos foi *A noiva arraiana*. Lima apresenta apenas um documento de Barra Mansa, no estado do Rio, com data de colheita do ano 1950.

Logo na introdução à apresentação dos documentos, Lima menciona a versão de Garrett, citando outras duas: a de Sílvio

Romero e a de Milá y Fontanals. De acordo com ele, Garrett intitulou a narrativa assim por considerar que ela se passa na raia. Romero a nomeou como *A Noiva Roubada* e Milá y Fontanals, como *La Boda Interrumpida*.

A versão apresentada por Garrett compõe a segunda parte de sua obra. De acordo com ele, lidamos com um fato já visto inúmeras vezes sob outros contornos. Para ele, o conto

é simples e mil vezes visto. Outra edição da Lúcia de Lamermeer, outro cavaleiro de Ravenswood que aparece de repente no meio da boda da sua débil e mal constante namorada, quando ela, já desposada com outro, menos esperava tornar a ver o primeiro amante — o seu, o que ela unicamente quer. Quem se não lembra de Walter Scott, e de Donizetti também, e do que vibram na alma as palavras de um, as notas do outro, inspiradas por esta situação altamente dramática, sublime de angústia e desesperação? (GARRETT, 2000, p. 145).

A história apresenta um rapaz, sua tia, senhores e senhoras, padrinhos e madrinhas e a noiva. Trata-se de um diálogo entre o rapaz e sua tia. Na conversa, ela avisa ao sobrinho que a noiva do rapaz está para se casar com outro, aconselhando que ele não a procure.

Apesar dos muitos avisos da tia, ele sai em busca de sua amada. Ao chegar em determinado ponto, encontra senhores e senhoras reunidos com a noiva, seus padrinhos e madrinhas. O jantar é oferecido, mas o moço recusa. Logo em seguida, ele deixa o local levando a noiva, que simplesmente se despede e vai embora para casar-se com ele.

Percebemos uma diferença entre as versões colhidas. Uma revela o motivo pelo qual a moça se casaria com o outro.

Vindo ela lá de dentro
Toda lavada em chorar,
Mal que viu o cavaleiro,

Quis morrer, quis desmaiar.
 – “Se tu choras por me veres,
 Já me quero retirar;
 Se é os teus gastos que choras,
 Aqui estou para os pagar.”
 – “Pagar devia coa vida
 Quem me queria enganar,
 Quando te deram por morto
 Nessas terras de além-mar.
 Mas que fiquem com a voda
 E bem lhes preste o jantar,
 Que os meus primeiros amores
 Ninguém mos há-de quitar.”
 (GARRETT, 2000, p. 147).

As histórias possuem narrativas muito impactantes e que se aproximam de ritos tradicionais cristãos, como o casamento. As consequências dos pecados, que se confundem com o que era entendido por delito, são exploradas pela trama, sem levar ao extremo os ideais da moral cristã.

Assistimos a um pai que se apaixona pela filha, uma filha que descobre o adultério da mãe, a separação de noivos e a noiva que por pouco não casa com outro. São histórias que terminam em castigos. No entanto, é importante frisar que ele quase nunca vai para quem, na moral cristã, devia recebê-lo.

Dessa maneira, observando a grande variação entre as versões do folclore brasileiro e as semelhanças com as histórias registradas por Garrett, percebemos que as figuras da trama e os elementos dos ambientes que são palco dos acontecimentos resultam da cristalização dos resíduos medievais ibéricos em solo brasileiro. Mas como isso é possível? Vejamos o próximo ponto.

Hibridação e Cristalização

As ligações entre Brasil e Portugal não são uma novidade, nada mais claro que isso, aliás. Afinal, o Brasil é o fruto do processo de colonização portuguesa na América, pesando sobre nós tudo que deriva dessa situação. Mas tal processo não pode ser entendido como uma via de mão única, onde o colonizador apenas deposita sua cultura entre os colonizados.

Dessa maneira, é necessário atentar para a possibilidade de trocas culturais envolvidas na colonização — não apenas territorial, já que existiram elementos humanos envolvidos, tornando o ambiente e as relações modificáveis.

Nossa pretensão não é a de descobrir origens e nem afirmar a fonte de criação para determinado símbolo, mas procurar entender formas, significados e resíduos, compreendendo, por meio da teoria da residualidade, que não é preciso demarcar raízes e versões mais puras e originais: o que nos importa mesmo é o processo da mudança, o qual chamamos cristalização.

Tendo isso em mente, buscamos compreender que tipos de imaginários foram fincados nas terras brasílicas e como se construiu um Brasil medieval que, cronologicamente, não existiu. Tudo isso através das obras de recolha das narrativas já apresentadas.

Assim, pensamos com Fustel de Coulanges, entendendo que

felizmente, o passado nunca morre por completo para o homem. O homem pode esquecê-lo, mas continua sempre a guardá-lo em seu íntimo, pois o seu estado em determinada época é produto e resumo de todas as épocas anteriores. Se ele descer à sua alma, poderá encontrar e distinguir nela as diferentes épocas pelo que cada uma deixou gravada em si mesmo. Observemos os gregos dos tempos de Péricles e os romanos dos tempos de Cícero: levam consigo marcas autênticas, e o vestígio indubitável de séculos mais remotos. O contemporâneo

de Cícero — falo sobretudo do homem do povo — tem a imaginação cheia de lendas; essas lendas lhe vêm de tempos antigos, e são testemunhas de seu modo de pensar (2004, p. 10).

Em vista disso, nosso trabalho historiográfico não confere imposição de datas, linearidades e respostas absolutas, já que os movimentos são humanos, complexos e cheios de especificidades. Enquanto um território vive sob determinado modelo, em outro, diferentes ideias vão chegando outros modelos para modificar certos pontos. É nesse movimento que épocas se misturam e imaginários vêm e vão, com resgates e perdas, na tentativa de compreender o presente em que se vive.

No decorrer dos séculos XVI e XIX, o território brasileiro teve forte presença portuguesa. Foi nesse período que os resíduos medievalizantes se infiltraram em nosso meio. Mas como compreender esse processo, tendo em vista que a Europa já saía do período medieval? Por qual motivo nos parece fazer sentido imaginar um tempo de reis, rainhas, infantes e princesas, sendo que essas figuras não fizeram parte da história de nosso território?

A passagem do feudalismo para o capitalismo e a Revolução Industrial já eram manifestas. Apesar disso, em Portugal, as estruturas sociais, econômicas e culturais da forma de governo entre os anos 1549 e 1808 permaneciam com traços medievais.

Assim, para compreender os resíduos que foram deixados no Brasil, retomamos cenas, figuras e ambientes do Portugal medieval, e não do de 1808, já que os portugueses viviam o imaginário medieval do mundo europeu de 1500. Aqui, a seguinte observação de Roberto Pontes se faz fundamental:

Na bagagem dos nautas, degredados, colonos, soldados, e nobres aportados em nosso litoral, entretanto, se não vieram exemplares impressos de romances populares da Península Ibérica nem os provenientes da Inglaterra,

Alemanha e França, pelo menos aqueles homens trouxeram gravados na memória os que divulgavam pela reprodução oral das narrativas em verso. Assim, desde cedo, e à míngua de uma Idade Média que nos faltou, recebemos um repositório de composições mais do que representativo da Literatura oral de extração geográfica e histórica, cujas raízes estão postas na Europa ibérica do final da Idade Média, justamente quando ganhavam definição as línguas românicas (1999, p. 513).

No decorrer da leitura que fizemos de *Romanceiro*, Almeida Garrett nos apresenta a ideia de originalidade, uma originalidade que alimentaria o passado de Portugal, visando um futuro de glória para a nação. Desse modo, longe da pretensão de compor mais uma obra erudita, Garrett confiava na popularização dessas histórias como um convite ao conhecimento do que considerou a origem de seu povo, que, de acordo com ele, estava em grande falta. Ele é enfático em seu objetivo, ao declarar que

as academias que elaborem dissertações cronológicas e críticas para uso dos sábios. O meu ofício é outro: é popularizar o estudo da nossa literatura primitiva, dos seus documentos mais antigos e mais originais, para dirigir a revolução literária que se declarou no país, mostrando aos novos engenhos que estão em suas fileiras, os tipos verdadeiros da nacionalidade que procuram, e que em nós mesmos, não entre os modelos estrangeiros, se devem encontrar (GARRETT, 2000, p. 3).

Seguindo esse pensamento, ele traz duras críticas aos que se apressam no conhecimento de tendências estrangeiras, defendendo que tais esforços não passavam de uma procura pela imitação, resultando no distanciamento do que era de casa. Em contrapartida, Garrett declara e defende sua obra como uma produção inacabada, reconhecendo a lapidação das histórias e incorporando a elas outros relatos e significados. Por isso, ele nos diz: “trabalhadores mais felizes, e sobretudo mais repousa-

dos que eu de outras fadigas, virão depois, e emendarão e aperfeiçoarão as minhas tentativas” (GARRETT, 2000, p. 3).

Prestemos atenção na palavra “aperfeiçoarão”.

De acordo com a análise residualista que pretendemos, apresentamos um dos importantíssimos conceitos da Teoria da Residualidade, que nos parece estabelecer ligação com a declaração de Garrett. Trata-se do conceito de *Cristalização*, sobre o qual Elizabeth Dias Martins descreve:

É um processo de polimento, de recriação, reaproveitamento do resíduo, que por ser matéria viva, eivada de possibilidades, dá à cristalização um caráter de infinitude. Ao modo da fênix mitológica, o resíduo, por ser algo que se mantém através da mentalidade e do imaginário dos povos, torna a cristalização um processo plural e também dinâmico tal qual a essência residual (2015, p. 35).

Dessa maneira, compreendemos outro elemento importante para a compreensão desse processo: a endoculturação. Com essa noção, faz-se evidente que nossas circunstâncias são residuais, e nós nos formamos delas por meio de outros. Pois quando nascemos, não inventamos nada. Aprendemos tudo. E o fazemos através da endoculturação, que consiste em assimilarmos a cultura existente antes de nós a fim de que possamos sobreviver e sonhar” (PONTES, 2014, p. 21).

De modo semelhante, mas de forma mais coletiva, o mesmo ocorre com a sociedade e suas culturas, que através dos tempos se perdem e se deixam. Sendo a literatura de folclore um produto dessas culturas, podemos compreendê-la como detentora de grande bagagem de determinado imaginário, em que as histórias viveram e ainda vivem, aí apresentamos o processo de hibridação cultural.

Num processo de hibridação, muitas propriedades se perdem, deixando de existir — se é que um dia existiu — o essencialismo cultural. Tal fato, certamente, afeta a própria concepção de identidade, já que esta envolve também esses conteúdos de tradição (LEITÃO; MARTINS; PONTES, 2020, p. 78-79).

Assim, quando nos propomos a estudar o complexo envolvimento entre culturas e tempos, consideramos que as modificações existem e que o resíduo é vivo e toma novas formas, por meio de perdas e de agregações. Por vezes, esses elementos se transfiguram em outros, bem distintos de sua realidade, por isso o processo é tão profundo e plural. Daí porque é tão difícil nos referirmos a originalidade e novidade em termos culturais.

Nosso escritor português parece ir pelo lado oposto da teoria que embasa nosso estudo. Já que teima em defender uma originalidade que auxiliaria a busca pela verdadeira identidade de seu povo. Ele defende crenças nacionais, fala de uma fé própria de sua nação e de patriotismo, tentando um resgate do que considera trazer a pura identidade de Portugal, sem atentar para a complexidade dos processos culturais, em que não há como evitar a hibridação, por mais que ele lute para nacionalizar as histórias que conseguiu registrar.

Apesar disso, muitas de suas palavras sustentam nossa abordagem. Na introdução ao *Romanceiro*, ele nos diz:

Durante todo o undécimo, duodécimo e décimo terceiro século os elementos de civilização da Europa estiveram fermentando, **separando-se e moldando-se para receber nova forma**: os princípios eram ainda crus e indigestos, mas os sentimentos fortes e vivazes (GARRETT, 2000, p. 6, grifos nossos).

Não estaria esse seu pensamento, obviamente sem o conhecimento dos conceitos que aqui utilizamos, confessando a força e inevitabilidade dos processos de Híbridação e Cristalização?

Na seguinte passagem isso ficou ainda mais evidente para nós:

Todos os elementos da sociedade, unidos assim por simpatias comuns, tendiam simultaneamente a aperfeiçoar-se, temperando-se uns aos outros pela própria acção e reacção de suas forças (GARRETT, 2000, p. 7).

Romanceiros Residuais

Alguns documentos da Biblioteca da Universidade de Coimbra, mais precisamente do Espólio Literário, atestam as relações brasileiras de Garrett, que escreveu, em forma de prosa e de poesia, sobre temas do Brasil. Ele teria convivido com estudantes brasileiros em Paris e tomado conhecimento de grande parte da natureza brasileira.

De acordo com Carlos d'Alge, “é ainda em Angra, nos Açores, quando soldado, que encontra uma mulata brasileira, criada de sua irmã, e que lhe narra novos romances que vão aparecer na sua coletânea” (1999, p. 42). Tal contato foi de fundamental importância para fazer permanecer nele as lições da infância, adquiridas “através das histórias e lendas contadas por Rosa de Lima, pelas lembranças colhidas em casa de seu avô José Bento Leitão, e que vai ganhar forças no convívio com os camaradas brasileiros” (*Ibid.*, p. 43).

O próprio Garrett, nas páginas do bosquejo que publicou, confessa as relações brasileiras com a literatura de Portugal. Assim, diz:

começa a literatura portuguesa a avultar e enriquecer-se com as produções dos engenhos brasileiros. Certo é que as majestosas e novas cenas da natureza naquela vasta região deviam ter dado a seus poetas mais originalidade, mais diferentes imagens, expressões e estilo, do que ne-

les aparece: a educação européia apagou-lhes o espírito nacional: parece que receiam de se mostrar americanos; e daí lhes vem uma afetação e impropriedade que dá quebra em suas melhores qualidades (GARRETT, 1884, p. 21).

É justamente no *Romanceiro* que ele deixa algumas marcas brasileiras bem evidentes. Segundo Carlos d’Alge,

os primeiros elementos da poesia popular saboreou-os Garrett, menino, na Quinta do Sardão, quando ouvia da mulata pernambucana Rosa de Lima as estórias maravilhosas que falavam de mouras encantadas, de cavaleiros andantes, de belas infantas, de enfeitados, de D. Aleixo e D. Gaifeiros. Essa mulata havia sido trazida do Brasil pelo avô de Garrett, José Bento Leitão e vivia na Quinta do Sardão, ao sul do Douro, em companhia da avó do poeta, D. Maria do Nascimento, de suas tias e tio João Carlos. É o próprio Garrett quem evoca a figura de Rosa de Lima, em nota ao Frei Luís de Sousa, quando coloca na boca do personagem Telmo Pais palavras que ouvira na infância (1999, p. 35).

Desse modo, apesar de sua pretensão e esforços para resgatar as identidades e poesia (dita) popular de seu povo, não há como negar o contato entre trovadores, poetas e narradores de diferentes crenças, espaços, tempos e culturas.

Por mais que se apresente como um salvador das histórias da tradição oral, usa o estrangeiro como referência, mesmo que seja para superá-lo, ressaltando o que considera mais original. Ou seja, faz isso a partir de suas escolhas e, sendo seu trabalho fruto de suas perspectivas, não deve ser tomado como uma verdade, assim como qualquer outra fonte que estudamos.

Suas histórias, mesmo que resgatadas no século XIX, apresentam cenários do medievo e é justamente a esse imaginário que as narrativas do *Romanceiro Folclórico do Brasil* se referem. Tanto na obra do escritor português, como na de Rossini Lima, o

resgate dessas histórias aparece como essencial para o registro da memória popular.

Essa memória diz respeito a um suposto passado vivido pela nação. No entanto, como já ressaltamos, não passamos por essa época medieval de forma cronológica. De acordo com o que investigamos, a permanência desses resíduos em nosso meio pode ser explicada pelos processos de hibridação e cristalização já descritos aqui.

Assim, contemplamos rainhas, reis, cavaleiros e infantas na base da cultura popular do Brasil. Ouvimos cenários com torres, anjos e atos heroicos com espadas e lanças — resíduos de um passado medieval português que foi cristalizado em/por nosso folclore.

Considerações Finais

Consideramos, pois, que as narrativas do folclore brasileiro são residuais, por meio dos processos de hibridação e cristalização de resíduos ibéricos em nosso território. Por meio da análise das versões do folclore brasileiro e de suas semelhanças com as histórias registradas por Garrett, percebemos que as personagens, bem como os ambientes de cada trama, apresentam formas, significados e resíduos medievais.

As histórias registradas por Garrett, mesmo que resgatadas no século XIX, apresentam cenários do medievo, sobre o qual as narrativas do *Romanceiro Folclórico do Brasil* se referem. Tanto na obra do escritor português como na de Rossini Lima, o resgate dessas histórias aparece como essencial para o registro da memória popular.

Assim, compreendemos, através da teoria da residualidade, a necessidade de ressaltar o processo de mudança, o qual chamamos cristalização, indo além das ideias que defendem a demarcação de raízes como essencial. A partir da criação de imagens,

teorias e formas, coube-nos analisar os elementos das narrativas, a partir da comparação e diferenças entre as versões colhidas e apresentadas.

Referências

ALBERTI, Verena. *O que documenta a fonte oral?* Possibilidades para além da construção do passado, Rio de Janeiro, 1996.

ALVES, Maria Theresa Abelha Alves. Almeida Garrett: o texto, o intertexto e as margens do texto na representação do escritor. *In: Scripta*, Belo Horizonte, Ano 3, n. 5, p. 142-154, 2º sem, 1999.

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas Considerações. *In: Revista de Teoria da História*, Ano 1, n. 3, junho. Goiás: Universidade Federal de Goiás, 2010.

CABRAL, Maria Wellitania de Oliveira; SILVA, Reginaldo Lima. A evasão romântica em Viagens na minha terra de Almeida Garrett. *In: Cereus*, v. 5, n. 1, p. 100-110, abril/2013.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

CHARTIER, Roger. Literatura e História. *In: História da Educação*. Pelotas: ASPHE, 2003.

COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.

D'ALGE, Carlos. As relações brasileiras de Almeida Garrett. *In: Scripta*, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 34-45, 2º sem. 1999.

GARRETT, Almeida. Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa. *In: Garrett, Almeida. O Retrato de Vênus e Estudos de História Litterária*. 3ª. Edição. Porto: Ernesto Chardron Editor, 1884.

GARRETT, Almeida. *O Romanceiro*. São Paulo: Revista Deolinda, 2000.

GARRETT, Almeida. *Viagens na Minha Terra*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LEAL, Tito Barros. *Poetizando a História nacional: Ficcionalização da História e método historiográfico em José de Alencar*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2014.

LEITÃO, Mary; MARTINS, Elizabeth Dias; PONTES, Roberto. Resíduos lusitanos na poesia de Raquel Naveira. In: *Decifrar*, PPGL-U-FAM. Ano 6, vol. 7, n. 12, 2020.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mito e Significado*. Lisboa: Edições 70, 1978.

MARTINS, Elizabeth Dias. A cristalização da idade média na literatura brasileira. In: *Revista Graphos*, vol. 17, nº 2, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. In: *História da Educação*. Pelotas: ASPHE, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O mundo como texto: leituras da História e da Literatura*. Pelotas: ASPHE, 2003.

PONTES, Roberto. Residualidade e mentalidade trovadoresca no Romance Clara Menina. In: TAVARES, Maria do Amparo (Org.) *Atas III Encontro Internacional de Estudos Medievais*. Rio de Janeiro: Editora Ágora da Ilha, p. 513-516, 1999.

REIS, José Carlos. *A história, entre a filosofia e a ciência*. Ed. São Paulo: Ática S. A. 1996.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Rubenita. Traços medievalizantes em obras literárias nordestinas — uma análise sob a ótica residual. In: *Residualidade ao Alcance de Todos*. p. 257-269. 2015.

TASCA, Michelle Fernanda. *A ficção histórica oitocentista: as configurações do histórico e do literário em Varnhagen e Alexandre Herculano*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, 2012.

TORRES, José William Craveiro, PONTES, Roberto. Resíduos Clássicos no Rito Iniciático do Cavaleiro Medieval. In: MONGELLI, Lê-

nia Márcia de Medeiros (Org.). *De Cavaleiros e Cavalarias*: por Terras de Europa e Américas. 1ª ed. São Paulo: Humanitas, v. 01, p. 233-246, 2012.

VAINFAS, Ronaldo; Ciro Flamarion Cardoso (Org.). *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.



Parte 2

Políticas públicas e direitos das mulheres





“CONSTITUINTE PARA VALER TEM QUE TER DIREITOS DA MULHER”: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Antonia Dnara da Costa Nascimento Lima¹

Introdução

A atuação das mulheres, na busca por melhores condições de vida, direitos e políticas públicas de gênero em nossa história, rompe os silêncios erguidos por uma sociedade construída sob o jugo do machismo estrutural e de relações e espaços desiguais. Essas mulheres em diferentes contextos se organizaram para protestar e buscar mudanças.

Um exemplo dessas mobilizações ocorreu no período da Ditadura Civil-Militar, por meio dos movimentos feministas que integraram as forças opositoras ao Estado autoritário, e colocaram-se como ator político de relevância, questionando as relações de poder, denunciando as muitas discriminações contra as mulheres nos diferentes espaços, alargando assim os conceitos de democracia e igualdade (PITANGUY, 2019, p. 82).

1 Graduanda do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET/HIST. Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Gênero e América Latina – GEHGAL. E-mail: dnaralima987@gmail.com.

Após longos anos de Estado ditatorial, a Constituição de 1988 marcou a História do Brasil como um novo período, e segundo Amelinha Teles “trouxe de volta a democracia em nosso país retirando-o do obscurantismo em que estava mergulhado com os entulhos autoritários da ditadura militar implantada desde 1964” (2008, p. 89). Sua elaboração teve extrema importância para a retomada das políticas públicas e para a garantia de direitos fundamentais. As mulheres destacaram-se nesse processo com suas articulações para que seus direitos fossem assegurados.

Traçamos, neste texto, portanto, momentos da História dos Movimentos de Mulheres e Feministas, destacando as lutas empreendidas anteriormente e durante a Constituinte. A professora Salete Maria escreveu sobre esse processo:

O processo constituinte, para as mulheres brasileiras, começou muito antes da instalação da Constituinte em si, haja vista que, no caso destas, a construção de seus direitos e, com estes, a conquista da cidadania, não foi algo que se articulou exclusiva e formalmente no âmbito do poder institucional, mas se deu como uma construção social e histórica, de caráter feminista, paulatinamente tecida, ora silenciosa, ora ruidosamente, nas esferas públicas e privadas do país (SILVA, 2011, p. 196).

A partir dessas questões, este artigo tem como objetivo entender como se deu a participação das mulheres na Constituinte, através de pesquisas bibliográficas, análises da Carta das Mulheres e relatos de deputadas no dia da Assembleia de entrega desse documento. O texto está organizado em duas partes, sendo a primeira uma recuperação histórica da atuação das mulheres na primeira metade do século XX e a segunda um estudo sobre as mobilizações para garantia dos direitos das mulheres na Constituição de 1988.

Antecedentes: mulheres na luta por direitos no Brasil

Para compreendermos as pautas erguidas na Constituinte precisamos regredir algumas décadas, pois são lutas que já percorreram anos, e foram encabeçadas por diferentes mulheres ligadas ou não a movimentos sociais. Refletiremos como essas mulheres atuaram em prol de melhores condições de vida, igualdade de gênero e raça, e como essas e outras questões foram inseridas no processo da Constituinte.

As atuações das mulheres na década de 1950 estavam voltadas para as associações e conselhos, congressos, campanhas por melhores condições, contra carestia e pela paz (SILVA; FERREIRA, 2017, p. 1017). As autoras relataram que campanhas foram desenvolvidas contra a carestia, tendo a contribuição de mulheres organizadas nos bairros e subúrbios. A Associação Feminina do Distrito Federal foi uma das entidades, que se mostrou interessada pelos problemas das mulheres que moravam nesses locais, e também com as mulheres operárias (*ibid.*, p. 1024-1025). Logo, as lutas empregadas estavam ligadas ao cotidiano e para melhores condições de vida das pessoas.

Nas décadas seguintes, o movimento feminista nomeado de “segunda onda” viveu momentos de intensas mobilizações. De acordo com Joana Maria Pedro (2006), nas décadas de 1960 e 1970 os Estados Unidos e Europa viveram contextos de grande efervescência política e cultural que propiciaram um novo momento de forte atuação do movimento feminista. No Brasil os cenários eram distintos: estava em vigor um Estado ditatorial com clima de muita repressão, mas ainda assim esse movimento conseguiu se desenvolver no país. Tal contexto fez com que o movimento levantasse pautas diferentes das dos países do norte. As

mulheres não foram omissas aos fatos que ocorreram, muitas militantes feministas estavam inseridas ou eram simpatizantes da luta contra a ditadura. Portanto, “lutar no Brasil pela ‘libertação das mulheres’, no campo da esquerda e em plena ditadura militar, não permitia que o feminismo brasileiro fosse semelhante ao projeto que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos” (PEDRO, 2006, p. 269). Desse modo, o movimento feminista foi definido por Céli Regina da seguinte forma:

[...] é um movimento que luta por autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político; defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população; no qual há diferentes mulheres enfrentando uma gama de problemas diferenciados (PINTO, 2003, p. 46).

De acordo com Joana Maria Pedro (2020, p. 241 - 242), no ano de 1972, mulheres intelectualizadas começaram a se encontrar em grupos, no Rio de Janeiro e em São Paulo, com o objetivo de refletir sobre questões específicas das mulheres e se oporem ao machismo. Esses encontros aconteciam em ambientes como casas, bares e bibliotecas, com a proposta de formar uma rede de mulheres. Muitos desses grupos de consciência e reflexão se espalharam por diferentes estados no decorrer das décadas de 1970 e 1980. O grupo do Rio foi criado por Branca Moreira Alves, grande referência do feminismo, quando tinha acabado de chegar dos Estados Unidos, onde participou de grupos de reflexão. Assim como outras mulheres que chegavam de viagens, trazendo na bagagem livros e suas próprias experiências.

A historiadora Joana Maria Pedro (2006, p. 257), relatou que algumas narrativas só consideraram o ano de 1975 como marco fundador do feminismo, nomeado de “Segunda Onda” no Brasil — por mais que já houvesse mulheres que se intitulassem femi-

nistas e atuassem no movimento, como Rose Marie Muraro². Esse ano foi definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como Ano Internacional da Mulher, simbolizando mudanças no tratamento das questões referentes às mulheres. Importantes eventos ocorreram em comemoração a esse ano, um deles aconteceu no Rio de Janeiro, patrocinado pelo Centro de Informação da ONU, para debater sobre mulher na realidade brasileira. No encontro ainda foi decidido criar o Centro da Mulher Brasileira (CMB). De acordo com Pinto, a proposta de criação do CMB possuía a estrutura de “um centro de estudo, reflexão, pesquisa e análise, um departamento de ação comunitária para tratar concretamente e em nível local dos problemas da mulher” (2003, p. 58).

O que podemos observar brevemente até aqui, é que as reivindicações de classe e raça/etnia foram desconsideradas, em grande medida, por parte dos movimentos feministas e de mulheres. Ao considerarmos o movimento de mulheres negras, por exemplo, apreendemos que foram outras as reivindicações e atuações.

Na década de 1970 no país emergiu o Movimento Feminista Negro, composto de ideias em defesa da diversidade e contestando a “homogeneização que invisibilizava as condições específicas das mulheres quando se articulava a raça, etnia, classe, orientação sexual, e outras categorias” (PRADO, 2019 apud BAIROS, 1995). As mulheres negras não se identificavam com os grupos feministas devido a carência dos recortes raciais e reflexões distantes de suas realidades (SILVA; WOLFF, 2019, p. 8). Portanto, as questões das mesmas eram um contraponto as ideias universalizantes do movimento feminista. O Movimento de Mulheres Negras é um movimento específico que nasceu das ações polí-

2 Rose Marie Muraro foi intelectual, escritora e editora, considerada a patrona do feminismo no Brasil. Criou a primeira editora feminista no Brasil, a Rosa dos Tempos, publicou cerca de mil livros e escreveu mais de quarenta títulos. Durante a ditadura foi resistência, utilizou sua posição de editora na Vozes, para atuar contra o Estado ditatorial.

ticas do Movimento Negro e Movimento Feminista, e busca reconduzir as ações desses movimentos pelas especificidades que compõe a mulher a negra (CARNEIRO, 1993, p. 14).

A escritora Sueli Carneiro refletiu sobre a politização das desigualdades de gênero:

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso (CARNEIRO, 2003, p. 119).

A criação de órgãos voltados para mulheres foi muito importante na luta por direitos, dentre eles têm destaque o Coletivo Estadual de Mulheres Negras e o Conselho Estadual da Condição da Feminina, em São Paulo, primeiro órgão de políticas públicas para mulheres. Seus objetivos eram assegurar e expandir os direitos das mulheres, acompanhar e intervir no cumprimento dos instrumentos legislativos referentes as mulheres, desenvolver ainda estudos, pesquisas e debates (SILVA; WOLFF, 2019, p. 5-6). As autoras Silva e Wolff relataram ainda que no interior do Conselho ocorreram diversas discordâncias entre as conselheiras negras, as conselheiras pioneiras e os membros do governo, principalmente quando se referia a questões que atingiam o cotidiano das mulheres negras. A luta das mulheres negras iniciou ao denunciar a falta de representatividade no conselho, após críticas, movimentos e pressão as inserções foram alcançadas. Em 1984, duas conselheiras ocuparam as funções, Thereza Santos e

Vera Lúcia Freitas Saraiva, ambas atuaram para aumentar o número de conselheiras e os espaços para as ações (*ibid.*, p. 6).

A luta das mulheres negras, portanto, objetiva alcançar plena inserção nas instituições de políticas públicas e principalmente igualdade de gênero e raça. A escritora Bairros (1995) menciona em seu texto que Bell Hooks afirma que as mulheres dividem a luta pelo fim das relações desiguais, e continua a reflexão:

Para nós negros é necessário enfrentar esta questão não apenas porque a dominação patriarcal conforma relações de poder nas esferas pessoal, interpessoal e mesmo íntimas, mas também porque o patriarcado repousa em bases ideológicas semelhantes as que permitem a existência do racismo a crença na dominação construído com base em noções de inferioridade e superioridades (BAIROS, 1995, p. 462).

No decorrer dos anos as lutas das mulheres negras foram passando diferentes questões, a principal delas é do combate ao racismo, uma luta “por uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença seja tida e vivida como equivalência e não mais como inferioridade” (CARNEIRO, 1993 apud CARNEIRO, 1989). É uma luta de combate à discriminação racial no mercado de trabalho, pela coleta e análise nos recenseamentos oficiais na pergunta sobre a cor. Luta por melhores condições de vida, isso inclui habitação, saúde, educação e combate a violência.

Sueli Carneiro (2003, p. 123), destacou que “dentre as contribuições do feminismo negro, ocupa lugar privilegiado a incorporação da temática da saúde e dos direitos reprodutivos na agenda da luta antirracista e o reconhecimento das diferenças étnicas e raciais”, pois durante muitos anos a esterilização foi um projeto que atingiu muitas mulheres principalmente de baixa renda, em grandes dimensões do país. Por fim, o que as mulheres negras

desejam são “condições básicas para que se possa romper com o círculo vicioso que confina a população negra em geral e a mulher negra, em particular, nos subterrâneos da sociedade brasileira” (CARNEIRO, 1993, p. 18).

Essa década trouxe também novos dilemas para o movimento feminista. Na década anterior, o movimento “havia centrado no trabalho de organização, na luta contra a ordem social, política e econômica” (COSTA, 2005, p. 6). Dentre as novas mudanças, a institucionalização e a partidarização do movimento feminista, alinharam-se ao contexto. Algumas questões referentes às mulheres foram inseridas nos programas e plataformas dos candidatos partidários. Essa relação do movimento com o Estado não foi de fácil compreensão para muitas integrantes. Contudo, cabia a elas “pressionar, fiscalizar e buscar influenciar esse aparelho, através dos seus diversos organismos, para a definição de metas sociais adequadas aos interesses femininos e o desenvolvimento de políticas sociais que garantissem a equidade de gênero” (COSTA, 2005, p. 7).

O movimento atuou nesse período centrado em duas temáticas gerais: saúde e violência contra a mulher. Infelizmente, a violência contra mulheres na História do Brasil foi “legitimada pela ideologia patriarcal, institucionalizada e garantida por leis, à dominação masculina fez do espaço do lar um *locus* privilegiado para a violência contra a mulher” (LAGE; NADER, 2020, p. 287). Por muito tempo, um conhecido ditado popular, “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, foi utilizado para evitar interferências nas situações de violência.

Entre os muitos casos de violência contra mulheres, o assassinato de Ângela Diniz ganhou grande destaque na mídia e logo chegou ao conhecimento de muitas pessoas. Ângela foi morta com quatro tiros disparados pelo seu companheiro Doca Street,

em 1976, na Armação dos Búzios. Durante o julgamento de Street, em 1979, a defesa construiu seus argumentos utilizando características comportamentais de Ângela que confrontariam padrões do período. A vítima foi chamada de promíscua, “vênus lasciva” e “mulher do mundo”, para justificar a ação do assassino como “legítima defesa da honra”. O júri o condenou por homicídio culposo, com pena de apenas dois anos. O sentimento de impunidade pairou sobre familiares e amigos.

Impulsionadas pelo caso Ângela Diniz, um grupo de feministas lançou a campanha “*Quem ama não mata*”, com o objetivo de denunciar os casos de assassinato contra mulheres e a tese de “legítima defesa da honra”. As feministas compreenderam que “as desigualdades sociais entre homens e mulheres eram fruto de relações de poder construídas ao longo da história e não determinadas biologicamente” (LAGE; NADER, 2020, p. 298), por isso poderiam ser modificadas. As grandes movimentações levaram a um segundo julgamento de Doca Street, em 1981, resultando em sua condenação de quinze anos, dos quais cumpriu somente três anos.

No combate à violência contra as mulheres, em 1981, foi criada a organização autônoma SOS Mulher, com o objetivo de atender mulheres em situação de violência e propor um espaço de reflexão sobre o estado em que se encontravam. Pinto (2003) refletiu que a organização foi um divisor de águas para as feministas, pois entraram em contato com mulheres não feministas de realidades distintas. A autora escreveu ainda que “o SOS Mulher protegia a mulher do agressor e ao mesmo tempo o assustava” (2003, p. 81), pois as mulheres não se sentiam mais sozinhas e até modificavam suas relações com os agressores.

O movimento feminista no contexto de extrema violência exigiu políticas de segurança para as mulheres, o que simbolizou

o reconhecimento da violência contra mulheres ocultada pelo Estado e sociedade (BARSTED, 1994, p. 50). O manto da sagrada família foi levantado, “[...] o feminismo retiraria o manto da invisibilidade que cobria a violência doméstica e questionaria sua aceitação, por parte da sociedade e das instâncias policiais e da justiça” (PITANGUY, 2019, p. 83).

A criação de delegacias especializadas era uma das reivindicações urgentes. Em 1985, em São Paulo, foi criada a primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher Vítima de Violência (Deam). As delegacias passaram a evidenciar a violência doméstica que há anos permeia nossa sociedade e é ocultada pela ideia de sagrada família, uma vez que “passou a desnudar o espaço doméstico como perigoso, à medida que é nele que se estabelece o confronto subjetivo e cotidiano entre, um lado, a imposição da disciplina e, do outro, a resistência” (TELES, 1999, p. 136). Sua criação possibilitou tipificar e quantificar uma realidade antes camuflada. Logo, foi um mecanismo importante no combate à violência contra a mulher.

A saúde da mulher também foi uma temática discutida de forma central no movimento feminista na década de 1980. Ações como a criação de grupos de atendimento a mulheres e a implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) pelo Ministério da Saúde, em 1983, foram frutos da atuação organizada das feministas ligadas à saúde. Segundo Celi Pinto, descaram-se dois grupos, o SOS Corpo, de Recife, e o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, em São Paulo. Esses grupos requeriam políticas públicas e prestavam assistência às mulheres das camadas populares. O PAISM foi resultado de intervenções do movimento bem-organizado no setor de políticas públicas (PINTO, 2003, p. 84). A proposta do programa era englobar todas as fases da vida das mulheres, desde a adolescência até a velhi-

ce, pois até então a saúde da mulher só era pensada do ponto de vista materno-infantil. Portanto, o programa deu um passo importante, que é pensar e atender as mulheres de forma integral, não só como mãe.

Os movimentos feministas atuaram na luta por direitos e políticas públicas de qualidade para mulheres, combatendo as diferentes formas de discriminação nas esferas públicas e privadas, lutando contra as violências e denunciando o acesso precarizado à saúde. As reflexões trazidas demonstram que os feminismos estavam “fazendo parte de um amplo e heterogêneo movimento que articulava as lutas contra as formas de opressão das mulheres na sociedade com as lutas pela redemocratização” (COSTA, 2005, p. 5). Ao passo que se alargavam também os conceitos de igualdade.

A recuperação histórica que realizamos até aqui é necessária para compreendermos como as mulheres no período destacado mobilizaram-se através de conselhos, associações e movimentos na busca por igualdade, participação política, melhores condições de vida, entre outras questões, que serão latentes na construção da Constituinte de 1997.

“Mulher e Constituinte”: uma luta de muitas mãos

A institucionalização do movimento feminista inaugurou outro momento do movimento. Sua inserção no aparelho estatal foi relevante para efetivação de “[...] leis, de políticas sociais e econômicas, de ações de bem-estar, de mecanismos reguladores da cultura e comunicação públicas, portanto, como um aliado fundamental na transformação da condição feminina” (MOLYNEUX, 2003, p. 68 *apud* COSTA, 2005, p. 7). Nesse contexto de lutas pela redemocratização, as mulheres demandaram a criação

de instituições democráticas com pautas de igualdade de direitos em nível federal, como explica Jacqueline Pitanguy:

Durante o grande movimento cívico pelas *Diretas Já*, mulheres de todo o país, organizadas em movimentos, associações, sindicatos, conclamavam por uma redemocratização das instituições políticas e também das relações entre mulheres e homens, requalificando o conceito de democracia. Nesse momento ocorreu relevante debate sobre a pertinência da criação de um órgão governamental, em nível federal, para influenciar na proposição de um marco normativo livre de discriminações e efetivar, no âmbito do Executivo, políticas públicas voltadas para a condição feminina (PITANGUY, 2019, p. 85).

Ainda segundo Pitanguy (2019), em virtude das reivindicações, nasceu em agosto de 1985, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), por meio da Lei nº 7.353, na vigência do governo José Sarney, um órgão federal ligado ao Ministério da Justiça. Seu objetivo era promover políticas que extinguissem a discriminação das mulheres, garantindo-lhes igualdade de direitos. O Conselho possuía uma presidenta — no início a deputada Ruth Escobar —, um conselho deliberativo, equipe técnica e diretoria executiva. As comissões de trabalho dividiam-se por áreas, “violência, saúde, creche, educação, cultura, trabalho, mulher negra, mulher rural e legislação” (PITANGUY, 2019, p. 85). Através do conselho foi criado o Programa Nacional da Mulher Negra, com objetivo de desenvolver ações no combate à discriminação racial, foi coordenado por Sueli Carneiro, a partir de 1987.

Uma das principais preocupações do CNDM, em seus anos de atuação foi a participação na Assembleia Nacional Constituinte, instalada em fevereiro de 1987 no Congresso Nacional, com objetivo de elaborar uma Constituição democrática. O CNDM atuou para que os direitos das mulheres fossem assegurados. Logo, foram iniciadas campanhas com frases que resumissem o principal

objetivo, *Mulher e Constituinte*, lançada em 1985, com os slogans *Constituinte Para Valer tem que ter Direitos da Mulher* e *Constituinte Para Valer tem que ter Palavra da Mulher*. A articulação se deu de forma nacional: mulheres de diferentes estados se mobilizaram para contribuir com a chamada *Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes*, que contaria com as propostas das mulheres para a elaboração da Carta Magna. O documento "Programa Geral de Campanha aprovado pelo CNDM em 1985", presente na tese de Silva (2011, p. 136) apresenta metas a serem perseguidas na campanha, tais como:

- I – Lançar oficialmente a campanha nos estados, com a realização de seminários, palestras, debates sobre a Mulher e a Constituinte, em conjunto com o movimento de mulheres;
- II – Realizar um "Encontro Nacional" para aprovação da "Carta das Mulheres à Assembleia Nacional Constituinte", prevista para o primeiro semestre de 1986;
- III- Desencadear uma campanha nacional de coleta de assinaturas em favor das reivindicações das mulheres, com vistas a auferir adesões ao documento resultante dos diversos diálogos a serem realizados nos diversos estados;
- IV – Produzir amplo material de campanha (cartazes, livretos e filme para a TV);
- V – Acompanhar os Trabalhos na Assembleia Constituinte, mediante monitoramento e participação ativa e diária, na ANC, com o auxílio dos movimentos de mulheres.

O documento ilustra a bem articulada campanha que se desenvolveu nos anos anteriores à Constituinte. As movimentações ocorreram nos conselhos estaduais e municipais dos direitos das mulheres, com organizações de empregadas domésticas, trabalhadoras rurais, bem como, das centrais sindicais e movimentos sociais. O CNDM percorreu as capitais para estimular as mulheres a enviar suas questões para formar a Carta e conscientizar sobre os debates (PITANGUY, 2008, p. 70). A resposta foi muito

positiva na recepção das demandas, centenas de mulheres enviaram suas propostas, que seguiam posteriormente para leitura do conselho e de uma equipe de advogadas. Amelinha Teles refletiu sobre essas ações: “O livre pensar de feministas e mulheres engajadas no processo de conquistas democráticas abriu largos caminhos de colocar em discussão ideais libertários de sociedade e de propor tudo numa Constituição” (TELES, 2008, p. 90).

Pitanguy (2008, p. 70-71) explicou que as mobilizações ocorreram no Congresso com parlamentares de diferentes posições políticas que formaram a bancada feminina. Esse trabalho de advocacy³ ficou conhecido como *Lobby do Batom*. Segundo a autora foi um “movimento de sensibilização dos deputados e senadores sobre a relevância de considerar as demandas das mulheres para a construção de uma sociedade guiada por uma Carta Magna verdadeiramente cidadã e democrática.” O próprio texto da Constituição demonstrou que a bancada teve contribuições práticas no legislativo.

Jacqueline Pitanguy narrou como se davam as relações no Congresso no processo da Constituinte:

Naquele momento as portas do Congresso estavam abertas para as mulheres. Percorremos corredores, gabinetes e plenárias, reivindicando o reconhecimento do déficit histórico de cidadania que nos acompanhava ao longo dos séculos. Nossa luta foi vitoriosa e o Congresso Nacional desempenhou papel fundamental na garantia de nossos direitos (PITANGUY, 2019, p. 93).

Após análise de todo o material enviado pelas mulheres para a construção da Carta à Constituinte, o documento foi elaborado com argumentos que davam consistência às questões requeridas, em relação a igualdade de gênero, classe, raça e de acessos

3 “Entende-se por uma ação política desenvolvida junto ao Estado, ou a outras instâncias nacionais ou internacionais no sentido de alcançar determinados objetivos” (PITANGUY, 2019, p. 84).

aos espaços, por exemplo. A Carta foi organizada com os seguintes eixos: Família, Trabalho, Saúde, Educação e Cultura, Violência, Questões Nacionais e Internacionais. Seus princípios gerais são:

Para a efetivação do princípio de igualdade e fundamental que a futura Constituição Brasileira:

- 1 - Estabeleça preceito que revogue automaticamente todas as disposições legais que impliquem em classificações discriminatórias;
- 2- Determine que a afronta ao princípio de igualdade constituirá crime inafiançável;
- 3- Acate, sem reservas, as convenções e tratados internacionais de que o país é signatário, no que diz respeito à eliminação de todas as formas de discriminação;
- 4-O reconhecimento da titularidade do direito de ação aos movimentos sociais organizados, sindicatos, associações e entidades da sociedade civil, na defesa dos interesses coletivos (CNDM, 1986).

Nesses princípios gerais foram estabelecidas propostas para efetivação da igualdade. Seu contexto de escrita é um momento de restauração da democracia. As mudanças escritas de caráter legal são relevantes, significaram para as pessoas a expectativa de um país com igualdade, liberdade e direitos garantidos, após longos anos de violência e relações desiguais. Destacaremos algumas questões expostas no documento organizado em eixos.

No eixo referente à família, as mulheres reivindicaram modificações na legislação civil, dentre elas, as que correspondiam as relações conjugais, pois desejavam plena igualdade entre os cônjuges, na administração dos bens, na responsabilidade dos filhos/as e nos seus direitos e deveres. Outro ponto foi a coibição da violência nas relações familiares, um passo para que os casos reduzissem. Essas questões significaram para as mulheres um avanço na descentralização da figura do homem nas relações conjugais, para que seus direitos fossem garantidos dentro dos seus próprios lares.

O eixo seguinte propôs o princípio de isonomia na legislação trabalhista. As mulheres buscaram igualdade nos salários, nos acessos ao mercado de trabalho, no tratamento dos direitos previdenciários dos trabalhadores/ras. Outro ponto de extrema relevância para as autoras foi a extensão dos direitos para empregadas domésticas e trabalhadoras rurais, e aumento do número de creches nos ambientes de trabalho, para que as mães pudessem deixar seus filhos/as enquanto trabalhavam, entre outras questões (CNDM, 1986). Essas reivindicações simbolizaram para as mulheres mais espaços públicos ocupados e mais oportunidades de trabalho. Muitas das questões de fato não foram colocadas em prática, atualmente os salários e oportunidades de trabalho ainda são desiguais, contudo, compreendemos que foi graças às lutas dessas mulheres que temos muitos direitos trabalhistas garantidos e mulheres ocupando diferentes cargos nos trabalhos.

No eixo três, foi proposto a criação de um Sistema Único de Saúde formado de uma nova política nacional de saúde. Foi demandada a assistência integral à saúde da mulher nos diferentes momentos de suas vidas, respeitando o direito das mulheres conhecerem e decidirem sobre seus corpos. Isso inclui a política pública de acesso gratuito a métodos contraceptivos ofertados pelo Estado, para que tenham o direito a livre escolha pela maternidade, caso ocorra, é necessário a assistência nos momentos de pré-natal, parto e pós-parto, como também na interrupção da gestação. O corpo da mulher foi e ainda é comedido, e por isso as autoras reivindicaram o direito à plena liberdade, pois cada mulher vive sua realidade e é nosso direito tomar nossas próprias decisões.

Para as autoras, o tema da educação precisava ser compreendido como prioridade nacional, ofertado de forma gratuita e pública em todos os períodos. O item 1.1 do documento propôs

que a educação dê destaque para igualdade de sexos⁴, e para luta contra o racismo e todas as maneiras de discriminação. Tanto a educação como os meios de comunicação poderiam contribuir para que esse princípio fosse efetivado. Caberia ao Estado assegurar também o direito à liberdade de expressão, pensamento e produção nesses meios de comunicação social. Como também desenvolver estudos estatísticos de sexo, raça e cor, pois é de suma importância saber quem somos e quantos somos (CNDM, 1986). Para um país que foi privado da livre expressão durante anos na ditadura, o direito à liberdade abriria novos caminhos rumo à democracia.

Referente à violência, as mulheres requeriam a criminalização dos atos de violências contra mulheres dentro e fora do lar. Outro passo para a mudança do cenário seria considerar os crimes sexuais como “crimes contra pessoa” e não “contra os costumes”, assim como a exclusão da expressão “mulher honesta” e o crime de adultério. As mulheres desejavam autonomia para registrar queixas independentes da autorização dos companheiros e o Estado teria o papel de garantir às mulheres em situação de violência assistência médica, jurídica, psicológica e social, e criar Delegacias Especializadas para atendimentos às mulheres em todos os municípios do país (CNDM, 1986). Os pontos citados foram de extrema relevância na luta contra a violência, questão urgente tratada em outros momentos de luta na história das mulheres.

No último eixo destacamos alguns itens, entre eles, os que trataram sobre a liberdade e autonomia sindical e o direito a greves para todas as categorias, esses pontos simbolizavam mais liberdade de expressão e o direito à luta. A reforma agrária também foi levantada pelas mulheres, assim como as políticas de proteção ao meio ambiente e as políticas para integridade da

4 Termo utilizado no documento.

população indígena, para refrear um genocídio que estava em processo e ainda está em nossos dias atuais (CNDM, 1986).

Após a construção coletiva do documento, a então presidenta do CNDM, a socióloga Jacqueline Pitanguy e demais conselheiras, entregaram em março de 1987, no Congresso Nacional, ao Deputado Ulysses Guimarães, o documento que se tornou histórico. Em diferentes estados do Brasil, também foi entregue às assembleias, para reforçar que se tratava de um documento com nível nacional. Em um trecho da Carta redigida no Encontro Nacional do CNDM, em 1986, endereçada aos constituintes de 1987, as mulheres escreveram sobre a importância da igualdade e de seus direitos:

Para nós, mulheres, o exercício pleno da cidadania significa, sim, o direito à representação, à voz e a vez na vida pública, mas implica ao mesmo tempo, a dignidade da vida cotidiana, que a lei pode inspirar e deve assegurar, o direito à educação, à saúde, à segurança, à vivência familiar sem traumas. O voto das mulheres traz consigo essa dupla exigência: um sistema político igualitário e uma vida civil não autoritária. Nós, mulheres, estamos conscientes que este país só será verdadeiramente democrático e seus cidadãos verdadeiramente livres quando, sem prejuízo de sexo, raça, cor, classe, orientação sexual, credo político ou religião, condição física ou idade, for garantido igual tratamento e igual oportunidade de acesso às ruas, palanques, oficinas, fábricas, escritórios, assembleias e palácios (CNDM, 1986).

No trecho da carta acima as autoras defenderam a participação das mulheres nas instituições de poder formal de maneira igualitária, logo, o direito à representação das mulheres na vida pública foi e é uma questão muito importante para a política, pois as diferenças de cargos ocupados por homens e mulheres são extremas. Um exemplo foram as eleições de 1982, apenas 8 mulheres foram eleitas para os cargos de deputada federal, nas

eleições seguintes aumentaram para 29, um número ainda pequeno. Da mesma forma o documento expõe a importância da garantia de itens básicos da vida cotidiana, como saúde e educação de qualidade. E por último, é desejado um país democrático, que só ocorre de fato quando as pessoas forem tratadas de forma igual, independente de gênero, classe, raça e culto religioso. Após 35 anos da Carta das Mulheres a democracia de fato ainda não foi alcançada.

O texto de Débora Bithiah e Márcio Nuno (2012) possui falas da sessão de entrega da Carta das Mulheres. Algumas deputadas se pronunciaram relatando a importância daquele momento e reafirmando seu compromisso com as questões tratadas no documento. Entre as presentes, a deputada federal Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), do Rio de Janeiro, falou:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, minhas companheiras: Neste momento, nós estamos tentando sensibilizar aqueles que detêm uma parcela do poder e que podem contribuir conosco numa justiça. Neste momento, nós estamos pleiteando apenas que sejamos ouvidas, assistidas e que conosco possam dividir aquilo que nós consideramos ser de fundamental importância para que tenhamos em conta que existe justiça social. Estamos pedindo o reconhecimento da cidadania de quem há séculos está lutando para que possam verdadeiramente reconhecer a contribuição que nós temos dado a este país, chamado grande país. E, neste momento, é importante e fundamental que os Srs. Constituintes tenham em conta que nós — e já tive oportunidade de, nesta tribuna, ter isto — somos as legítimas representantes daquelas que estão no anonimato hoje, mas que contribuíram consideravelmente para que os senhores possam estar sentados nestas cadeiras. (*Palmas.*)

[...]

Mas, esperamos que os Srs. Constituintes tenham a sensibilidade de entender que o conteúdo desta Carta representa o esforço comum de nós, mulheres, donas de casa, filhas, companheiras de luta do dia a dia de cada um (AZEVEDO; RABAT, 2012, p. 138).

Através do discurso, a deputada desejava sensibilizar os membros da Assembleia Constituinte para as questões tratadas na carta, por meio do argumento de que as mulheres precisam ser ouvidas e que possam ter, assim como os homens, sua cidadania garantida, seus direitos assegurados. A deputada Benedita refletiu que ela e os Constituintes representavam as pessoas ignoradas na sociedade e que os colocaram naquela posição. Ela conclui dizendo que a carta é o resultado do esforço conjunto de muitas mulheres e pede que os Constituintes possam compreender seu conteúdo.

A deputada Myriam Portela, do Partido Democrático Social (PDS), do Piauí, expôs seu comprometimento com as lutas pela igualdade e participação das mulheres na política:

[...] como a primeira mulher deputada federal do Piauí, como mulher do Nordeste, neste momento reafirmo os meus compromissos de praça pública de lutar pelos direitos das mulheres, pela igualdade e para que a mulher tenha um posicionamento político, pois, à medida que a mulher se afirma politicamente e esteja no centro das decisões, as condições de vida serão mudadas. [...]
Aproveito a oportunidade para dizer aos nobres colegas constituintes que a luta da mulher não é a luta de confronto com os homens. Não! É luta para também construir o mundo em que vivemos. Queremos participar deste mundo, queremos construir a nossa sociedade, queremos modificar todo esse estado de coisas que estamos vivendo (AZEVEDO; RABAT, 2012, p. 139).

A deputada defendeu em sua fala que mais mulheres ocupem a legislatura, para que a igualdade seja alcançada. Ela destacou que sua luta é para construir um mundo em que as mulheres possam participar plenamente e tome decisões políticas, pois assim ocorrerão mudanças sociais em suas vidas. A deputada relatou que sua luta não se trata de uma luta contra os homens, mas sim pela igualdade e participação das mulheres. Podemos refletir também

que ela buscava com isso afastar os estereótipos que associavam a luta das mulheres ou o feminismo como um “ódio” aos homens. Compreendemos que, através de sua fala, ela convocou os homens para assumir sua parte na luta ou apoio as mulheres

O processo da Constituinte resultou na vitória de 80% das proposições no texto da Constituição; outras questões levaram a alterações posteriores no Código Civil e no Código Penal, em leis e serviços. Após esse êxito, o CNDM sofreu pressões intensas do governo para sua desestruturação. Jacqueline Pitanguy relatou que não tem como comprovar, mas compreende que iniciou, “anterior, portanto, à promulgação da Constituição em outubro de 1988” (2011, p. 27), devido a fatos ocorridos no conselho. A socióloga contou que um dos fatos foi a criação de um tribunal fictício, em 1988, para debater sobre a discriminação racial da mulher no Brasil. O então ministro Paulo Brossard disse que o ato era subversivo, pois no Brasil não havia discriminação racial; apesar das forças opositoras, o evento ocorreu (2011, p. 28).

Com a saída de Brossard do Ministério, a presidenta Pitanguy explanou sobre a extrema redução do órgão pelo ministro Oscar Dias Correia, realizada após sua posse, em 1989, da seguinte forma: “[...] chamou-me ao gabinete e disse, literalmente, que soube que as mulheres haviam alcançado quase 80% dos seus direitos na Constituinte. Portanto, era hora de diminuir este órgão em 80%, promessa que ele, zelosamente, levou a sério” (2011, p. 29). Com os expressivos ataques, as conselheiras decidiram renunciar de forma coletiva dos seus cargos, pois não conseguiriam desenvolver suas pautas para os direitos das mulheres. Depois disso, muitas mudanças ocorreram no decorrer dos anos; na década de 1990; o órgão atuou de forma deliberativa, com recursos escassos. Em 2003, passou a integrar a Secretaria de Políticas para Mulheres. Melo (2018, s/p) destaca que, de 2017 a

2018, “embora mutilado e desarticulado, continua um fantasma presente na Esplanada dos Ministérios, que os movimentos feministas e de mulheres esperam que um dia renasça.”

As mulheres percorreram caminhos difíceis para conseguir empreender na Constituição a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Sabemos que, na prática, ainda não é uma realidade em todas as dimensões. As vitórias são de extrema relevância, mas não podem apagar as lutas em vigor, diversas delas pautadas antes mesmo da Constituição e que repercutem até os nossos dias atuais.

Considerações Finais

No decorrer do texto, tratamos da participação das mulheres no processo da Constituinte, suas reivindicações presentes na Carta das Mulheres, que já eram latentes na sociedade muito antes desse período. Salientamos a importância do CNDM como primeiro órgão de políticas públicas voltado para mulheres em nível federal, tal instituição desempenhou um papel fundamental na Constituinte.

Através do texto, compreendemos a importância das diversas questões requeridas pelas mulheres, pois, para elas, “o exercício pleno da cidadania significa o direito à representação, à voz, e à vez na vida pública, mas implica, ao mesmo tempo, a dignidade na vida cotidiana, que a lei pode inspirar e deve assegurar” (SCHUMACHER, 2008, p. 124).

Por meio da recuperação histórica que realizamos entendemos como as mulheres desde a década de 1950 atuaram na busca por direitos. Relatamos sobre as articulações dentro e fora dos movimentos sociais para que as reivindicações das mulheres pudessem chegar até a Constituinte. Cada item da Carta das Mulheres é composto por vozes e histórias de diferentes mulheres do país e representa a luta de décadas. A Constituinte foi um

momento histórico para as mulheres, teve como resultado a aprovação de 80% das questões requeridas. Contudo, também destacamos como a luta por igualdade de gênero e raça, por maior participação das mulheres na política partidária, combate às violências, direitos reprodutivos e tantas outras questões ainda precisam ser garantidas, pois o “lobby não deu conta do preconceito racial e do pesado patriarcalismo presente no Congresso Nacional” (MELO, 2018, s/p).

Portanto, buscamos refletir como as mulheres participaram de forma efetiva na Constituinte, com demandas que vinham de décadas anteriores e resultaram após intensas lutas na garantia de direitos no texto da Constituição de 1988.

Referências

AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno (Org.). *Palavra de Mulher: oito décadas do direito de voto*. 2. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos revisitados. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Em busca do tempo perdido: mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. *Estudos Feministas*, nº especial, 2º semestre, p. 38-54, 1994.

BRIGAGÃO, Jacqueline; RODRIGUES, Marlene Teixeira. A Mulher como sujeito: direitos sexuais, reprodutivos e políticas na área de saúde. In: ABREU, Maria Aparecida Azevedo (Org.). *Redistribuição, Reconhecimento e Representação: diálogos sobre igualdade de gênero*. Brasília: Ipea, p. 57-82, 2011.

CARNEIRO, Sueli. A Organização Nacional das Mulheres Negras e as Perspectivas Políticas. In: *Mulher Negra*. Cadernos Geledés, n. 4, 1993.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

CNDM. *Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes*. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1986.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*. v. 5, n. 2, p. 1-20, 2005.

LAGE, Lana e NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. 4ª reimpressão - São Paulo: Contexto, p. 286-312, 2020.

MELO, Hildete Pereira de. Histórias e memórias das lutas feministas no processo constitucional de 1985 a 1988: o papel do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). In: BERTOLIN, Patrícia; ANDRADE, Denise; MACHADO, Monica (Org.). *Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes: 30 anos depois*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. 4ª reimpressão - São Paulo: Contexto, p. 238 – 259, 2020.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 249-272, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PITANGUY, Jacqueline. A carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes: memórias para o futuro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento Feminista Brasileiro formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, p. 81-96, 2019.

PITANGUY, Jacqueline. As Mulheres e a Constituição de 1988. Disponível em: <http://www.cepia.org.br/images/nov089.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2021.

PITANGUY, Jacqueline. As Mulheres e a Constituição de 1988. In: *Seminário Constituição 20 Anos: Estado, Democracia e Participação Popular*. Caderno de Textos. Brasília: Câmara dos Deputados, p. 69-71, 2008.

PITANGUY, Jacqueline. Movimento de Mulheres e Políticas de Gênero no Brasil. *In: As políticas públicas de gênero: um modelo para armar. O caso do Brasil. Série Mujer y desarrollo, Santiago do Chile: CEPAL, 2003.*

PITANGUY, Jacqueline. Mulheres, Constituinte e Constituição. *In: ABREU, Maria Aparecida Azevedo (Org.). Redistribuição, Reconhecimento e Representação: diálogos sobre igualdade de gênero. Brasília: Ipea, p. 17-46, 2011.*

PRADO, Suelen Girotte. Mulheres Negras em Movimento: Anos 80 e 90, a intelectualidade e ação política de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. *In: ANPUH-BRASIL – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Recife, 2019.*

SCHUMAHER, Schuma. O lobby do batom, para dar o nosso tom. A Constituição de 88 e a cidadania das mulheres. *In: Seminário Constituição 20 Anos: Estado, Democracia e Participação Popular. Caderno de Textos. Brasília: Câmara dos Deputados, p. 123-124, 2008.*

SILVA, Salete Maria da. *A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 322, 2011.*

SILVA, Tauana Oliveira Gomes; WOLFF, Cristina Scheibe. O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988). *Cadernos Pagu, n. 55, p. 1-33, 2019.*

SILVA, Tauana Olívia Gomes; FERREIRA, Gleidiane de Sousa. E as mulheres negras? Narrativas históricas de um feminismo à margem das ondas. *Revista Estudos Feministas, v. 25, n. 3, p. 1017-1033, set-dez, 2017.*

TELES, Maria Amélia de Almeida. A Constituição de 88 e a cidadania das mulheres. *In: Seminário Constituição 20 Anos: Estado, Democracia e Participação Popular. Caderno de Textos. Brasília: Câmara dos Deputados, p. 89-90, 2008.*

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1999.*



ONDE ESTAMOS E POR ONDE CAMINHAMOS: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA FORMAL NOS ÚLTIMOS 25 ANOS NO BRASIL

*Wagner Cavalcante Farias¹
Gleidiane de Sousa Ferreira²*

Primeiros Passos

Este artigo pretende oferecer uma visão panorâmica de alguns dos principais avanços legais e institucionais que no Brasil e no mundo contribuíram para a participação das mulheres nos espaços de poder formal, principalmente no último quarto de século, considerando a lei de cotas de gênero na política como parâmetro de reflexão para a realidade brasileira. Ele é parte de

- 1 Técnico em Edificações. Graduando em História (Licenciatura) pela Universidade Estadual Vale do Acaraú com pesquisa em andamento sobre a História das Mulheres na Política do Município de Catunda, Ceará, entre os anos de 1992 e 2020. Secretário de Ensino, Pesquisa e Extensão do Centro Acadêmico de História Ágora - CAHISA (2018-2019/2020-2021/2021 - em andamento). Membro Pesquisador do Grupo de Pesquisa e Estudos de História e Gênero na América Latina (GEHGAL/UVA). Membro do Grupo de Estudos História das Mulheres da PUC-Minas. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-HISTÓRIA/UVA). Tem interesse na área de História das Mulheres, Relações de Gênero, Ciência Política e Políticas Públicas. E-mail: wagnermagolger@hotmail.com.
- 2 Graduada em História pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2010). Possui mestrado e doutorado em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2018). Realizou estância acadêmica na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior fomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (2017). Coordena o Grupo de Pesquisa e Estudos de História e Gênero na América Latina (GEHGAL/UVA). Atua principalmente nos seguintes temas: Feminismo, História das Mulheres, Relações de Gênero, Sexualidade, América Latina, Movimentos Sociais e Direitos Humanos. E-mail: gleidiane_sousa@uvanet.br

uma pesquisa em desenvolvimento para Trabalho de Conclusão de Curso intitulada, até o momento, *Do conhecido fio à inexplorados rastros: entrançando mulheres e política na História de Catunda-CE (1990-2020)*,³ que entrecruza História das Mulheres e História Política para pensar as décadas recentes de tal município cearense. Destacamos que, exatamente no momento dessa escrita, está em tramitação do Congresso Nacional a PEC-125, que representa um claro ataque aos direitos políticos das mulheres e um retrocesso à sua representatividade na política. Reconhecemos esse processo como resultado de uma cultura política androfalocêntrica⁴ e patriarcal. Por isso, repudiamos veementemente a aprovação de referida PEC, por entender que ela põe freios aos pequenos avanços conquistados em ações pela igualdade de gênero na política. Essa tomada de posição é porta de entrada para as reflexões que proporemos ao longo do artigo, que busca retratar alguns percursos da participação das mulheres na política.

Por muito tempo, no desenvolvimento da História moderna e ocidental, a dicotomia público e privado definiu os espaços e as possibilidades de ação dos gêneros. Era preestabelecido o que se esperava de homens e mulheres nos assuntos pessoais, profissionais e políticos. Apesar das significativas diferenças quando consideramos as relações de classe e étnico-raciais na operação dessas dinâmicas, essas dicotomias, no entanto, estiveram presentes como alicerce de idealizações e normatizações das relações de gênero, especialmente na história contemporânea. Todavia, e principalmente a partir do século XIX, quando

3 A pesquisa é desenvolvida pelo graduando Wagner Cavalcante Farias (UVA), sob orientação da Prof. Dra. Gleidiane de Sousa Ferreira (UVA).

4 Essa noção está intimamente ligada às estruturas patriarcais e é uma tendência de colocar o homem como parâmetro para a coletividade, mas não qualquer tipo de homem, e sim um ideal de masculinidade, branca, de classe dominante, cis, heteronormativa e conservadora — leia-se violenta, o que pode ser claramente observado no parlamento brasileiro.

era também reforçada, por exemplo, por discursos médicos e científicos, essa normatividade passou a ser colocada em xeque e tal ordem foi questionada por indivíduos e/ou grupos organizados, que lançavam propostas para a desconstrução e reestruturação de ideias e práticas que hierarquizavam sujeitos com base no gênero. O movimento feminista foi, sem dúvida, um dos maiores responsáveis pela luta e conquista de novas formas de socialização e de outros meios de ação das mulheres. Essas vitórias podem ser percebidas em vários âmbitos da vida, mas é na *política* e no que entendemos por *político* que elas mais nos interessam neste artigo.

Nas primeiras décadas do século XX, foram conquistados direitos políticos pelas mulheres em várias partes das Américas, possibilitando assim que elas votassem e pudessem ser votadas, exercendo parte importante de sua cidadania e alargando os espaços de ação e poder, permitindo, mesmo sem criar outros instrumentos para isso, que elas borrassem as fronteiras entre o privado e o público. No entanto, como esclarece Jussara Prá (2011, p. 103), “ainda que quase todos os países reconheçam, em suas cartas constitucionais, a igualdade de direitos entre os sexos, na maioria delas se ‘cidadaniza’ a mãe e não a mulher.” Em outras palavras, mesmo que seja importante a participação das mulheres nos espaços de decisão, para desconstruir as assimetrias de gênero e atingir a igualdade, votar e ser votada não é o suficiente para a mudança cultural e de consciência quanto aos padrões de gênero, como veremos mais adiante. No caso brasileiro, esses desafios estiveram presentes nas lutas de diferentes grupos de mulheres ao longo do século XX. Ainda mais quando atentamos para aquelas que se proclamaram defensoras dos direitos das mulheres ou explicitamente “feministas”, engajamentos frequentemente geradores de rechaço, desconfiança ou dissi-

dência em distintos espectros ideológicos. Essas reflexões iniciais nos fazem entender que analisar as relações das mulheres com a política envolve um complexo e dinâmico conjunto de fatores; dentre eles, as dinâmicas institucionais da política formal e representativa que podem favorecer ou não essa participação.

É considerando esse aspecto que iremos tratar de alguns marcos legais e outros documentos internacionais e nacionais que serviram (e servem) como meios formais para buscar a simetria de gênero e a efetiva participação das mulheres nos espaços de poder. Para atingir nossos objetivos, apresentaremos alguns desses mecanismos legais que, principalmente nos últimos 25 anos, buscaram contribuir para a paridade de gênero na política.

Como aponta a ONU Brasil (2018, p. 02) em recente relatório, “a plena igualdade de gênero não é realidade em nenhum país no mundo”, mas o combate às desigualdades continua. Um exemplo disso é a *Agenda 2030*, documento assinado em 2015 como um plano de ação para que nos próximos 15 anos seja possível “erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade”.⁵

Sabemos que somente textos não são suficientes para transformar o ideal em real. Existem questões culturais e barreiras estruturais que precisam ser superadas. Ainda assim, buscar a igualdade e garantir a efetivação dos direitos políticos das mulheres é o começo e a força da mudança, como buscaremos observar a seguir.

5 Cf. Agenda 2030. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>. Acesso em: 08 de janeiro de 2021.

Marcos Legais e Institucionais: Percursos Internacionais

Em 1789, um dos resultados da Revolução Francesa foi a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, documento que tratava dos direitos e deveres políticos, civis e sociais dos homens, ou melhor, dos corpos masculinos. Olympe de Gouges, em 1791, redigiu a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, inquestionavelmente uma resposta à desigualdade proposta pelo documento anterior e um prelúdio para textos que, ao longo do século XIX, tratariam da igualdade entre homens e mulheres, tanto na Europa como nas Américas, e contribuiriam para o germinar das primeiras expressões nominadas de feminismo, que alterou sobremaneira as reivindicações políticas e sociais nesses contextos, principalmente na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

O significativo protagonismo das mulheres nas lutas operárias e em processos revolucionários, como os que aconteceram na Rússia e na Espanha na primeira metade do século XX, contribuiu indiscutivelmente para novos imaginários da relação das mulheres com a política, bem como na formulação de novas demandas sobre suas condições de participação nas esferas de decisão.

Após as mudanças trazidas com a Segunda Guerra Mundial e outros importantes conflitos do século XX, a recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU) escreveu a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948),⁶ com caráter global e um conjunto de valores universais, inaugurando um novo caminho para a humanidade. Logo no artigo primeiro do documento, lê-se que: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em

6 O Brasil assina a declaração na mesma data em que foi promulgada.

relação umas às outras com espírito de fraternidade”. Esse pode ser considerado, indiscutivelmente, um marco na luta pela igualdade entre indivíduos e grupos de forma mais ampla. Esse documento prevê igual e universal tratamento a qualquer pessoa sem distinção de gênero, raça, classe, credo e política. Pode ser considerado combustível para as lutas das minorias, em especial e naquele contexto, das mulheres.

Alguns anos adiante, foi publicada a *Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher*,⁷ em 1953. Nesse texto podemos observar a preocupação em conceder igualdade de direitos entre homens e mulheres no exercício político. Lemos em seus primeiros artigos:

Artigo 1º – As mulheres terão, em igualdade de condições com os homens, o direito de voto em todas as eleições, sem nenhuma restrição.

Artigo 2º – As mulheres serão, em condições de igualdade com os homens, elegíveis para todos os organismos públicos de eleição, constituídos em virtude da legislação nacional, sem nenhuma restrição.

Artigo 3º – As mulheres terão, em condições de igualdade, o mesmo direito que os homens de ocupar todos os postos públicos e de exercer todas as funções públicas estabelecidas em virtude da legislação nacional, sem nenhuma restrição (ONU, 1953).

Importante destacarmos que os referidos documentos, a saber, a *Declaração dos Direitos Humanos* e a *Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher*, ainda que propostas universalizantes, encontraram resistências nas particularidades de cada sociedade. Assim, seus efeitos não foram imediatos. Tampouco foram idênticos nas nações signatárias: esses documentos buscavam nos princípios de igualdade acentuar a pluralidade das nações e preconizar que todos e todas pudessem viver suas diferenças de forma igual e harmônica.

7 Entra em vigor no Brasil em 11 de novembro de 1963, após o Decreto nº 52.476, de 12 de setembro de 1963.

Seguindo com este breve histórico, mais de três décadas após a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, foi publicada em 1979 a *Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher (CEDAW)*,⁸ sendo este “o primeiro tratado internacional que dispõe amplamente sobre os direitos humanos da mulher” (PIMENTEL, 2006, p. 14). No preâmbulo do documento, lemos que “a participação máxima da mulher, em igualdade de condições com o homem, em todos os campos, é indispensável para o desenvolvimento pleno e completo de um país” (*Ibid.*, p. 19). A convenção reconhece, também, que os papéis naturalizados de gênero precisam ser modificados para efetivar a igualdade e melhorar a humanidade.

Os Estados que assinam a CEDAW comprometem-se a trabalhar para eliminar a discriminação contra as mulheres, destacadamente nos âmbitos da vida pública e política, como pode ser observado nos artigos a seguir:

Artigo 7º – Os Estados-parte tomarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na vida política e pública do país e, em particular, garantirão, em igualdade de condições com os homens, o direito a:

- a) Votar em todas as eleições e referendos públicos e ser elegível para todos os órgãos cujos membros sejam objeto de eleições públicas;
- b) Participar na formulação de políticas governamentais e na execução destas, e ocupar cargos públicos e exercer todas as funções públicas em todos os planos governamentais;
- c) Participar em organizações e associações não governamentais que se ocupem da vida e política do país.

Artigo 8º – Os Estados-parte tomarão todas as medidas apropriadas para garantir à mulher, em igualdade de condições com o homem e sem discriminação alguma, a oportunidade de representar seu governo no plano internacional e de participar no trabalho das organizações internacionais (PIMENTEL, 2006, p. 21).

8 Ratificada com restrições no Brasil em 1984 e assinada de forma irrestrita a partir do Decreto Nº 4.377, de 13 de setembro de 2002.

A convenção fundamenta-se, como sugere o título, na eliminação das discriminações contra as mulheres em todas as esferas da vida, e na conseguinte construção das igualdades. No artigo 24, os países signatários se comprometem a “adotar todas as medidas necessárias em âmbito nacional para alcançar a plena realização dos direitos reconhecidos nesta Convenção” (*Ibid.*, p. 26), trabalhando para atingir maior equidade entre mulheres e homens.

No percurso dessas legislações internacionais, não podemos deixar de lembrar a indispensável contribuição dos movimentos feministas e das mulheres através, entre tantas ações, das Conferências Mundiais das Mulheres realizadas nas décadas finais do século XX, em sintonia com as discussões legais e institucionais daquele contexto. A primeira delas foi realizada no México em 1975, em pleno Ano Internacional da Mulher, com o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”. Cinco anos depois, em Copenhague, com o lema “Educação, Emprego e Saúde”, aconteceu a segunda conferência, que trouxe as discussões sobre a importância da participação das mulheres nos espaços de poder de forma mais sistemática e evidente. No ano de encerramento da chamada Década da Mulher, em 1985, aconteceu em Nairóbi a III Conferência, com o lema “Estratégias Orientadas ao Futuro, para o Desenvolvimento da Mulher até o Ano 2000”, que buscou refletir os avanços nesse decênio e planejar as ações para o início de um novo milênio observando os novos (e velhos) desafios.

Antes de seguirmos pelas Conferências Mundiais da Mulher, é preciso dar destaque à *Declaração e Programa de Ação de Viena*, resultado da 2ª Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de 1993. Neste documento, reconheceu-se internacionalmente pela primeira vez que os direitos das mulheres também são direitos humanos e ratificaram-se os diversos acordos internacionais que propunham a igualdade entre homens e mulheres, bem como a eliminação da discriminação no que tange a gênero, raça/etnia e

classe (cf. arts. 36 a 44). A declaração de Viena também trata da necessidade de fiscalização das políticas para igualdade propostas através das convenções, tratados e outros documentos. No quadragésimo artigo, lê-se:

40. Os órgãos de monitoramento de tratados devem divulgar informações necessárias para que as mulheres possam recorrer mais eficazmente aos procedimentos de implementação disponíveis, em seus esforços para exercer seus direitos humanos plenamente, em condições de igualdade e sem discriminação. Deve-se adotar também novos procedimentos para fortalecer a concretização do compromisso de promover a igualdade da mulher e seus direitos humanos (ONU, 1993).

Na década de 1990, destaca-se o *Relatório da Conferência Internacional sobre a população e Desenvolvimento — Plataforma do Cairo*, de 1994, e a *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher*, que aconteceu em Pequim em 1995, com o lema “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, como compromissos internacionais que buscaram combater as desigualdades no que se refere às relações de gênero. As duas conferências reafirmaram o princípio de igualdade e o desenvolvimento da paz como objetivos em suas decisões, comprometendo-se com ações que buscassem garantir os direitos humanos para todos e todas.

A erradicação da pobreza, a eliminação das violências contra as mulheres e a igualdade e equidade entre os sexos estão entre os 15 princípios da *Plataforma do Cairo*, que objetivam o desenvolvimento sustentável e o crescimento socioeconômico dos países. Ela reafirma os direitos estabelecidos na *Declaração dos Direitos Humanos*, dando destaque aos direitos das crianças, das famílias, dos povos indígenas e dos migrantes. O quarto capítulo da plataforma trata especificamente da igualdade dos sexos,

equidade e empoderamento da mulher, propondo a convivência harmônica entre homens e mulheres, a luta contra a discriminação das meninas e demarcando as responsabilidades dos homens para alcançar a igualdade.

Dentre tantas outras plataformas de ação, a *Plataforma do Cairo* destaca-se, entre outros motivos, por reconhecer que os caminhos que constroem a igualdade não serão alcançados somente com as políticas públicas e que é necessária “uma mudança de mentalidade, de atitude e de comportamento tanto do homem como da mulher” (BRASIL, 2006, p. 53).

A *Plataforma de Pequim* tem forte destaque no contexto de avanços legais internacionais que buscam a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e a criação de legislações nacionais e políticas públicas, principalmente por seguir o histórico das conferências anteriores (Nairóbi, 1985; Copenhague, 1980; e México, 1975) e diagnosticar os obstáculos a serem superados para que as mulheres exercessem plenamente seus direitos. Ainda merece destaque por trazer inovações que contribuiriam com a luta pelos direitos das mulheres, como “o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade” (VIOTTI, 2006, p. 149). Essa plataforma enfatizou os caracteres inalienáveis, integrais e indivisíveis dos direitos humanos das mulheres, objetivando, como sugeria seu lema, agir para atingir a igualdade, entre os gêneros, as etnias, as classes e as gerações e desenvolver a paz, reestruturando as nações.

Refletindo os avanços legais internacionais que têm como princípio a igualdade e trazendo as reflexões para o contexto americano, destacamos a *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a Mulher*,⁹ também co-

9 Através do Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996, o Brasil se compromete a cumprir a convenção.

nhecida como *Convenção de Belém do Pará*, realizada em 1994 pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA). O documento, em sintonia com as discussões da CEDAW de 1979, reafirmou que “a violência contra a mulher é uma violação dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais” (LINHARES, 2006, p. 140). Em seu texto, nos artigos 07 e 08, encontram-se os deveres dos Estados assinantes de erradicar, por diversos mecanismos, a violência contra as mulheres, garantindo os direitos de uma vivência e convivência pacífica que possibilitem a efetivação dos direitos humanos das mulheres.

Partindo do princípio de igualdade, os documentos anteriormente citados, como a *Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher* (1979), a *Declaração e Programa de Ação de Viena* (1993), a *Conferência Internacional sobre a população e Desenvolvimento — Plataforma de Cairo* (1994), a *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim* (1995) e a *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a Mulher* (1994) reforçam e aprofundam os ideais publicados com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e buscam criar mecanismos e legislações que efetivamente garantam a equidade entre homens e mulheres, articulando as especificidades desse sujeito coletivo e diverso dentro de um conjunto de princípios e normativas universalistas.

Entendemos que esses mecanismos não são isentos de críticas e necessitam análises mais profundas sobre seus contextos de produção — por exemplo, refletindo sobre as muitas assimetrias e limitações que existem sobre os seus postulados quando consideramos as interligadas desigualdades existentes entre regiões e países do mundo, ou mesmo sobre a disparidade política nos organismos internacionais e suas dinâmicas. A própria ascensão do mo-

delo neoliberal na organização da economia mundial nas últimas décadas e a notória precarização das condições de vida por ele globalizada, já implicam inúmeras barreiras no fomento da participação política para uma grande parte das mulheres, notadamente as mais pobres, racializadas e que vivem em países com maiores desigualdades. Ainda assim, entendemos que os instrumentos aqui abordados servem de base para pleitos e disputas que favorecem a busca pela igualdade de participação política das mulheres.

No próximo tópico, abordaremos, então, como esse arcabouço de princípios e diretrizes impactaram a formulação de políticas no Brasil. Sigamos.

Da Constituição à Lei de Cotas: Percursos no Brasil

O Brasil não está à margem da luta pelos direitos das mulheres e contra as assimetrias de gênero: o país ratificou e assinou todos os documentos apresentados anteriormente, assim como muitos outros que não foram destacados em nossa reflexão.¹⁰ Na própria Constituição Federal Brasileira (1988) lê-se que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I — homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL, 2019).

10 Sobre a paridade de gênero outros dois documentos merecem destaque, a *Declaração de Atenas*, de 1992, que proclama, exige e sublinha a necessidade da equidade entre homens e mulheres, e o *Consenso de Quito* de 2007 que reconhecendo e reafirmando os princípios de igualdade trazidos nos documentos anteriores a ele, bem como observando as persistentes discriminações contra as mulheres, acorda caminhos para formatar e ampliar a participação feminina de forma igualitária na política. Cf. trecho da *Declaração de Atenas*. Disponível em: <http://arquivo.sinbad.ua.pt/Cartazes/2006004927> Acesso em: 12 de janeiro de 2021 e *Consenso de Quito*. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/40449>. Acesso em: 12 de janeiro de 2021.

Todavia, como já citamos, somente dispositivos legais não são suficientes para a efetiva e igual participação das mulheres nos espaços de poder. Basta observarmos o Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero (IDHG) e o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) no PNUD¹¹ de 2019 e notamos que o Brasil ocupa a septuagésima nona (79^ª) colocação no que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Assim como nos dois primeiros índices, e ainda que considerada a classificação elevada na pesquisa, não significa que seja suficiente, pois “as disparidades de gênero são mais profundas do que se julgava inicialmente” (PNUD, 2019, p. 147). Aqui, como em muitos outros países, a igualdade e equidade entre os gêneros está longe de ser alcançada.

Considerando, especialmente, a questão política, isso fica mais evidente. Quanto mais elevados são os cargos e maior a responsabilidade nos espaços de poder formal, menos encontram-se mulheres e melhor se visualiza a disparidade de gênero. No *Mapa Mulheres na Política* produzido pela ONU, nosso país ocupa o 140^º lugar entre 193 países. Em outro documento mais recente, considerando somente 11 países da América Latina, ocupamos a nona posição com o Índice de Paridade Política¹² (IPP) com a média de 39,5. Tudo isso evidencia a real assimetria de gênero que é um legado histórico no Brasil, mesmo com todo aparato legal e compromissos internacionais e regionais. Como escreve Jussara Prá (2011, p. 107), “o processo de expansão da cidadania política feminina, desencadeado com a obtenção do sufrágio e reforçado pelas cotas de gênero, não promoveu a inclusão política das mulheres.”

11 Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

12 Cf. ONU mulheres. ATENEA – Mecanismo para acelerar a participação política das mulheres na América Latina e no Caribe. Brasil: Onde está o compromisso com as mulheres? Um longo caminho para se chegar à paridade. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2020/09/ATENEA_Brasil_FINAL.pdf. Acesso em: 09 jan. 2021.

Em um breve passeio pela recente História republicana brasileira, nota-se que a primeira parlamentar a assumir como deputada foi Carlota Pereira de Queirós, em 1933, e somente em 1979 tivemos a primeira senadora.¹³ No Executivo, a primeira governadora eleita como titular do cargo foi Roseana Sarney em 1994 que assumiu o governo do Maranhão, e Dilma Rousseff, em uma histórica eleição no ano de 2010, foi a primeira presidenta do Brasil.

Concordamos em “não ser possível afirmar que vivemos em um Estado plenamente democrático se as mulheres, que somam praticamente metade da sua população, ainda não ocupam, proporcionalmente a este número, cargos de representação e de decisão na esfera pública” (QUINTELA; DIAS, 2017, p. 208). Muito deve ser feito para garantir a efetiva participação das mulheres nos espaços de decisão, e, novamente, afirmamos que somente os avanços legais não são suficientes para atingir esse objetivo. Ainda assim, é inegável que estes avanços são importantes e que a lei de cotas de gênero para política é um importante passo na caminhada pela paridade.

Entendemos que esses mecanismos são importantes, pois, mesmo que seus objetivos não sejam alcançados de forma automática ou mesmo alcançados, eles servem como base para as disputas políticas e para a atuação das mulheres e grupos que, no conjunto da sociedade estão atentas, e reivindicam mais espaço. Funcionam como instrumentos que acrescentam legitimidade às lutas sociais, mesmo quando os próprios grupos, de forma democrática, possuem críticas ou questionamentos aos seus conteúdos, pressupostos ou outros tópicos que embasam suas formulações, pois o debate que se mantém em torno do tema da participação é benéfico para seguir pautando essa questão na sociedade.

13 Ao levarmos em consideração o marcador racial, sabemos que “Antonieta de Barros foi a primeira deputada estadual negra na Assembleia de Santa Catarina (1935)” (BRASIL, 2015, p. 18) e somente em 1981 Laélia de Alcântara tornou-se a primeira senadora negra no país.

No que se refere à lei de cotas, lembramos que o objetivo central dessa legislação é acelerar a entrada das mulheres nos espaços de poder, bem como modificar a persistente cultura política falocêntrica. Na região da América Latina e do Caribe, esse instrumento foi adotado principalmente a partir dos compromissos da já citada Conferência de Pequim, em 1995,¹⁴ e sua efetivação depende de vários fatores, variando de país a país. Mesmo sendo uma ação afirmativa, ou seja, “ações corretivas, voluntárias ou compulsórias, que pretendem eliminar desigualdades historicamente acumuladas” (MARTINS, 2007, p. 10), as leis de cotas de gênero na política do Brasil não são efetivas em comparação com outros países da região. No ano de 2020, completou-se um quarto de século (25 anos) desde a promulgação da primeira lei de cotas de gênero, a Nº 9.100 de 1995. Nesse percurso até a atualidade, como veremos mais adiante, tiveram importantes e benéficas modificações legislativas, mas, ainda assim, em quase três décadas, nem o mínimo previsto por lei (30%) foi atingido.

Com base nos dados do Parline, sobre parlamentos nacionais da União Interparlamentar, em estudos do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe e do estudo ATENEA, ao considerarmos a legislação de cotas de gênero nos países latino-americanos e caribenhos observamos que apenas dois, de uma amostra de 18,¹⁵ não apresentam esse dispositivo e que somente oito — Argentina, Bolívia, Costa Rica, Equador, Honduras, México, Nicarágua e Panamá — adotam a paridade (50%), ainda que não a tenham atingido efetivamente.¹⁶

Reforçamos que a legislação de cotas por si não é suficiente para efetivar a participação das mulheres na política formal, e, como indicado anteriormente, é preciso levar em consideração

14 Exceto na Argentina, que já adotava esse instrumento desde 1991.

15 O material/documento utilizado considera em sua análise os seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

16 As Assembleias Legislativas de Bolívia, México e Argentina já atingiram a paridade.

fatores jurídicos e culturais ao se tratar esse assunto. Porém, é importante perceber, também, fatores eleitorais que contribuem para esse processo. Alguns estudos que têm se dedicado ao assunto (cf. SPOHR *et al.*, 2016; CORRÊA; CHAVES, 2020) mostram que o sistema eleitoral proporcional, principalmente, com listas fechadas, somado à legislação de cotas, apresentam melhores resultados na participação das mulheres nos espaços de poder. Isso, reafirmamos, não significa que necessariamente sistemas eleitorais proporcionais de listas fechadas são garantias de participação das mulheres na política, pois é preciso levar em consideração variados fatores, em especial, as questões estruturais e culturais de cada país.

No caso da América Latina e Caribe, destaca-se que “a presença de traços patriarcais e androfalocêntricos na cultura política [...] e sua predominância na identidade de gênero ‘incidem negativamente na efetividade das cotas para mulheres na política’” (ARCHENTI; TULA *apud* PRÁ, 2011, p. 107). No Brasil, essa realidade é bem perceptível. Mesmo com toda a legislação que busca garantir a participação das mulheres nos espaços de poder formal, em destaque a lei de cotas de gênero, somente 77 mulheres (14,6%) ocupam assentos na Câmara dos Deputados, enquanto o Senado Federal conta somente com 11 mulheres (13,6%), o que, como já destacamos, coloca o Brasil nos piores índices ao considerarmos a participação das mulheres nos parlamentos.

Mesmo com esses resultados não satisfatórios, concordamos que é “inegável que a adoção das cotas foi uma grande conquista em favor da participação política feminina” (QUINTELA; DIAS, 2017, p. 198) e que significa um avanço no legislativo no Brasil. Nosso país, signatário de algumas convenções, tratados e plataformas que defendem os direitos humanos das mulheres, vive ainda um grande esforço para fazer valer o princípio de igualda-

de de direitos e deveres trazido na Constituição Federal. E esse esforço ainda não tem sido suficiente. A chamada Constituição Cidadã, como ficou conhecida a Carta Magna brasileira assinada em 1988, por mais que atenda a algumas das demandas da pauta feminista e mostre que “o Brasil tem uma legislação avançada em termos de direitos e de cidadania” (CFEMEA, 2006, p. 11), não garante a efetiva participação feminina nos espaços políticos e de poder — principalmente por questões culturais, por inúmeras desigualdades sociais, raciais e econômicas, que numa complexa rede de relações torna a participação e a permanência das mulheres no espaço da política um enorme desafio.

Compreendendo a dinâmica histórica em suas mudanças e permanências, e entendendo que o marco legislativo não é suficiente e que tampouco sozinho pode efetivar a participação política feminina nos espaços de poder formal e/ou informal em todos os níveis, sejam eles municipais, estaduais e federais, acreditamos que é fundamental analisar como as estruturas sociais patriarcais, capitalistas e racistas, por exemplo, articulam e fundamentam essas exclusões e, portanto, são partes imprescindíveis do entendimento das limitações impostas à participação política, neste caso para as mulheres, mas não apenas para elas. Em outros termos, ainda que os dispositivos legais sejam de grande importância, a resolução da questão exige uma profunda mudança cultural e social, capaz de vencer uma série de desigualdades e hierarquias, como a divisão sexual do trabalho gerada, principalmente, pelo sistema patriarcal e capitalista, que compromete a autonomia das mulheres individual e coletivamente, dificultando assim sua participação na política (cf. BIROLI, 2018).

Como um exemplo dessa questão, mencionamos rapidamente o caso do Município de Catunda, no Sertão Central cearense, que é estudado na já mencionada pesquisa em processo. A pri-

meira eleição municipal,¹⁷ ocorrida em 1992, antes da primeira lei de cotas de gênero do Brasil, elegeu uma mulher para o Executivo e quatro mulheres para o Legislativo catundenses. Com o passar dos anos, mesmo com novos e melhorados dispositivos legislativos que buscam facilitar o acesso das mulheres à política, o número de eleitas nessa cidade diminuiu, tendo legislaturas onde nenhuma mulher foi eleita para um quadriênio, o que reforça que as questões que efetivam a participação feminina na política estão postas para além de aparatos legais e estão ligadas, principalmente, a questões culturais. Além disso, esse exemplo aponta para a necessidade de observarmos como dinâmicas que acontecem em escalas globais, regionais, para o caso da América Latina, e nacionais, se articulam com diversos outros fatores próprios de um contexto mais local.

Os instrumentos legais que refletiremos em breve histórico, dando destaque para a política afirmativa da lei de cotas de gênero no Brasil, marcam o caminho de lutas por efetivação da cidadania feminina, por buscar corrigir a disparidade representativa entre homens e mulheres no campo político, e como já destacamos, foram resultado de debates sobre a igualdade de gêneros, raças/etnias e classes, intensificados, principalmente, a partir da década de 1990 a nível internacional e nacional.

Primeiramente, destacamos a Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995, que estabelecia que “vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres” (BRASIL, 1995). Dois anos mais tarde, em 1997, a Lei n.º 9.504, conhecida como Lei das Eleições, aumentava o percentual da cota estipulada para 30%, no mínimo, e 70%, no máximo, de acordo com o terceiro parágrafo

17 A cidade de Catunda foi emancipada em 1990, através da Lei Estadual 11.772, de 27 de dezembro. Um interventor foi designado para auxiliar na organização básica do Município, pois a primeira eleição só ocorreria dois anos mais tarde, em 1992.

do artigo 10 (Cf. BRASIL, 1997). Destaca-se que, mesmo com o aumento do percentual, o número de mulheres candidatas não foi aumentado. Na Lei nº 12.034, de 2009, houve a substituição do termo que indicava a não obrigatoriedade do cumprimento da lei, “deverá reservar”, por “preencherá”, tornando obrigatório o preenchimento de, no mínimo, 30% conforme previsto, ainda que não instrumentalize juridicamente o descumprimento da lei. A referida legislação de 2009 alterou também a Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/95), determinando que 5% do Fundo Partidário e 10% do tempo de propaganda deveriam ser concedidos às candidatas (Cf. BRASIL, 2009).

Em 2015, a Lei nº 13.165 trouxe nova mudança com artigo 93-A, ao determinar que “o Tribunal Superior Eleitoral, no período compreendido entre 1º de abril e 30 de julho dos anos eleitorais, promoverá, em até cinco minutos diários [...] propaganda institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar a participação feminina na política” (BRASIL, 2015). Seguindo o caminho da política de cotas e as recentes contribuições que buscam efetivar a participação feminina na política, destacamos a Lei 13.487/2017, que criou o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (BRASIL, 2017) e, principalmente, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.617, de 2018, que considerou inconstitucional a fixação de prazo para o cumprimento da regra de distribuição proporcional dos recursos do Fundo Partidário para campanhas de ambos os sexos, como estava previsto no artigo 9 da Lei 13.165/2015.

As mulheres representam mais da metade do eleitorado nacional (52,50%)¹⁸ e, se levarmos em consideração as eleições de

18 Esses dados foram retirados do site Participa Mulher, da Justiça Eleitoral. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibjK0M2RlZWVtMTAwMS00NzU2LThhMmUtMjUxNTMyZjQyYTU3IiwidCI6Ij11YmExNWJlTlFiZWQ0tNGE1Ni04NzExLTI4NzUyMDdkODk3NCJ9&pageName=ReportSection>. Acesso em: 16 nov. 2020.

2018, em nível nacional e estadual, elas correspondem pouco mais de 15% dos assentos da Câmara Baixa e, aproximadamente, 12% dos assentos da Câmara Alta. Temos somente 161 deputadas estaduais, três deputadas distritais e uma única governadora. Considerando as reeleições, elas equivalem à 12,09% do total de candidatos, e, inversamente, representam 80% das candidaturas com um voto e 87,50% das com zero votos. Em níveis regional, na América Latina e Caribe, e internacional, como exposto anteriormente, os números também não são satisfatórios. Rememorando, o Brasil ocupa a 140ª posição no relatório da ONU Mulheres, entre 193 países, e a nona, comparada à realidade da América Latina e Caribe em relatório da ATENEA, também da ONU.

Mesmo com todos os compromissos assinados e os instrumentos legais em vigor, esses números representam o quadro da desigualdade e o silenciamento histórico que constituem o ambiente político brasileiro. Ainda assim, como escreve Flávia Biroli (2018, p. 176), “apesar desses dados, falar de mulheres e política no Brasil não é fazer o relato de uma ausência.” Elas ocupam, mesmo que não suficientemente, espaços de poder e devem continuar a ocupar cada vez mais, pois, uma verdadeira democracia se faz com a representação dos seus mais diversos grupos considerando aspectos de gênero, mas, igualmente, de raça/etnia, classe, sexualidade e geração.

Linhas de chegada, Pontos de Partida

Encaminhando o término deste artigo, trazemos, finalmente, algumas observações gerais que acreditamos sintetizar e reforçar alguns dos elementos que abordados ao longo do texto. Procuramos demonstrar como o último século foi marcado por um inquestionável avanço de mecanismos institucionais e concomi-

tantes lutas que tentaram garantir a participação das mulheres na esfera política no mundo e no Brasil. Como podemos observar, são vários os instrumentos legais em níveis internacionais, regionais e nacionais que buscaram, e ainda buscam, o princípio de igualdade como suporte para a reconstrução da sociedade nesses últimos 70 anos, desde, principalmente, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, passando por convenções e tratados mencionados ao longo do texto. Sem dúvida, muitas foram as conquistas, e maiores ainda foram as lutas sociais que promoveram uma progressão desse repertório jurídico e político, possibilitando inferir que uma nova história está sendo traçada.

No entanto, é importante ressaltar que, embora grande parte das sociedades reconheça a igualdade de direitos e deveres entre os sexos, essa caminhada não acontece sem percalços ou regressões. Como indicamos ao longo do texto, diretrizes, acordos, declarações e legislações como as acumuladas ao longo dessas décadas, assim como outras que certamente virão, precisam ser consolidadas através de diálogos permanentes com o corpo das sociedades por elas regidos, pois são estas que acolhem, promovem, endossam ou não discursos e políticas transformadores. São elas que capilarizam suas proposições, ao mesmo tempo que contextualizam e equilibram princípios universalistas às especificidades históricas e culturais de diferentes regiões, territórios e povos.

Em todo o mundo, especialmente em países com governos de inclinação autoritária, existem projetos que buscam criar obstáculos, ou mesmo fazer retroceder os avanços quanto à paridade de gênero nos espaços de poder e de representação política. Essas questões se tornam ainda mais destacadas quando, principalmente nas últimas duas décadas, o conceito de *gênero* tem sido usado de forma pejorativa ou como elemento ameaçador da ordem social, rotulado a partir de acepções moralistas quanto às suas potencialidades reflexivas. Essas ações de fundo

reacionário dificultam as possibilidades de questionamento das hierarquias sociais com base no gênero, que, como sabemos, são imprescindíveis no engajamento da sociedade para políticas mais igualitárias e, conseqüentemente, para o fomento de maior e melhor participação das mulheres na política.

No contexto brasileiro, reforçamos aqui o exemplo da Proposta de Emenda Constitucional 125/2011, que promove uma ampla reforma política eleitoral, num contexto político nacional notoriamente hostil à participação das mulheres na política. Essa PEC propõe o voto distrital,¹⁹ em sistema majoritário, e pretende modificar a vigente legislação de cotas de gênero na política, substituindo a obrigatoriedade de número mínimo de candidatura paritária de 30% por cotas de assentos em percentual de 15%.²⁰ Notoriamente, a PEC 125 desconsidera a luta dos movimentos feministas e de mulheres, principalmente nos últimos anos, e mostra que reformas administrativas ou proposições legislativas, por mais importantes que sejam, como apontamos, não são suficientes para modificar a realidade. Mesmo que não seja aprovada, essas iniciativas mostram como há muito trabalho a ser feito para tornar a representação mais igualitária no país. Por isso, entendemos que é preciso uma transformação profunda, que reestruture a organização social, acabe com papéis predeterminados por gênero e que o avanço político e legal seja

19 Conhecida como “distritão”, esta proposta prevê que o candidato ou candidata com maior número de votos represente seu distrito eleitoral, o que tenderá a favorecer um tipo específico de representante, historicamente o homem branco cisheteronormativo, de classe média e alta, o que possivelmente diminuirá a representatividade dos grupos minoritários. Para mais sobre o assunto sugerimos: As propostas do “emendão” da PEC 125/11 e as ameaças à participação de mulheres. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2021-jul-05/direito-eleitoral-emendao-pec-12511-ameacas-participacao-mulheres#_ftn4. Acesso em: 14 de julho de 2021.

20 A referida PEC, somada a outras propostas, tais como a PEC 18/2021 e o PL 1951/21, busca modificar a constituição e os aparatos legislativos que buscam garantir a participação das mulheres na política. Atualmente esse é o percentual médio no Brasil. As discussões sobre o assunto propõem aceitar um mínimo de 15% a 18%, que aumentaria de forma lenta e gradual, mas sem atingir a paridade. Se aprovada essas propostas representam retrocesso e afasta o Brasil da realidade em que caminham os demais países latino-americanos e caribenhos.

acompanhado por verdadeiras mudanças culturais, econômicas e subjetivas do conjunto da sociedade quanto às relações de gênero e à igualdade social de forma mais ampla.

É precisamente nesse sentido que finalizamos com algumas reflexões gerais: 1) que o crescimento do arcabouço jurídico-político das últimas décadas em relação à igualdade de gênero é indubitavelmente uma conquista e se estabelece como uma importante variável na ampliação dos debates sociais, e portanto, das condições para a efetivação de seus objetivos na realidade política; 2) que exatamente por isso, analisar historicamente esses processos é necessariamente estarmos atentas(os) aos princípios universais que eles promovem, mas também às particularidades, dinâmicas e desafios próprios de contextos específicos, como no caso do município de Catunda no Ceará exemplificado no texto, que rearticulam suas proposições e imprimem realidades singulares; 3) que por ser a relação das mulheres com a política um desafio que precisa ser superado em diferentes esferas da sociedade, superá-lo deve ser responsabilidade de todas(os).

Finalmente, ressaltamos que, embora muitos passos a favor da igualdade de gênero tenham sido dados, e que já tenhamos chegado a importantes marcas para atingir patamares de equidade, ainda existe um longo caminho a percorrer. Caminho este que não se refere apenas à esfera das relações de gênero, mas às inúmeras relações de poder e hierarquias sociais que têm estruturado a história contemporânea. Por isso, sigamos contribuindo com essa caminhada!

Referências

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho. *In*: BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, p. 21-52, 2018.

BIROLI, Flávia. Feminismo e atuação política. *In*: BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, p. 171-204, 2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019.

BRASIL. *Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

BRASIL. *Lei nº 12.034*, de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. DOU, 30 set. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/lei/l12034.htm. Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. *Lei nº 13.165*, de 29 de setembro de 2015. Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. DOU, 29 set. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm. Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. *Lei nº 13.487*, de 06 de outubro de 2017. Institui o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e extingui a propaganda partidária no rádio e na televisão. DOU, 6º out. 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13487-6-outubro-2017-785549-publicacaooriginal-153914-pl.html>. Acesso em: 22 mar. 2021.

BRASIL. *Lei nº 9.096*, de 19 de setembro de 1995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. DOU, 20 set. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1995/le09096.htm.

www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9096.htm. Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. *Lei nº 9.100*, de 29 de setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. DOU, 2 out. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9100.htm. Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. *Lei nº 9.504*, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. DOU, 1º out. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504compilado.htm. Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. *Mais mulheres na Política*. 2 ed. Brasília: Senado Federal, Procuradoria Especial da Mulher; Brasília: Câmara dos Deputados, Secretaria da Mulher, 2015.

CFEMEA. Legislação Federal sobre Direitos das Mulheres. In: _____. *Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituente* / Almira Rodrigues e Iáris Cortês (Org.). Brasília: Letras Livres, p. 9-72, 2006.

CORRÊA, Diego Sanches e CHAVES, Vanilda Souza. *Leis de cotas na América Latina: eficácia em sistemas eleitorais de representação proporcional*. In: 12 ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 12, 2020, online. Anais. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, p. 2-20, 2020.

COSTA, Ana Alice Alcantara. A política de cotas na América Latina: as mulheres e os dilemas da democracia. In: *Gênero, mulheres e feminismos*. Alinne Bomneti e Ângela Maria Freire de Lima e Souza (Org.). Salvador: EDUFBA: NEIM, p. 189-219, 2011.

COSTA, Ana Alice Alcantara. Resistências feministas nas tramas dos poderes. In: *Travessias de gênero na perspectiva feminista* / Ivia Alves, Maria de Lourdes Scheffler, Petilda Serva Vasquez e Silvia de Aquino (Org.). Salvador: EDUFBA/NEIM, p. 89-102, 2010.

LINHARES, Leila. Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher — Convenção de Belém do Pará 1994. In: BRASIL. *Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, p. 139-146, 2006.

MARTINS, Eneida Valarini. *A política de cotas e a representação feminina na Câmara dos Deputados*. Monografia (Especialização) — Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos Legislativos, 2007.

OEA. *Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher*, “Convenção de Belém do Pará”. 1994. Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>. Acesso em: 09 jan. 2020.

ONU MULHERES. ATENEA — *Mecanismo para acelerar a participação política das mulheres na América Latina e no Caribe. Brasil: Onde está o compromisso com as mulheres? Um longo caminho para se chegar à paridade* Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ATENEA_Brasil_FINAL.pdf. Acesso em: 09 jan. 2021.

ONU. *Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher* — 1953. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/dh/index.php/Direitos-da-Mulher/convencao-sobre-os-direitos-politicos-da-mulher.html>. Acesso em: 02 dez. 2020.

ONU. *Declaração e Programa de Ação de Viena*. 1993. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Sistema-Global.-Declara%C3%A7%C3%B5es-e-Tratados-Internacionais-de-Prote%C3%A7%C3%A3o/declaracao-e-programa-de-acao-de-viena.html>. Acesso em: 09 jan. 2020.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>. Acesso em: 11 dez. 2020.

PIMENTEL, Sílvia. *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher*. Apresentação. In: BRASIL. *Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, p. 14-18, 2006.

PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019*. Disponível: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf. Acesso: 30 out. 2020.

PRÁ, Jussara Reis. Reflexões sobre gênero, mulheres e política.

In: Mulheres, política e poder. Denise Paiva (Org.). Goiânia: Cânone Editorial, p. 101-125, 2011.

QUINTELA, Débora Françolin e DIAS, Joelson Costa. Participação política das mulheres no Brasil: das cotas de candidatura à efetiva paridade na representação. *In: Revista de Estudos Eleitorais*, Pernambuco, n. 1, p. 193-210, 2017.

SPOHR, A. P.; MAGLIA, C.; MACHADO, G.; OLIVEIRA, J. O. de. Participação política de mulheres na América Latina: o impacto de cotas e listas fechadas. *In: Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(2): 292, p. 417-441, maio-ago., 2016.

STF. *Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.617*, de 15 de março de 2018. Supremo Tribunal Federal Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=748354101>. Acesso em: 22 mar. 2021.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Apresentação. *In: BRASIL. Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, p. 148-150, 2006.



Este livro foi composto em fonte Calibri, impresso no formato 15 x 22 cm em offset 75 g/m², com 244 páginas e em e-book formato pdf.

Impressão e acabamento:
Novembro de 2021.

NO NOSSO BALAIO CABE TUDO... HISTÓRIAS DAQUI E DALI

PARTE 1. RELIGIOSIDADE, CULTURA POLÍTICA, SOCIEDADE E LITERATURA

MODELOS DE SANTIDADE: A HAGIOGRAFIA NO OLHAR DOS DEVOTOS DE
UBAÚNA-CE (SÉCULO XX)

Aristides Machado da Ponte

FANÁTICOS E COMUNISTAS: REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA SOBRE O
CALDEIRÃO DE SANTA CRUZ DO DESERTO (1936-1937)

Vinícius Silva de Medeiros.

ERA UMA VEZ UM COMÍCIO COMUNISTA EM ITAPAJÉ-CE. CONSIDERAÇÕES
SOBRE O PCB NO CEARÁ (1930-1947)

Antonio Gelson Brandão de Andrade

OS “CAMISAS VERDES” NA “CIDADE VERMELHA”. O MOVIMENTO INTEGRALISTA
EM CAMOCIM-CE (1932-1945)

Carlos Augusto Pereira dos Santos

“SOB O AZUL DO CÉU SOBRALENSE”: REMINISCÊNCIAS DA AVIAÇÃO CIVIL E O
PRIMEIRO SOBREVOO PELO ESPAÇO AÉREO DA MICRORREGIÃO DE SOBRAL-CE
(1930)

João Victor Lima da Silva

FOLCLORE RESIDUAL: A CRISTALIZAÇÃO DOS RESÍDUOS MEDIEVAIS IBÉRICOS
GARRETTIANOS NO ROMANCEIRO DO FOLCLORE BRASILEIRO DE ROSSINI
TAVARES LIMA (1948-1953)

Bárbara de Alencar Gregório de Oliveira

PARTE 2. POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS DAS MULHERES

“CONSTITUINTE PARA VALER TEM QUE TER DIREITOS DA MULHER”: A
PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Antonia Dnara da Costa Nascimento Lima

ONDE ESTAMOS E POR ONDE CAMINHAMOS: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES
NA POLÍTICA FORMAL NOS ÚLTIMOS 25 ANOS NO BRASIL

*Wagner Cavalcante Farias
Gleidiane de Sousa Ferreira*

ISBN 978-856796070-8



9 788567 960708